

REVISTA
— D O —
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

— D O —
RIO GRANDE DO NORTE
(Fundado em 29/3/1902)
VOLUME — LV — 1962 - 1963

COMISSÃO DA REVISTA

Drs. Luis da Câmara Cascudo
Tarcisio N. Medeiros
Boanerges Soares



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA
NATAL
1965

R E V I S T A
— D O —
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

— D O —
RIO GRANDE DO NORTE
(Fundado em 29/3/1902)
VOLUME — LV — 1962 - 1963

COMISSÃO DA REVISTA

Drs. Luis da Câmara Cascudo
Tarcisio N. Medeiros
Boanerges Soares



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA
NATAL
1965

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

DIRETORIA E COMISSÃO PERMANENTES DO BIÊNIO

1962 — 1963

PRESIDENTE	—	Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo (Até 25 de agosto de 1963). Dr. Enélio de Lima Petrovich
1.º Vice-Presidente	—	Des. Antônio Soares de Araújo
2.º Vice-Presidente	—	Des. Silvino Bezerra Neto
1.º Secretário	—	Dr. Manoel Rodrigues de Melo
2.º Secretário	—	Prof. Manoel Jácome de Lima
2.º Secretário-Adjunto	—	Dr. Romulo Chaves Wanderley
Orador	—	Dr. Luis da Câmara Cascudo
Vice-Orador	—	Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros
Tesoureiro	—	Dr. Manoel Varela de Albuquerque
Tesoureiro-Adjunto	—	Dr. Boanerges J. S. de Araújo
Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo	—	Dr. João Epitácio F. Pimenta
Diretor-Adjunto	—	Dr. Hélio Mamede de F. Galvão

COMISSÕES

FAZENDA E ORÇAMENTO:

Dr. Francisco Ivo Cavalcanti
Dr. Manoel Varela Santiago Sobrinho
Des. João Vicente da Costa

DA REVISTA:

Dr. Tarcísio da N. Medeiros
Dr. Luis da C. Cascudo
Dr. Boanerges J. S. de Araújo

NOTÍCIA SÔBRE MANOEL FERREIRA NOBRE

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

(SÓCIO-EFETIVO)

— I —

Manoel Ferreira Nobre foi o primeiro norte-riograndense a publicar um volume sobre sua Província. É A BREVE NOTÍCIA SOBRE A PROVINCIA DO RIO GRANDE DO NORTE, impressa na Tipografia Espírito-Santense, rua de S. Diogo, n. 3, Vitória, em 1877. São 208 páginas, contando as de rosto, dedicatória (ao Conselheiro João José de Oliveira Junqueira, Senador do Imperio e antigo Presidente do Rio Grande do Norte em outubro de 1859 a abril de 1860). Foi impresso à custa do autor e custava dois mil réis.

Resta, de toda edição, apenas UM EXEMPLAR, pertencente à Biblioteca do nosso Instituto Histórico.

Merece reedição anotada porque os enganos e erros, atingem boa percentagem.

Tavares de Lira era o meu único informante. Ferreira Nobre nascera em Natal em 1833 e falecera no "começo de 1889, si não ha engano nas informações de que dispomos", concluia, prudente, o historiador.

Comecei a caçada nos arquivos. Descobri o batismo do homem, 21 de março de 1824, pelo padre Feliciano José Dornelas. Era o nosso primeiro historiador nascido em Natal e filho do Alferes Manoel Ferreira Nobre e d. Inacia Joaquina de Almeida, neto paterno do capitão Vicente Ferreira Nobre e d. Ana Rosa d'Apresentação, e materno do capitão José do

Rêgo Bezerra e d. Antonia Ursula da Costa, todos da freguesia de N. Sra. d'Apresentação, exceto o avô materno que era de S. Lourenço da Mata, em Pernambuco. Padrinhos, o avô paterno e a avó materna.

Não teve estudos maiores e creio que os menores bastaram à sua inquieta, buliçosa e viva personalidade.

Político filiado ao Partido Liberal.

O des. Antonio Soares descobriu a data do casamento de Ferreira Nobre, 6 de maio de 1842. Casára com Olimpia Gerarda de Andrade, filha natural de Inês Cipriana Gerarda de Andrade. Testemunhas, o doutor Basilio Quaresma Torreão, Juiz de Direito da capital, e o professor Antonio José de Moura. Oficiou o Vigário Bartolomeu da Rocha Fagundes. Há descendencia deste matrimônio. Ainda o des. Antonio Soares identificou a data do falecimento da esposa de Ferreira Nobre. Enviuvara este a 30 de maio de 1875. Voltou a casar-se, sendo sua mulher d. Inácia de Oliveira Sucupira de quem não houve filhos.

Rastejei Ferreira Nobre em suas andanças e precalços.

Oficial-Menor da Assembléia Legislativa a 6 de fevereiro de 1852, com 400\$ anuais.

Ajudante d'Ordens do Presidente da Província Antonio Francisco Pereira de Carvalho em 1853.

Oficial-Maior da Assembléia em 29 de julho de 1856, com 1.100\$ por ano.

Deputado Provincial no biênio de 1860-61, com ação movimentada, figurando em discussões, projetos, comissões. Segundo Secretário da Assembléia.

Ajudante d'Ordens do Presidente Pedro Leão Veloso, acompanhou-o em sua viagem pelo interior da Província em julho-agosto de 1861.

Demitido a 17 de junho de 1864 em pleno dominio do seu Partido.

Capitão da Guarda Nacional, comandante da Segunda Companhia do Primeiro Corpo de Voluntários da Pátria que partiu do Natal a 9 de junho de 1865 para a Capital do Império onde foi julgado incapaz pela junta de Saúde e dispensado do serviço militar a 4 de janeiro de 1866.

Renomeado Oficial-Maior da Assembléia em 4 de março de 1868. Permutou seu cargo a 12 do mesmo mês com Francisco Bezerra Cavalcanti da Rocha Marajá que era Bibliotecário Público Provincial. Nesse posto aposentou-se, não sei quando.

Com os conhecimentos e prática que sua inteligência orientava agilmente dedicou-se à advocacia nos municípios próximos à Capital. Ceará-Mirim, S. José de Mipibú, Vila Imperial de Papari, Arês, Goianinha, Canguaretama, defendendo os interesses de seus constituintes.

— II —

Aposentado parece Ferreira Nobre haver ido residir em S. José de Mipibú onde foi interino do 1.º tabelionato de agosto a outubro de 1889 e serviu de secretário lavrando a ata da proclamação da República a 18 de novembro do mesmo ano.

Quando e onde faleceu? Este é o problema maior. Comecei a pesquisa arrastada anos e anos sempre que surgia oportunidade. Mons. Celso Cicco, vigário do Ceará-Mirim e o dr. João Vicente da Costa, seu Juiz de Direito, fizeram buscas. Mons. Paulo Herôncio de Melo e o saudoso dr. Joaquim Manoel de Meiroz Grilo repetiram a façanha em S. José de Mipibú, inutilmente.

Em julho de 1940 revirei em Papari, pessoalmente, arquivos paroquiais e civis, perguntando aos velhos e moços. As estórias eram unânimes sobre a elegância do historiador, artilheza e manha do advogado, orador excelente no juri e famoso na arte de enganar credores. Chamavam-no comumente "Ferreira".

Voltei em meados de 1942 a S. José de Mipibú, Papari e Arez teimando em procurar o que se escondia no plano documental.

Em 1889 não falecera o ilustre Ferreira. Em 4 de outubro de 1890 assumira interinamente a Promotoria Pública de S. José de Mipibú, nomeado pelo Juiz de Direito e requerendo os vencimentos a 9 de maio de 1891.

Advogara num Juri em Papari a 25 de fevereiro de 1893 e voltou a funcionar em 18 de julho de 1895.

O des. Antônio Soares escolhera Ferreira Nobre seu patrono da cadeira n. VII na Academia Norte Riograndense de Letras e, com a meticulosidade, paciência e brilho que lhe conhecemos, debalde pesquisou a data do óbito de quem tão alto homenageava (“Revista da Academia”, n. 3,250-267, Natal, 1955).

A sra. Maria das Dôres de Barros Tinôco, neta de Ferreira Nobre, por intermédio de um amigo informou-me ter seu avô falecido em Papari a 15 de agosto de 1902. O sr. José Marcelino, funcionário da Prefeitura, dava a data de 15 de agosto de 1896. Rastejára, de perto, a verdadeira história.

Em Papari conversei o sr. Cândido Freire de Alustau Navarro, “sêu” Cândido, nascido a 13 de agosto de 1856 e filho do Prof. Manoel Laurentino Freire de Alustau Navarro, aposentado em 1878, falecido a 5 de novembro de 1899, com 84 anos. Fôra a vida inteira professor em Papari.

Cândido Freire contou-me que Ferreira adoecera gravamente em Arez e o presidente da Intendência de Papari, coronel José Joaquim de Carvalho Araujo, mandára buscá-lo carinhosamente transportado numa rêde e em Papari falecera, num domingo, sendo dado sepultura no cemitério local, à roda de 1896. Também inútil a visita no cemitério de Papari. Nenhuma lápide trazia o nome procurado.

Ferreira era de estatura mediana, robusto, simpático, de voz agradável, cabelo ondedado, castanho e fino, olhos claros. Usava óculos, conservando barba suiça.

Por um simples acaso deparei a data do negaccante óbito.

N’A REPUBLICA de 20 de agosto de 1897 publica-se o “Expediente do Governo” do dia 17 do mesmo agosto. Para alegria de um pesquisador obstinado encontrei o registro num ofício do Governador para a Inspetor do Tesouro: — “Para os devidos efeitos, comunico-vos que, em data de 15 do corrente, faleceu na Vila de Papari o major Manoel Ferreira Nobre, empregado aposentado estadual, segundo participou-me o Presidente da Intendência daquele município”.

Manoel Ferreira Nobre faleceu em Papari, hoje Nisia Floresta, a 15 de agosto de 1897.

Acabou-se o problema...

— III —

Em 21 de março de 1954 Manoel Ferreira Nobre, nascido naquele dia e mês de 1824, completava 130 anos! Bonita data para uma comemoração ao irriquieto Ferreira que escrevera e publicara a nossa primeira História em 1877.

Não é bem história mas crônica breve e sucinta, tendo informações corográficas e mesmo econômicas e administrativas.

O autor, Oficial-Maior da Secretaria da Assembléia Legislativa, e mesmo antigo Deputado Provincial, tinha à mão documentário excelente que lhe cabia fornecer às Comissões da casa.

Estava, como poucos, habilitado a conhecer o Rio Grande do Norte em seu aspecto diário de funcionamento normal.

Porisso escreveu a BREVE NOTICIA SOBRE A PROVINCIA DO RIO GRANDE DO NORTE, que êle declara ser "baseada nas leis, informações e fatos consignados na História antiga e moderna".

O volume, 204 páginas in-16, foi impresso bem distante: "Na TIPOGRAFIA ESPIRITO SANTENSE, Rua de S. Diogo, 3 -- VITÓRIA.

Creio que foi o primeiro livro norte rio-grandense impresso nos prélos capixabas.

O Des. Antonio Soares, titular da cadeira **FERREIRA NOBRE** na Academia Norte Riograndense de Letras, e eu, temos dado ao velho cronista muito tempo, atenção e carinho de nossa vida. Deus sabe quanto procuramos reunir os escondidos e ralos elementos de sua atribulada existência. Hoje, mercê de Deus, como gostava de dizer Eloy de Souza, possuímos a biografia mais ou menos completa de Ferreira Nobre

O volume, vendido pelo alto preço de dois mil réis, foi desaparecendo das estantes e terminou sendo obra rara, tão rara, tão difícil e tão oculta que dela existe apenas um único exemplar, oferecido por Augusto Bezerra Cavalcanti ao Instituto Histórico e Geográfico.

O volume pertencera ao Padre João Alipio da Cunha, gente de prol e mando em Goianinha.

Nem mais outro exemplar resta.

Em fins de 1953, propuz a Nestor Lima, presidente do Instituto Histórico, que fizesse reeditar o BREVE NOTICIA, homenagem dos contemporaneos ao 130.º aniversário do nascimento do autor.

Adiantei que não valia a pena, e menos o esforço, atualizar o livro porque perderia seu sabor arcaico, a graça de sua velhice conversadeira e saborosa.

Incluisse o estudo do Des. Antonio Soares e eu cederia o resultado de minhas pesquisas para um posfácio, ajudando as pesquisas de Antonio Soares.

Nestor Lima concordou. Não me competia dar passo para a publicação, uma vez que a confiára ao Instituto Histórico, CASA DA MEMÓRIA do Rio Grande do Norte.

O livro continuou na sua edição de 1877, exgotado e fóra do alcance dos olhos atuais.

Muita noticia sobre os municipios que existiam em 1877 vivem no BREVE NOTICIA de Ferreira Nobre.

Foi o nosso primeiro escritor a publicar volume na intenção de história.

Antes dele, nada existe. Começou a série...

Por que não reeditar Ferreira Nobre para informação e documento dos nossos e alheios estudos econômicos, políticos, históricos e geográficos?

Uma pequena edição bastaria para fazer circular um livro de que só resta o derradeiro exemplar...

A CONFRARIA DE SÃO SEBASTIÃO DE CARAUBAS

J. Espaticio F. Pimenta

(SÓCIO-EFETIVO)

LEIDA a freguesia de Caraubas, pela Lei n.º 408, de 1.º de setembro de 1858 e que foi a vigésima sétima na Antiga Província, a sua instalação só se realizou no dia 6 de março de 1859. O seu primeiro Vigário, que instalou a freguesia com grande solenidade, foi, como se sabe, o Padre Florencio Gomes de Oliveira. Mas, o Padre Florencio foi nomeado em caráter interino e só se manteve em seu posto até dias d 1861. Para o seu lugar foi nomeado o Padre Luiz Marinho, mas igualmente com investidura provisória, que todavia se prolongou até 1863.

Então foi nomeado, também interino, o Padre Pedro Soares de Freitas. Satisfazendo, porém, as exigências canônicas da época, foi nomeado em 1866 vigário colado da nova Freguesia e nela ficou até 1891. Foi portanto o Padre Pedro Soares, que posteriormente seria Cougo — Arcipreste, o grande pastor de almas daquele rebanho que ouvia a sua palavra com verdadeira unção religiosa. Após a sua investidura como vigário colado, o Padre Pedro Soares começou a movimentar a vida religiosa da freguesia. Para isto, era necessário organizar os fiéis em sodalidades, através dos quais se fizesse ouvir a voz da igreja e se sentisse a ação do Pároco. A sua primeira preocupação, neste sentido, foi organizar uma Confraria, sob a proteção do Glorioso Martir São Sebastião, Orago da Igreja Matris de Caraubas. Convocou as principais figuras da terra, nos primeiros dias de 1866 e então, com a solidariedade de todos, ficou decidida a criação da Confraria daquele glorioso martir. Mas, naquele tempo, a criação de uma Confraria Religiosa tinha um longo caminho a percorrer, através dos meandros burocráticos resultante da união da Igreja com o Estado. Mas, isto não seria absolutamente im-

pecilho aqueles espiritos imbuídos de vontade e de fé. O Padre Pedro Soares elaborou os estatutos da nova Confraria a que então davam o nome de Compromisso e com a aprovação de todos remeteu os papeis ao Bispo de Pernambuco, a cuja Jurisdição Ecclesiastica pertenciamos.

O Bispo, D. Emmannuel, recebendo os mapeis, deu o seguinte despacho: "O Reverendissimo Senhor Vigário Geral leia attentamente o presente Compromisso e nos informe sobre elle. "Residencia Episcopal da Solidade, em 8 de maio de 1866.

Emmanuel, Bispo Diocesano. (Ao transcrever os documentos constantes deste trabalho, reproduzo-lhes integralmente a ortografia e a sintaxe). O vigário Geral presta esta informação: Exmo. e Revdm. Sr. Por ordem de V. Excia. li este compromisso, e o julgo na qualidade de merecer a aprovação de V. Excia. a parte religiosa: notando somente que no art. 13 § único, o Revm. Parocho, conforme a vontade de V. Excia, deve em mesa ter mais prestigio; e no art. 18 a festividade seja feita no dia próprio o uno seguinte Domingo; pois assim S. Santidade o determinou. E este portanto o meu humilde parecer: Vexcia Revdm. entretanto resolverá em sua sabedoria o que for servido. Palacio da Solidade, 12 de maio de 1866. Conego João Chrisostomo de Paiva Torres. "Voltando o processo ao Bispo, este exara a seguinte decisão, acolhendo a sugestão de seu Vagario Geral:" Aprovamos o presente Compromisso na parte religiosa, ficando substituido o Art. 13 pelo seguinte: ao Parocho compete, precedendo aviso por escrito, presidir as Sessões da mesa. Em falta de seu comparecimento, ao Juiz caberá a presidência. Fica igualmente approvedo o art. 18 do modo seguinte: a festividade do Orago será feita no dia proprio ou no Domingo posterior "Residencia Episcopal da Solidade, em 19 de maio de 1866".

Emmanuel, Bispo Diocesano. A redação dos artigos alterados pela autoridade diocesana era esta: "Art. 13 Ao Parocho, como membro da mesa, compete: discutir e votar como os demais membros e substituir ao Juiz em suas faltas." Art. 18: Todos os annos haverá festividades Solene do Orago no dia próprio ou em outro que for designado pela mesa, devendo a Festa ser celebrada com missa cantada, sermão, procissão, e com a decencia e Solenidade que permitirem as forças da Irmandade."

Como se vê, o Bispo não aprovou a redação que deixava o Parocho igual a qualquer membro da mesa, passando a ser seu Presidente e marcou logo os dias em que devia realizar-se a Festa do Orago, attribuição que, em parte, ficara a cargo da mesa.

Com esta aprovação da autoridade Diocesana a Confraria, ao contrário do que acontece hoje, ainda não estava creada. Faltava a lei civil que lhe daria vigência. Mas, o Vigário Pedro Soares e as principais figuras da sociedade Caraubense, não perder tempo e endereçaram á Assembléa Provincial, acompanhada do Compromisso, a seguinte petição: "Digmos. Snrs. Deputados Provinciais — Os abaixo assinados, reconhecendo a grande necessidade que ha da Ereccão de uma Confraria do Glorioso Martir São Sebastião, Orago da Igreja Matris de Caraubas, e achando-se, para esse fim, organizado e approvedo, na parte religiosa pelo Exmo. Bispo Diocesano, o respectivo Compromisso, vêm respeitadamente offerece-lo ao Illustrado Corpo Legislativo Provincial, Impetrando tambem a sua sabia e judicciosa approvração; e porque esperam da respeitável Assembleia o acolhimento desta supplica; Nestes Termos P. E. lhes seja deferido o que vem lhe requerer. E. R. Mcê." Esta petição redigida pelo Vigário Pedro Soares, que a subscreve em primeiro logar, é assinada em seguida por estas figuras patriarcaes da sociedade Caraubense, tôdas de próprio punho, revelando cada uma a grafia de seu autor: Manoel Antonio de Oliveira, Mel. Praxedes Benevides Pimenta, Aderaldo Delindo Garantizado, Galdino Sinesio Benevides Carneiro, Luiz Manoel Fernandes — Comandante Superior — Francisco Gabriel Fernandes, Benvenuto Praxedes de Oliveira — Tenente Coronel —, Lino Constancio de Brito Guerra, Candido Gurgel do Amaral, Raimundo Gurgel de Oliveira, Francisco Gurgel de Oliveira, Antonio... (ilegível), Aderaldo José de Moura e Bento Antonio de Oliveira. Este requerimento não está datado, mas no alto e á margem, consta uma averbação da Coletoria de Caraubas, sottoscrita pelo Pro-Colletor Francisco Gurgel de Oliveira, datada de 20 de Outubro de 1866. Esta deve ser a data da petição. Por sinal esta averbação declara que o requerimento pagou dusesentos reis de Cellos. Este requerimento, por motivos que não consegui descobrir, demorou a chegar á Assembleia Provincial onde teve movimentação na sessão de 29 de fevereiro de 1868. A demora não foi absolutamente naquella casa legislativa que lhe deu andamento em regime de urgencia. Tanto que na referida sessão de 29 de fevereiro estava na ordem do dia em primeiro logar a votação do projeto do orçamento da Provincia. Mas, o Deputado Hermogenes Joaquim Barbosa Tinoco pediu preferencia para a votação do Compromisso, o que foi atendido pelo Plenário, Assim, naquêle mesmo dia, o Compromisso foi

aprovado em primeira discussão; no dia 2 de março neste mesmo dia remetido á commissã de redação. Esta lhe dá a redação final na sessão de 12 de março e logo em seguida remete o projeto para a sanção do Presidente da Provincia.

A Comissão de redação, sem alterar, é claro, o sentido do Compromisso fêz-lhe na linguagem muitos cortes de palavras e até expressões consideradas superfluas, como se vê em seus artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 8.º, 13.º, 21.º, 22.º e 24.º. Só escaparam do cutelo redacional 15 dos seus 25 artigos. O parecer desta comissão é assinado pelos Deputados João Alipio da Cunha. (sem dúvida o Presidente) e Jefferson Mirabeau Asevedo Soares (por certo o relator). Tendo em vista a ordem de colocação de seus nomes. Curioso que a comissão deu nova redação ao proprio art. 13.º, em que o Bispo de Pernambuco fêz a alteração ja citada, sem que mudasse o sentido do escrito daquela autoridade.

O Secretario da Provincia, Joaquim Theodoro Cysneros de Albuquerque, de ordem do Presidente, no dia 20 de março expede officio ao Primeiro Secretário da Assembleia Provincial, comunicando que o mesmo Presidente, naquela data, sancionou o Projeto de lei n.º 14 que aprovou o Compromisso da Confraria. Mas, só no dia 24 daquele mês é publicada a lei n.º 610, assinada pelo Presidente da Provincia Dr. Gustavo Adolpho de Sá, que aprova o Compromisso da Irmandade do Glorioso Martir Sebastião da Parochia de Caraubas, no quadragésimo sétimo ano da Independencia e do Imperio. O referido Joaquim Theodoro, em anotação abaixo declara que na mesma data a lei foi sellada e publicada na Secretaria do Governo. É esta a história da criação da primeira Irmandade religiosa da Freguesia de Caraúbas e que tinha por fim, segundo o artigo 1.º do Compromisso, promover o culto religioso, os interesses e esplendor da Matriz.

UM DOS GRANDES DA COMISSÃO RONDON

(Ten-Cel. Manoel Teófilo da Costa Pinheiro)

UMBERTO PEREGRINO

(SÓCIO-EFETIVO)

NUNCA se caracterizou pela abundância o contingente de potiguares destinados à Escola Militar. O rumo largo, quase unânime, que costumavam tomar os jovens “brevetados” pelo antigo Ateneu Norte-Riograndense era o da Faculdade de Direito do Recife, às vezes de Medicina, na Bahia. Depois, vindo Recife a ter também a sua Escola de Medicina, a safra de esculápios seria mais farta . . . Engenharia? Lá um ou outro que se aventurasse às belezas vertiginosas do cálculo e da mecânica.

Ia nesse destino, assim igual e até certo ponto lógico, porque Recife é necessariamente o centro de gravidade da vida universitária do Nordeste, forte influência de imperativos econômicos. Com efeito, da população pobre saíam estudantes sem larguesas, que quase sempre venciam os cursos e trabalhavam paralelamente. Eram professores, funcionários, empregados do comércio. E, quantas vezes, o diploma vinha mas não tinha força para lhes arrepiar, siquer, o destino já lançado!

Não seria, por outro lado, estranho a êsse caminho uniforme por onde enveredavam as turmas do Ateneu, o lastro de conhecimentos que recebiam. E' que o Ateneu acusava reconhecida deficiência no estudo das matemáticas, e isso era fatal às aspirações militares dos seus diplomados. Recafamos nas dificuldades materiais. O jovem que se decidisse

pela Escola Militar teria de transportar-se ao Rio e tomar um curso particular, onde se preparasse para o exame vestibular, o que estava ao alcance de muito poucos. Contavam-se, então, pelos dedos os riograndenses-do-norte oficiais do Exército. E, como eram escassos, eram também muito importantes, mencionados sempre com invejosa admiração. As famílias detentoras desses privilegiados seres desfrutavam prestígio especial, muitas vezes cercado de lenda, quando o seu militar vivia longe, invisível, alheio às competições locais. Precisamente um tipo assim era o Ten. Cel. Manuel Teófilo da Costa Pinheiro, de quem nos chegava uma imagem muito sugestiva: era engenheiro militar, um grande matemático e positivista.

Conheci-o muito cedo pelas frequentes referências do seu irmão, o Padre Calazans. Na boca do meu velho professor de Geografia, um dos tipos mais curiosos que Natal já possuiu, era “o meu irmão Neco”. E ninguém ignoraria, do Canto do Mangue ao Alecrim, quem fôsse Neco, irmão do Padre Calazans. Nêle se concentrava tudo quanto a cidade, ingênua e pobre, não tinha nunca nos seus filhos, e era ainda por cima portador daquele incompreensível **positivismo** que o tornava, ao que se dizia, desinteressado de quaisquer haveres, a ponto de enviar às irmãs solteiras todo o dinheiro que sobrava às suas necessidades essenciais. Murmurava-se também que o padre e o irmão, nos raros encontros, ferravam-se em profundas discussões religiosas. Mas o fato é que Neco ganhava mesmo dinheiro além do que desejava reter e remetia-o pontualmente às irmãs, que já haviam comprado duas boas casas. Isso era definitivo em favor do positivismo...

* * *

NATAL conhecia, pois, e admirava, com uma admiração respeitosa, êsse estranho Neco, mas sempre ignorou o autêntico Manuel Teófilo da Costa Pinheiro.

Certamente o Neco positivista, esquisitão, generoso, existia. Era, porém, apenas uma parcela do homem verdadeiro, aquele que foi um dos grandes da **Comissão Rondon**, entre cujos companheiros das memoráveis jornadas sertanistas era conhecido como o Cap. Costa Pinheiro.

MAS, antes de chegar ao engenheiro militar, ao cientista, ao geógrafo, e para melhor aferir o homem que tão notavelmente se realizou nessas elevadas atividades, é mister conhecer alguns traços da sua rica e sugestiva personalidade.

Desde logo convém assinalar que não foram nada auspiciosos os começos de Manuel Teófilo da Costa Pinheiro. Aos 13 anos deu de fugir das aulas que frequentava em Natal para viver livre, internado na mataria das redondezas, a colher os frutos nativos, cajus, massarandubas, camboins, mangabas, araçás. O pai punia-o com monumentais surras cada vez que Neco ressurgia dessas fugas, o que, todavia, só servia para arremessá-lo a novas fugas, ainda mais prolongadas. O pai chegava a organizar verdadeira batidas para localizar o filho fugitivo, mas quase sempre sem resultado porque o jovem, perfeitamente familiarizado com a natureza onde se acolhia, podia ocultar-se com vantagem. Curioso é que Neco muitas vezes, pela noite, procurava a casa paterna, escondia-se num baú velho, comia bananas e, ao clarear do dia, antes de ser pressentido, ausentava-se de novo, deixando como rastro as cascas de banana. . .

E veio assim nêsse tipo de vida até que decidiu alargar o horizonte das suas fugas. Um dia, a pé, botou-se no caminho de Recife e ali viveu longamente, sem o menor recurso, dormindo onde tocasse, comendo "chepas" de restaurantes. Quando entendeu de voltar, pediu carona numa barçaça, de partida para Natal. O diabo é que no mesmo barco estava de passagem tomada o seu irmão seminarista. Porém Neco não se apertou. Foi ao mestre da barçaça a quem aconselhou, como amigo:

— Não leve êsse padre, que é velhaco; não paga a ninguém.

E o seminarista não viajou por falta de acomodação. . .

Desta vez Neco chegou a Natal e procurou a casa dos pais. Apresentava-se faminto e esmulanbado; basta dizer que o cinto que lhe prendia as calças era um cipó. O pai recebeu-o debaixo de peia. Neco apanhou, comeu, fugiu de novo.

Agora punha-se pelas praias, munido de u'a máscara de papelão, a meter medo nos pescadores desavisados. Não tinha mesmo conserto. Assim pensavam todos, exceto o futuro padre Calazans que convenceu seu pai, o velho Manuel Pinheiro, a deixar de castigar o filho. E quando viu serenado o ambiente familiar, procurou o irmão e fêz-lhe o seu primeiro sermão sacerdotal. Neco não disse palavra, chorou. E a partir daí mudou radicalmente sua maneira de viver. Voltou à vida normal no meio familiar, retomou os estudos.

Aos 17 anos concluía o curso ginásial e encaminhava-se à carreira militar, na Escola de Fortaleza. De lá passou à Escola Militar da Praia Vermelha (1894), onde veio a ser o estudante mais notável do seu tempo, distinguido pelo famoso Professor de Cálculo Diferencial e Integral, Cel. Roberto Trompowsky, que o fêz repetidor das suas livões, o mesmo acontecendo na cadeira do Prof. Alfredo de Moraes Rêgo, Geometria Analítica. Assim conquistaria (1896) Costa Pinheiro o grau de Bacharel em Ciências Físicas, Sociais e Matemáticas, pela egrégia Escola Militar da Praia Vermelha. A seguir, no propósito de consolidar seus estudos de Astronomia, frequentaria ainda, durante três anos, o Observatório Nacional e as aulas do Prof. Pereira Reis, na Politécnica.

Quem identificaria então, no jovem matemático, astrônomo e engenheiro militar, o adolescente desmantelado, que fôra o desgosto desenganado da família?

* * *

QUANTO ao Positivismo de Costa Pinheiro e suas consequências, são rigorosamente verídicas todas as versões que corriam em Natal. A sua maciça cultura matemática e, principalmente, o fato de a ter adquirido na Escola Militar da Praia Vermelha, explicam a vinculação de Costa Pinheiro à filosofia comteana, da qual foi mais do que simples e fiel adepto, foi pregador ativo, até inconveniente, a julgar pelo desembaraço com que se lançava a fazer proselitismo através da correspondência mantida com as irmãs, católicas de fé entranhada, inatingível. A urna delas, por exemplo, Bernardina, escrevia (1895) nesse tom: "Tôdas as vêzes que me escreves, sempre encetas as tuas cartas com o se-

guinte frontespício: que esta te encontre na santa paz do Senhor. Eu, porém, começo as minhas sempre com a seguinte fórmula: Saúde e Fraternidade. Fórmula esta não só constitucional como também social, pois que está de completo acôrdo e plena harmonia com a fase por que atualmente vai atravessando a humanidade, que é a fase positiva, como sabes”.

Nessa altura, é verdade, Costa Pinheiro estava ainda muito verde, era incontido, tumultuoso mesmo, o seu ímpeto positivista. Porém, muito adiante, já assentado o seu espírito, gosta ainda de falar de Positivismo às irmãs invulneráveis. E’ de 1911 essa tirada inserta numa carta a Ursula: “São os grandes tipos da humanidade, os Aristóteles, os Arquimedes, os D’Alembert, os Augusto Comte, etc etc., que me têm servido de guia no tortuoso caminho da vida. Sigo os seus exemplos e nada mais”.

Hão de ser, pois, verdadeiras as versões de que com o irmão padre se ferrava em irreduzíveis discussões religiosas. Esse fato é, aliás, confirmado em estudo de autoria de Paulo Pinheiro de Viveiros (da Academia Norte Riograndense de Letras), que investigou demoradamente a vida familiar de Costa Pinheiro.

Confirma-se também, através de Paulo de Viveiros, a voz corrente em Natal em torno do desapego de Costa Pinheiro ao dinheiro, remetendo às irmãs o que lhe sobrava do soldo depois de atendidas as necessidades essenciais. O espírito com que efetuava essas sistemáticas remessas espelha-se em recomendações como a que reproduzimos abaixo, de uma das suas cartas familiares: “Mando esse dinheiro para vocês comprarem o que fôr necessário; há também muita creança pobre por aí, que anda faminta e andrajosa; vista e mate a fome dessas crianças”. E continuava: “Eu nada preciso, porque o que eu ganho, chega perfeitamente para satisfazer as minhas necessidades. Tôda economia que fizer é destinada única e exclusivamente para vocês”.

Noutro contato epistolar expressava: “Recebi a sua última cartinha em que me acusa o recebimento de um conto de réis e bem assim o destino que deu á referida quantia. De pleno acôrdo quanto às esmolas que deu aos pobres, para matarem a fome e é nisto e em atos semelhantes, dignificadores da espécie humana que consiste a verdadeira caridade, virtude universal que deve ser praticada sempre sem espalhafato, nem exhibição, o que degeneraria em simples egoismo”.

Documenta-se nessas manifestações íntimas, convém sublinhar, não apenas o desprendimento de Costa Pinheiro aos bens materiais, como a sua preocupação de espalhar benefícios sob as inspirações da doutrina de Comte.

* * *

ERA muito pobre seu arquivo pessoal trazido a Natal quando à sua cidade se recolheu (apenas por alguns anos) logo após deixar o serviço ativo ao Exército. O seu biógrafo Paulo de Viveiros, que o perlustrou, assinalou curioso documento, escrito do próprio punho de Costa Pinheiro. Trata-se de um “quadro geral do problema da humanidade, compreendendo o caso hipotético e o real”. Este último, ao que informa, abrangia o coração, a inteligência e a atividade, em busca de propriedade, que era considerada sob as seguintes concepções: “Direito Natural, Convenção e Socialismo, êste apreciado segundo as teorias de Proudhom, do Positivismo, do Comunismo, do Coletivismo e do Intervencionismo”. Aí, ao lado das inspirações filosóficas, observa-se o interêsse de Costa Pinheiro pelas teorias político-sociais do seu tempo. De resto, aos ventos políticos sempre esteve êle atento, como o indica expressivamente o fato de se ter tornado republicano desde os tempos da adolescência, em Natal. Conta-se até que, por ocasião da visita do Conde D’Eu à capital potiguar, Costa Pinheiro, em sinal de protesto, recolheu-se à torre da igreja Matriz, onde, todavia, o foi encontrar o Conde, levado à torre para apreciar os panoramas da cidade. Do encontro resultou-lhe o pior: um aperto

de mão do visitante. Mas o jovem republicano Costa Pinheiro, conta-se ainda, abandonou prestamente o refúgio fracassado, correndo à casa para lavar com álcool a raça conspurcada pelo contacto real...

Mas foi pela ciência matemática, pela Astronomia e pela Geografia que se distribuiu o interesse maior do espírito de Costa Pinheiro. Obras inéditas de sua lavra testemunham essa tendência. Com efeito, deixou êle um Tratado de Mecânica, outro de Astronomia e valiosos estudos das bacias hidrográficas do Oriente brasileiro.

Mais forte do que tudo em Costa Pinheiro, havia de ser, porém, a vocação sertanista, que foi, por certo, o que o arremessou para a região de Pirapora para ocupar-se de trabalhos de agrimensura, quando já estava vivendo em Natal há alguns anos, depois de reformado. Era de voto a vida errante, o desconforto, a aventura. O mesmo instinto irresistível que o fizera, em certa quadra, o menino fugitivo e o levava a alistar-se na Comissão da Linha Curitiba-Guarapuava, logo ao início da sua carreira militar e daí transferir-se à chamada "Comissão Rondon", quando se encetaram, em 1907, os trabalhos de construção da linha telegráfica do Noroeste Brasileiro.

E' nessa fase que Costa Pinheiro se realiza completamente, pois é a oportunidade em que podem projetar-se conjuntamente o filósofo, o cientista e o sertanista.

DE 1907 a 1919 Costa Pinheiro esteve quase sempre internado no sertão, dada a natureza das suas tarefas técnicas, que iam desde as explorações e levantamentos por terra e água, até a determinação de coordenadas geográficas e declinações magnéticas. Basta ter em conta que Costa Pinheiro determinou as coordenadas geográficas de 33 pontos entre Cuiabá e Porto Velho do rio Madeira, para o que teve de percorrer 1.493 quilômetros, afóra as digressões requeridas pela determinação de outros pontos marginaes importantes.

Os rios que explorou e levantou foram: Jaci-Paraná, Canario, afluente da margem direita do Guaporé e o Juruena.

A exploração do primeiro foi também a primeira prova do Cap. Costa Pinheiro, junto a Rondon. O Jaci-Paraná, afluente do Madeira, devia ser reconhecido pela necessidade de constituir uma turma que marchasse ao encontro do Chefe da Comissão quando êste empreencia, em 1909, o seu 3.º grande Reconhecimento, através da Serra do Norte do rio Madeira. Foram 328 quilômetros de sofrimentos esmagadores: o impaludismo, que acometeu todo o pessoal da expedição, ataque dos índios baritianas, chuvas copiosas, cachoeiras. Oito baixas, foi o preço da jornada exploradora que, entretanto, foi completada regularmente. Apenas Costa Pinheiro não pôde encontrar-se com o Chefe da Comissão, como estava previsto, pois o traçado do rio figurado nos mapas não correspondia à realidade...

Esse êxito redundou em que Rondon confiaria a Costa Pinheiro, logo a seguir, a exploração do curso do Juruena, um dos formadores do caudaloso Tapajós. E esta viria a ser, então, a façanha máxima de Costa Pinheiro. E' o próprio Rondon quem celebra o seu feito com estas palavras: "Coube ao Capitão Pinheiro a glória de, após mais de um século da descoberta do famoso rio, vir explorá-lo com minuciosidade, descrevendo o seu curso desde a estação telegráfica até a origem do grande Tapajós, que é formado por êle, Juruena, reunido ao S. Manoel".

O relatório de Costa Pinheiro sôbre a exploração do Juruena, acompanhado de um mapa colorido, na escala de 1.500.000, está publicado no 3.º volume do Relatório Geral do Chefe da Comissão Telegráfica. Por êle se tem a medida do que foi a emprêsa que lhe foi cometida, pois dá conta de nada menos que os seguintes resultados: levantamento expedito do rio; avaliação das descargas dos principais afluentes; determinação da altitude dos pontos mais importantes; determinação das coordenadas geográficas de diversas barras; levantamento do rio Bararaty até o varadouro que o liga ao Sucundurizinho e levantamento dêste varadouro; estudo da natureza do terreno das margens e do leito do rio; estudo das corredeiras, cachoeiras e saltos sob o ponto de vista da navegabilidade e do potencial utilizável.

Para a consecução desse feito partiu da estação telegráfica de Juruena, na manhã de 28 de dezembro de 1911, uma flotilha de 5 canoas fabricadas ali mesmo, com troncos de árvores abatidas. Na canôa maior ia o chefe, Capitão Costa Pinheiro, "armado de um teodolito Bamberg, um barômetro Portin, dois cronômetros, um dos quais de marinha, e uma bússola prismática, de Cosella".

Eram ao todo 14 homens, entre os quais se incluía um botânico, dois auxiliares e um médico. No relatório de Costa Pinheiro, descrevem-se as mortificadoras dificuldades do itinerário virgem, cerca de 800 quilômetros, ao longo dos quais, muitas vezes, era preciso conduzir as canoas sobre os ombros, como foi feito de uma vez, durante três dias. Mas também descreve o soberbo espetáculo da junção dos dois rios que formam o Tapajóz, derramando-se por mais de 1800 metros de largura.

Outro ponto curioso da descrição de Costa Pinheiro é o do contato que estabeleceu com algumas tribus indígenas, entre as quais a dos Mundurucús, a dos Apiacás, a dos Nhambiquaras. O encontro com estes últimos êle assim o descreve: "No dia 31 de dezembro estava eu na foz do Jubina, fazendo **observações com o sol**, quando ouvi na margem oposta uns gritos. Puz bem o ouvido à escuta e percebi perfeitamente a palavra — **Anaué** — repetida incessantemente. Não restava dúvida, eram os Nhambiquaras. Fomos todos para a margem do rio e vimos alguns dêles, completamente nus, sempre gritando — **anauê** — e mostrando-nos espigas de milho. Compreendendo bem a intenção dêles para conosco, tripulei uma canôa e mandei-a à outra margem. Ao aproximar-se a canôa, alguns se esconderam na mata; quatro, porém, vieram receber-nos, entregando-nos umas espigas de milho. Nós, em retribuição, lhes demos algumas machadinhas, únicos brindes que trazíamos. Ficaram satisfeí-tíssimos.

Três meses e seis dias foram consumidos no inédito percurso do Juruena, pois que somente em 3 de abril de 1912 os expedicionários, partidos em 28 de dezembro de 1911, chegaram a Belém do Pará.

Segundo o testemunho do Cel. Amilcar Botelho de Magalhães, a atuação de Costa Pinheiro na **Comissão Rondon** se caracterizou pela “sua resistência às fadigas do serviço de campo e às intempéries, sua lúcida inteligência e sólido preparo técnico e científico, a cordialidade com que tratava seus subordinados, inclusive os soldados **regionais** ou trabalhadores civis postos sob suas ordens, a resignação com que suportava as agruras do clima e encarava os sucessos que muitas vezes nos deixavam no sertão sem comida e sem abrigo”.

Nos acampamentos da **Comissão Rondon** Costa Pinheiro era um símbolo da calma e da coragem estoica frente às ásperas dificuldades do sertão. A propósito de qualquer situação penosa aconselhavam logo: “faça como Pinheiro, que não liga”.

E não ligava mesmo, por mais crítica que fôsse a situação em que se achasse. O mesmo Cel. Amilcar Botelho de Magalhães refere, entre outros, o seguinte episódio definitivamente expressivo: “Distraído-se certa vez, ao regressar ao acampamento, distante umas três léguas do ponto em que estivera trabalhando, tomou rumo diferente do que devia tomar e perdeu-se no cerrado, onde a noite o surpreendeu, enquanto os companheiros, impacientes de o esperar, expediam vaqueanos em tôdas as direções, sem que tais pesquisas dessem e resultado desejado. Costa Pinheiro, segundo êle próprio referia depois, vendo-se perdido, sem bússola para orientar-se e sob um céu tenebroso onde não brilhavam estrelas, desarriou o animal e deitou-se calmamente sôbre os arreios para dormir e aguardar o amanhecer do dia seguinte, procurando logo conciliar o sono para esquecer que não jantara e tinha sede... Nota, porém, que o animal se afasta e levanta-se para o prender à sega; quando o consegue, entretanto, não há meio de descobrir mais o lugar onde deixara os arreios e dorme então no chão duro, para no dia seguinte, ao alvorecer, montar afinal e seguir em busca do acampamento”.

GASTOU-SE êsse homem extraordinário no mais rude gênero de vida que podia adotar. O impaludismo acabou por minar-lhe o organismo, como seria inevitável ao cabo de 12 anos de itinerários da **Comissão Rondon**. E para que nada faltasse ao seu destino de grandeza e sacrifício, teve carreira hierárquica falhada. Foi sistematicamente preterido na promoção a major, porque não tinha serviço arregimentado... Ao atingir, afinal, êsse posto, por antiguidade, pediu reforma, indo a Tenente-Coronel, como era a lei.

Morreu de forma misteriosa. Tomara um trem em Pirapóra, com destino ao Rio. Ao chegar, porém, à estação de Burití verificou que esquecera a passagem de ida e volta no hotel em que residia; então, tomou a valise na mão e desceu do trem. Na casa do guarda-chave da estrada procurou informações sôbre os caminhos. Não aceitou pouxada, admitiu apenas uma xícara de café e botou-se no leito da linha férrea a pé, dizendo que iria até a Estação de Vargem da Palma. Quem o viu pela última vez foi um operário da Estrada, de nome Antônio dos Reis, a quem pediu agua do cantil. Logo a seguir desviou-se do leito da via férrea, enfiando-se por um cerrado em cujo interior, numa clareira, foi encontrado morto tempos depois, sendo reconhecido pela valise.

Nunca se esclareceram suficientemente as circunstâncias dessa morte. As pesquisas policiais rechaçaram a hipótese de crime. O certo é que Manoel Teófilo da Costa Pinheiro expirou no meio do mato, sôzinho, e serviu de pasto aos urubús. Verdadeiro fim de sertanista, embora fôsse êle, nessa altura, um sertanista aposentado... Mas a alma seria a mesma, como o indica a caminhada que prontamente decidiu empreender.

E quanto a nós, moços alunos do Padre Calazans, Manuel Teófilo da Costa Pinheiro não podia morrer de outra morte. O mistério final completou a imagem que sempre

fizéramos dêle. Não houve descaídas, não houve desencantos. O Neco que aprendemos a admirar, de olhos arregalados, nas inexgotáveis histórias do Padre Calazans, acabou Neco.

Que tristeza se êle tivesse voltado a Natal, transitasse como qualquer um sob as frondozas mongubeiras da Rua Nova, e viesse a morrer, um dia, cercado de parentes e amigos, no casarão da rua da Palha. Êste seria apenas o Ten. Cel. reformado Manuel Teófilo da Costa Pinheiro.

SUBSIDIOS PARA A HISTÓRIA DE JARDIM DO SERIDÓ

Antídio de AZEVEDO
(SÓCIO-EFETIVO)

OUTRO intuito não temos, ao escrever estas linhas, senão o de concorrer com uma partícula, mínima embora, de subsídios para a história da terra que nos ouviu os primeiros vagidos.

Era uma aventura perigosa, senão um heroísmo, daqueles que, civilizados, se destinavam a penetrar as matas dos sertões de então, naqueles primeiros tempos, em que começavam a se povoar as zonas sertanejas, arriscando-se ao encontro das tribos selváticas, com as feras e com as cobras.

Mas, nada melhor para aquêles que, naquela época remota, andavam à cata da fortuna, do que adquirir terras para criação de gados, cuja exportação para os grandes centros era rendosa, como ainda para a agricultura, que garantia a subsistência da prole, por mais numerosa que se tornasse. Tinha-se ainda a caça e a pesca abundantes que, sem dispêndio, eram também boas fontes de renda.

Foi a êsse tempo, nos meados de 1700 para 1750, que o português Antônio de Azevedo Maia, descendente de Dom Miguel de Azevedo, da casa do Esquivo, em Portugal, filho de José Antônio de Azevedo Maia e de Isabel Alves Maia, que lá na sua pátria ficaram, emigrou para o Brasil, com outros parentes, ficando na Paraíba, incentivados por seu tio capitão Pedro da Costa Azevedo, que já no ano de 1710, conseguia datas de terras nos sertões paraibanos.

Antonio de Azevedo Maia nasceu em Portugal, no ano de 1706, casando, na Paraíba, em 1730, com Josefa Maria Valcácer de Almeida Azevedo, filha do capitão Paulo Gonçalves de Almeida e de Maria Valcácer de Almeida, por influência do tio, já referido, capitão Pedro da Costa Azevedo. Foi um dos que, tomado dêsse heroísmo dos varões antigos, rumou ao Rio Grande do Norte, transpondo a serra da Borborema, para se localizar na ribeira do Seridó, onde fundou fazenda e constituiu família numerosa, falecendo em Caicó, antiga vila do Príncipe, aos 28 de novembro de 1796, com noventa anos de idade. É o que noz diz o historiador e genealogista Sebastião de Azevedo Bastos, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, às páginas 15 e 16 do seu livro "No Roteiro dos Azevedo e Outras Famílias do Nordeste".

Antônio de Azevedo Maia, brasileiro, segundo dêste nome, filho do primitivo Antônio de Azevedo Maia, português, casando com Micaela Dantas Pereira, filha de Caetano Dantas Correia, fundador de Caranúba dos Dantas, e de Josefa de Araújo Pereira, adquiriu, por compra ao sargento-mór Alexandre Nunes Maltez, a fazenda denomi-

nada "Conceição", da qual doaram seiscentas braças de terra para constituição do patrimônio de Nossa Senhora da Conceição e, consequentemente, fundação da povoação de Conceição do Azevedo, atual cidade de Jardim do Seridó, neste Estado.

Errôneamente, consta do livro de Tombo da Paróquia de Acari, que a escritura de doação do aludido patrimônio, foi lavrada na vila de Iguassu, do Estado de Pernambuco, no ano de 1790. Há, no entanto, um grave quívoco, neste sentido, pois, a escritura lavrada naquela vila pernambucana foi a de compra da fazenda "Conceição", pelo sargento-mór Alexandre Nunes Maltez, que a vendeu a Antônio de Azevedo Maia. A escritura de doação em aprêço foi lavrada na própria fazenda "Conceição", residência dos doadores, pelo tabelião Antônio Vaz Ferreira, conforme se verifica à fôlha 114, do livro de notas n. 1, do primeiro cartório de Caicó, então vila do Príncipe.

Ainda na mesma fazenda, o patriarca Antônio de Azevedo Maia constituiu numerosa família e viveu até quando faleceu, em 1 de maio de 1822, com oitenta anos de idade, assistido pelo padre Manoel Teixeira da Fonseca, como se vê do livro n. 2, fôlha 27, do arquivo paroquial de Caicó. É o que esclarece o grande pesquisador Dom José Adelino Dantas, da Academia Norte-Riograndense de Letras, ex-Bispo de Caicó e atual de Garanhuns, do Estado de Pernambuco, à fôlha 86 do seu livro "Homens e Fatos do Seridó Antigo".

Assim, fundada a povoação e constituído o patrimônio da freguesia, pediu Antônio de Azevedo Maia permissão eclesiástica para erigir a respectiva capela, o que, diante da informação do padre Francisco de Brito Guerra, vigário de Seridó, na vila do Príncipe, atual cidade de Caicó, foi concedida, por despacho do Bispo de Olinda, em data de 20 de maio de 1790.

Terminada a construção da capela, em 12 de novembro de 1808, foi, ainda, por Antônio de Azevedo Maia, pedido, para êle e sua família, o privilégio de sepultamento na igreja ora construída, o que foi deferido, por despacho de 14 de março de 1809, do referido Bispo de Olinda, Dom José Joaquim da Cunha Azevedo. (Sebastião de Azevedo Bastos — "Roteiro dos Azevedo e Outras Famílias do Nordeste" — página 40).

O MUNICÍPIO

Situado, nos seus primórdios, na ribeira do Seridó, ficou assim limitado: — "a leste, pelo município de Picuí, no vizinho Estado da Paraíba; ao norte, pelo de Acari; a oeste, pelo de Caicó; e ao sul, pelo de Santa Luzia do Sebugi; também do Estado da Paraíba".

Os seus limites resultam de leis da Monarquia e da República, pelas quais se foram modificando, segundo as criações e desmembramentos, que o atingiram e aos seus vizinhos.

A lei provincial n. 250, de 23 de março de 1852, criando o seu distrito de paz, dera-lhe os seguintes limites: — "pelo lado de Acari (norte e leste), do lugar "Pedra Grande", no rio Acauã, seguindo por êste acima, até a barra do riacho do Juazeiro, e, por êste até sua nascente, e, dêste ponto, em rumo direto ao "Serrote do Meio"; no rio Seridó, começará a estrema da barra do "Riacho do Meio", continuando pelo mesmo rio acima, de um e outro lado, aos fins do termo, compreendendo as águas do rio Cobra; pelo lado de Caicó (Príncipe), correrão os limites da barra do riacho Jardim, no rio São José, por êste rio abaixo, até os "Batentes", no rio Seridó, e daí, em linha reta, à barra do "Ipoeirás", no Quipauá e, por êste acima, até o afim do termo".

Quando foi da criação da freguesia, a resolução provincial n. 337, de 4 de setembro de 1846, deu-lhe os mesmos limites do distrito de paz. A lei provincial n. 285, de 20 de dezembro de 1877, alterou, porém, em parte, os limites entre a sua freguesia e a de Acari, determinando que fossem eles observados da "barra do riacho do Juazeiro, em linha reta, ao riacho do Logradouro, ou da Timbaúba".

Do regime republicano, até o ano de 1926, não se registrou qualquer alteração nos seus limites, até que, com a criação do município de Parelhas, pela lei n. 630, de 8 novembro de 1926, e, conseqüente, desmembramento do território dos dois distritos de Parelhas e Equador (antigo Periquito), sofreu o município de Jardim do Seridó sensível diminuição no seu território, uma vez que os seus limites com o novo município ficaram assim fixados: — "uma linha reta que, partindo das confrontações da serra da "Rajada", no ponto de encontro dos municípios de Jardim e Acari, dirige-se ao "Serrote das Pedras Prêtas", no rio Cobra, município de Jardim do Seridó, e que, orientada pelo cordão de pedras que forma o referido serrote, penetra no rio Seridó, de onde, dividindo igualmente o álveo do rio "São Bento", no ponto exato em que êle deságua no rio Seridó, ficando o território do lado do nascente dessa linha, pertencente ao município de Parelhas e o do lado do poente, ao de Jardim do Seridó; da fez do rio "São Bento" seguirá a linha divisôra por êste rio acima, até estremar-se com o município de Santa Luzia do Sabugi, do Estado da Paraíba, ficando êste mesmo rio (São Bento), com tôdas as suas águas, pertencendo ao município de Jardim do Seridó, que, nesta parte, limitar-se-á pelo DIVORTIUM AQUARUM do rio "São Bento" com o rio "Quintos", que, com tôdas as suas águas, ficará para o município de Parêlhas".

Desmembrado o território que constituiu a nova comuna, do município de Jardim do Seridó, ficaram as suas dimensões sensivelmente reduzidas e os seus distritos, que eram então em número de cinco, segundo a lei local n. 34, de 20 de março de 1917, modificado pela de n. 36, de 7 de maio do mesmo ano, baixaram para três: — o da sede do município, o de Ouro Branco e o de São José do Seridó, todos com os seus limites fixados em leis.

A CIDADE

Como já ficou dito acima, Antônio de Azevedo Maia, o segundo dêste nome, casado com Micaela Dantas Pereira, filha de Caetano Dantas Correia e de Josefa de Araújo Pereira, fundou na década de 1760 a 1770, a fazenda de criação nas terras compradas ao sargento-mór Alexandre Nunes Maltez, situada onde se encontram os rios Cobra, ao nascente, e Seridó, ao poente, no ponto onde as águas daquele caem neste.

... Ali constituiu família e teve prole numerosa, entrelaçada à grande família dos Dantas Correia e Araújo Pereira, que habitaram os sertões da ribeira do Seridó. A fazenda "Conceição", como era denominada, foi assim núcleo da povoação de Conceição de Azevedo, da vila de Jardim e da cidade de Jardim do Seridó.

Já em 2 de maio de 1790, Antônio de Azevedo Maia e sua mulher pediam provisão para erigir uma capela em honra de Nossa Senhora da Conceição, nas terras que doaram para o seu patrimônio. O povoado que daí resultou, teve cadeira de primeiras letras, criada por lei de 1856, para o sexo masculino, e, posteriormente, para o sexo feminino, por outra de 4 de dezembro de 1871.

A lei provincial de 4 de setembro de 1855, criou a freguesia de Nossa Senhora da Conceição, que foi o acontecimento de maior importância para o lugar. Não tardou que a povoação prosperasse e se impuzesse à consideração do governo da provincia, que, por lei n. 407, de 1 de setembro de 1856, elevou-se à categoria de vila, com o nome de Jardim, sede do municipio dêsse nome, sendo instalada a 4 de julho de 1859, quando funcionou, pela primeira vez, a Câmara Municipal, sob a presidência do major José Barbosa Cordeiro.

Diz a tradição que nome de Conceição do Azevedo foi mudado para vila do Jardim, tendo origem em formoso jardim, aí cultivado pelo capitão Miguel Rodrigues Viana, famoso artista do seu tempo, que deixou prole ilustre e numerosa, que, com aquela tendência artística de seu pai, rumou para outros meios mais adiantados.

A COMARCA

A lei n. 703, de 27 de agosto de 1872, deu à vila do Jardim a categoria de cidade, com o nome de Jardim do Seridó, para se distinguir de Jardim de Angicos, no mesmo Estado, continuando o seu distrito judiciário a pertencer à comarca do Seridó, com sua sede na cidade de Caicó, antiga vila do Príncipe.

Até o ano de 1873, o distrito de Jardim pertenceu à referida comarca do Seridó, da qual foi desanexado, com o de Acari, pela lei n. 681, de 8 de agosto de 1873, para constituirem a comarca de Jardim, que foi instalada a 14 de novembro do dito ano, pelo dr. José Rufino Pessoa de Melo, seu primeiro juiz de direito.

No regime republicano, foi a comarca suprimida pela lei n. 12, de 12 de junho de 1892, sendo o distrito de Jardim anexado à nova comarca de Acari. A lei de 10 de setembro de 1894, mudou a sede da comarca de Acari para Jardim do Seridó, passando aquela a ser distrito desta. Por lei de 8 de agosto de 1898, tornou a ser suprimida a comarca de Jardim do Seridó, que ficou sendo distrito da de Caicó, voltando, ainda, a pertencer a de Acari por lei posterior.

Finalmente, a lei n. 453, de 27 de novembro de 1919, restaurou a comarca de Jardim do Seridó, que foi instalada a 8 de janeiro de 1920, com a posse do dr. Manoel Benício de Melo Filho, nenhuma alteração tendo sofrido, até o presente.

A FREGUESIA

A lei provincial n. 33, de 4 de setembro de 1856, elevou a capela da Conceição do Azevedo à condição de igreja matriz e o município à de freguesia, não tardando que se cogitasse da construção de um grande templo, para sede da nova paróquia. Da capelinha da Conceição do Azevedo foi, pouco a pouco, surgindo a imponente e atual matriz, cuja edificação começou, no plano em que se acha, no ano de 1860.

Foi o padre Francisco Justino Pereira de Brito quem mais trabalhou por esse objetivo, pois, iniciando, naquele ano, os trabalhos da construção, levou-a até os corredores laterais. No ano de 1920, o padre Inácio Cavalcanti, então vigário da paróquia, fêz a reconstrução interna.

A igreja do Sagrado Coração de Jesus, foi construída de 1888 a 1892, no "Alto da Boa Vista", perímetro urbano da cidade, com os recursos do povo, eficazmente dirigidos e coadjuvados pelo coronel José Tomaz de Aquino Pereira, que, por um voto de fé, tomou aos ombros a pesada tarefa e conseguiu levá-la a bom termo. De construção sólida e estilo moderno, situada no alto da colina, empresta grande realce e imponência à localidade.

RECENTES MODIFICAÇÕES

Frequentes foram as modificações sofridas, nesses últimos tempos, pelo município de Jardim do Seridó, como abaixo veremos.

Assim é que, pela lei n. 907, de 21 de novembro de 1953, foi criado o município de Ouro Branco, com o território de 242 quilômetros quadrados, tendo por sede a vila do mesmo nome, que passou à categoria de cidade. Esse novo município, que se constituiu com 764 domicílios, com uma população rural de 3.426 habitantes e urbana de 980, no total de 4.406, diminuiu sensivelmente a superfície e a população do município de Jardim do Seridó, do qual se desmembrou.

Ainda pela lei n. 2.770, de 10 de novembro de 1962, modificada pela de n. 2.827, de 20 de março de 1963, foi criado o município de Santana, também desmembrado do de Jardim do Seridó. Esse município, que se constituiu com 375 domicílios, uma população de 1.903 habitantes, na área rural e 198 na urbana, no total de 2.101, com o território de 144 quilômetros quadrados, ainda mais restringiu o território e a população do município de origem.

Finalmente, pela lei n. 2.793, de 11 de maio de 1962, ratificada pela de n. 2.841, de 20 de março de 1963, da Assembléia Legislativa Estadual, foi, ainda, criado o município de São José do Seridó, tendo por sede a vila do mesmo nome, com 418 domicílios, num território de 150 quilômetros quadrados, tendo 2.600 habitantes na área rural e 400 na urbana, no total de 3.000 habitantes, vindo assim, mais uma vez, reduzir, consideravelmente, as dimensões e a população do município de Jardim do Seridó.

Como vemos, com todas essas modificações sofridas, ficou o município de Jardim do Seridó reduzido a uma área de 503 quilômetros quadrados, com 2.154 domicílios, uma população de 4.664 habitantes na área rural e 2.734 na urbana, no total de 7.398 almas.

Da mesma forma foram também modificados os seus limites, que passaram a ser: ao norte, com os municípios de Acari e São José do Seridó, partindo da barra do riacho do Juazeiro, onde se limita com o primeiro dos dois municípios citados, seguindo pelo meio do leito do rio Acauã, até o sítio "Barra do Moraes" ou "São Francisco", onde o mesmo esbarra com o rio Seridó, seguindo pelo meio do leito deste, até o sítio "Brabo", no município de Caicó; ao sul, com os municípios de Santana e Ouro Branco, partindo daquele, no lugar "Curva do Padre", na estrada de rodagem JARDIM-PARELHAS, para o rio Seridó, servindo de baliza o sítio "Tuiuiú", dos herdeiros do falecido Manoel Cândido de Macêdo Filho e o sítio "Cacimba Velha", pertencente a Justino Odílio dos Santos, vulgo Justino Grôso, ficando este para Jardim do Seridó, seguindo daí para o sítio "Riachão", de propriedade de Antônio Porfírio Gomes e o sítio "Humaitá", de Joaquim Eilvestre da Costa, conhecido por Joaquim Baltazar, que também fica para Jardim do Seridó e, daí seguindo, em linha reta, para a ponta de baixo da serra da Rapôsa, onde se limita com Estado da Paraíba, ficando ainda uma nesga,

entre os municípios de Santana e Ouro Branco, para o território de Jardim do Seridó; e, com o segundo, partindo dos limites com o Estado da Paraíba, servindo de diviza os sítios "Gerimu" e "Riacho Verde", ficando êste, igualmente, para Jardim do Seridó, em direção ao sítio "São Roque", dos herdeiros de Francisco Anastácio de Medeiros, até as águas que despejam para o rio "São Roque" e o riacho "Humaitá", daí para o sítio "Malhada Grande", na direção do sítio "Furnas", seguindo, das águas que caem para o riacho do "Uruçu" e o rio "Tapúio" para o sítio "Bom Sucesso", propriedade de Remígio da Nóbrega Filho, em direção ao sítio "Condado", de José Fernandes da Nóbrega, ficando êste para Jardim do Seridó, e daí ao encontrar o município de Caicó; a este e oeste, não houve alteração dos limites, com os desmembramentos sofridos, permanecendo os antigos limites, acima citados, com os municípios de Parelhas e Caicó.

São êstes os principais fatos históricos da povoação, do município, da cidade, da comarca e da freguesia de Jardim do Seridó, cabíveis nos limites dêste modesto trabalho, sem pretensões outras senão a de concorrer com uma parcela de boa vontade para a história da terra amada em que nascemos.

MEIRA E SÁ

JOSÉ AUGUSTO
(SÓCIO-EFETIVO)

Durante a vigência da chamada Primeira República, o Rio Grande do Norte sempre foi representado no Congresso Nacional, (Senado Federal e Câmara dos Deputados), por figuras expônenciais: — consagrados juristas uns, como Amaro Cavalcanti; historiadores outros, como Tobias Monteiro e Tavares de Lyra; oradores fulgurantes, como Almino Afonso e Junqueira Ayres; grandes conhecedores dos seus problemas econômicos, como Eloy de Souza e Juvenal Lamartine; chefes políticos regionais de prestígio excepcional, como Pedro Velho, José Barnardo, Francisco Gurgel.

Meira e Sá (Francisco de Sales Meira e Sá), passou fugazmente pelo Senado Federal, tendo exercido o seu mandato por quatro anos apenas, — 1907 a 1910 —, e renunciou espontaneamente a cadeira que lhe conferira o Rio Grande do Norte para retornar à magistratura, onde se sentia como que na sua própria casa, tão identificado viveu sempre com o estudo dos problemas jurídicos, na explanação dos quais revelou-se realmente um mestre de vasto saber.

Pertencia, pois, ao melhor dos títulos, à categoria dos juristas consagrados, a que me referi de início, citando Amaro Cavalcanti.

Não era filho do Estado em que sempre viveu e a que tanto e tão eficientemente serviu. Nasceu na cidade de Souza, na então Província da Paraíba em 1856, mas já em 1863, aos sete anos de idade, veio para o Rio Grande do Norte, cuja Presidência seu ilustre progenitor, Dr. Olinto Meira,

ocuparia com proveito para o bem público, por três anos a fio. Suas origens familiares estavam entre as do melhor padrão no nordeste. Vinha êle dos Meira de Vasconcelos, (lado paterno), e dos Correia de Sá, (lado materno). Seu pai, Dr. Olinto Meira, muito se afeiçãoou ao Rio Grande do Norte, e, enviuvando, casou-se em segundas núpcias com uma moça da família Ribeiro Dantas, fixando-se definitivamente na Província que tão eficientemente sonhara governar. Seu filho mais velho, Francisco, fêz em Natal todo o curso primário, tendo sido enviado por seu pai para a Capital Pernambucana, Recife, em um de cujos melhores colégios da época, o São Bernardo, fêz com brilho todo o curso de humanidades, ou curso de preparatórios, como naquele tempo se dizia.

Concluindo êste, ingressou na Faculdade de Direito do Recife, na qual, revelando-se aluno excelente por sua inteligência e amor aos estudos, bacharelou-se em 1878, aos 22 anos de idade.

Retornou, então, à Província Norte Riograndense, onde residia seu pai, e à qual iria servir por mais de quatro decênios com o seu acendrado espírito público e com a sua vasta cultura.

Conheci muito de perto Meira e Sá. Com êle convivi por mais de 20 anos. Nunca encontrei um ser humano mais perfeito do ponto de vista moral. Sua vida no lar e na sociedade era modelar. Espôso amantíssimo, pai desveladíssimo, amigo fidelíssimo, quem dêle se aproximava sentia desde logo que estava diante de um ser excepcional. Dentre os melhores homens de evidência nas letras, nas ciências, na política, na magistratura, com os quais tenho convivido, só um posso comparar a Meira e Sá por êsse aspecto de virtudes pessoais, Clovis Bevilaqua, a quem Euclides da Cunha, certa vez, com justiça, proclamou "Sábio e Santo".

A dedicação de Meira e Sá pela espôsa não diminuía com o perpassar dos anos. Como que crescia e se aprimorava. Vendo-os juntos, tinha-se a impressão de que eram

ainda namorados, tal a ternura com que êle se dirigia à espôsa amantíssima, a quem escrevia diàriamente e mandava madrigais, quando por ventura era obrigado a viajar, e a espôsa não podia acompanhá-lo.

Era assim Meira e Sá na vida do lar. Vejamo-lo, porém, pelos variados aspectos pelos quais se projetou a sua personalidade na vida pública.

Desde logo cabe assinar que a grande autoridade moral de que dispunha nos meios norte-riograndenses fazia com que a êle recorressem para presidí-los, orientá-los, prestigiá-los quantos empreendiam qualquer coisa, uma sociedade, uma instituição, sobretudo as que beneficiassem a juventude, as que tivessem caráter educativo.

Foi assim que Meira e Sá presidiu desde a fundação o Instituto de Proteção à Infância de Natal, benemérita instituição de iniciativa do Dr. Varela Santiago que ainda hoje presta serviços sem conta à infância, sobretudo à infância desvalida do Rio Grande do Norte, como também presidiu desde a data inicial a Liga de Ensino, fundada por Henrique Castriciano em 1911, criadora e mantenedora da Escola Doméstica de Natal, a modelar escola que, única existente no gênero em nosso país, há quase quarenta anos prepara as moças potiguares para donas de casa, para mães de família.

Mas Meira e Sá no campo das instituições humanitárias ou progressistas não se limitava a presidir aquelas de cuja criação outros tiveram a iniciativa. Também teve as suas iniciativas.

Para não citar senão alguns exemplos, lembrarei o Popular Instituto Literário, por êle criado e mantido em Ceará-Mirim, com projeção em Touros, dois municipios do Rio Grande do Norte, instituto que mantinha biblioteca e ministrava aulas de francês e ainda um curso noturno para moços que trabalhassem durante o dia.

Fundou e dirigiu, ainda em Ceará-Mirim, onde residiu por longo tempo, o Colégio São Francisco de Sales, no qual

se prepararam de 1884 a 1888 alguns moços que mais tarde vieram a atuar com evidência na vida pública do Rio Grande do Norte.

Ainda dando largas ao seu espirito liberal, chefiou ali a campanha abolicionista, tendo criado e dirigido a Libertadora de Ceará-Mirim, com a ajuda da qual conseguiu a libertação de muitos escravos.

Também foi um dos fundadores do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, ao qual prestou serviços inestimáveis, sendo um dos que mais pelezaram, com os seus estudos de geografia e de história e com a sua vasta cultura jurídica, pela causa do Estado na famosa questão de limites com o visinho Estado do Ceará, questão afinal decidida em favor dos potiguares.

Pelo feitio do seu espirito voltado sempre para os problemas de ordem cultural e jurídica e pelo seu temperamento pouco expansivo, retraído e modesto, Meira e Sá jamais poderia ser um político militante, um homem de partido, a participar de comícios e pugnas eleitorais. Isso não impediu de por algum tempo alistar-se em uma agremiação política, o Partido Republicano Federal, de que no Rio Grande do Norte foi chefe incontestado, nos primórdios da República, e principal condutor da causa democrática, o Dr. Pedro Velho. E eis porque vemos Meira e Sá Deputado à primeira Constituinte Republicana no Rio Grande do Norte, em 1891, participando dos debates e levando à primeira carta constitucional do Estado a valiosa contribuição dos seus conhecimentos jurídicos.

Mais tarde foi Chefe de Polícia, interinamente, em 1892, e depois efetivamente de 1894 a 1895, no primeiro governo do Desembargador Ferreira Chaves. Passou então para a magistratura, a que serviu com honra e cultura, interrompendo, porém, a sua atividade judicante de 1907 a 1910, quando o Estado exigiu a sua presença no Senado, como expoente das letras jurídicas northeriograndense.

No Senado Federal conquistou desde logo posição de relêvo, sendo de notar o acatamento em que eram tidos os seus pareceres na Comissão de Constituição e Justiça, que

desde logo lhe foi destinada, e no seio da qual teve sempre voz preponderante, o que fàcilmente se explica em face da sua vastíssima cultura jurídica. Cabe acentuar que Meira e Sá na alta casa do Congresso Nacional não se limitou a examinar e discutir problemas de direito. Também os problemas de direito. Também os problemas econômicos, sobretudo os condizentes com o progresso da região nordestina, de que era filho e autêntico representante, mereceram o seu estudo e os seus cuidados. Quero referir-me aqui, e de modo muito particular, ao problema de construção de uma estrada de ferro que deveria ligar o pôrto de Mossoró no Rio Grande do Norte ao rio São Francisco em Pernambuco, problema a que consagrou grande parte de sua atividade legislativa, e de cuja solução, ao seu ver, adviriam as maiores vantagens ao progresso da região a percorrer pela projetada estrada. Para a objetivação do seu ideal de tornar uma realidade a sua construção, Meira e Sá em 1909 apresentou ao Senado um projeto de lei, amplamente justificado em discurso por êle então pronunciado, discurso que êle rematou com estas palavras de plena confiança no futuro do Nordeste: “Tenho prazer de mandar à mesa êste projeto, com grande número de assinaturas de ilustres Senadores, aguardando-me para na sua discussão, se preciso fôr, melhor esclarecê-lo e demonstrar as grandíssimas vantagens, aliás, claras, que resultarão dessa via-férrea; vantagens que não serão sòmente para o Rio Grande do Norte, mas também para os quatro Estados a que me referi, além de outros, e para o país; — vantagens que se prendem diretamente à solução do problema das sêcas, porque, para a solução desse secular e momentoso problema, além dos açudes, barragens dos rios e outros meios, é também necessária a viação férrea, para encurtar as distâncias, para tornar fàcil a comunicação, de modo que possam ser vistas e amadas essas regiões, conhecidos e explorados os abundantes elementos de produção dessas plagas, de cujos terrenos disse Euclides da Cunha, nunca assás pranteado, nesse monumental livro — que é **Os Sertões**...

“Ao atravessá-los no estio... barbaramente este reis... ao atravessá-los no inverno — maravilhosamente exuberantes... E o sertão é um paraíso; é um pomar vastíssimo, sem dono.”

Já vê V. Ex., Sr. Presidente, que terrenos que são **maravilhosamente exuberantes**, que se tornam **pomar vastíssimo** — uma vez não lhes faltando esse precioso elemento — a água, fácil de conseguir, corrigindo-se os defeitos topográficos da drenagem rápida e torrencial do solo. Terrenos tais, dizia, não podem ser desprezados ou esquecidos. Menos o podem ser as fortes gentes, que ali vivem e trabalham, às quais cumpre ouvir, atender e tomar na devida consideração; são coisas e povos — patricios nossos — que estão a clamar de todos os govêrnos providências enérgicas, decisivas, solícitas e sistemáticas, no sentido de debelar, de vez, as sêcas e evitar os prejuizos enormes, incalculáveis, — os desastres que elas têm causado, periódicamente, ao norte do Brasil e ao patrimônio nacional.”

Mas, a despeito de sua projeção no Senado da República, prestigiado pela estima e consideração da unanimidade dos seus colegas, e do brilho que comunicava aos debates parlamentares, Meira e Sá sentia-se como que deslocado dentro de uma assembléia política e tinha como que a nostalgia da vida de magistrado, na qual se integrara por decênios como elemento proeminente no poder judiciário do Rio Grande do Norte, onde chegara à Presidencia do Superior Tribunal de Justiça. Tendo ocorrido a vaga de Juiz Federal com o falecimento do Dr. Olímpio Manoel dos Santos Vital, inscreveu-se no concurso aberto perante o Supremo Tribunal Federal, que o classificou em 1.º lugar por unanimidade de de votos. Abandonou assim, e definitivamente, as atividades legislativas, renunciando desde então a qualquer participação nas liças partidárias, para as quais não tinha penderes e às quais não se afeiçoara o seu espírito, voltado ininterruptamente para o campo sereno do direito.

Do que foi como aplicador da lei, há uma vasta e preciosa documentação a atestar não só a sua cultura como a sua retidão, revelada amplamente nas inúmeras decisões e

sentenças que lavrava nos múltiplos casos entregues ao seu julgamento, decisões e sentenças invariavelmente sancionadas pelo voto unânime do Supremo Tribunal Federal, quando a êste chegavam em grau de recurso ou apelação.

Há também, confirmando o merecido e alto conceito de Meira e Sá como juiz, o depoimento unísono de quantos advogados perante êle postularam. De um dêles, Nestor Lima, que foi Presidente do Instituto Histórico e do Instituto dos Advogados naquele Estado, e homem de severo julgamento e excelsas virtudes, há êste depoimento, que bem retrata quem era o grande juiz: "Posso dar meu testemunho sincero e imparcial de como se havia o Dr. Meira na cátedra de juiz: servi com êle, no decênio da sua magistratura na Justiça Federal, pois que, na do Estado, eu ainda não me havia habilitado para o fôro.

Mas, acompanhei-o fielmente nessa década triunfal, postulando e alegando perante êle, com a confiança mais completa que era possível, porque sabia que o seu veredito era espurgado de paixões e de interêsses subalternos, o que não podem sentir, infelizmente, os que hoje fazem-se de juizes, com as exceções do costume, mas, poluem a Justiça, à custa de seus arranjos e baixesas.

Meira e Sá era o tipo completo do Juiz: era a encarnação do sacerdócio judiciário, em seu maior esplendor.

Simple e singelo, honesto e bom, crédulo e confiante, como os espíritos infantis, antes de envenenados pela maldade ingênita do homem contemporâneo; nunca, porém, êle se afastava das normas do direito, das regras da justiça, das recomendações da moral e da ética, ao proferir as suas luminosas decisões.

Contam que, muitas vêzes, solicitado pelos poderosos do momento a decidir em sentido contrário ao que se lhe afigurava de justiça, mandava recados a êles para que tivessem juízo...

Quero acentuar que, no Dr. Meira, encontrei o tipo ideal do magistrado impoluto e impoluível, como é dos sagrados cânones da vida social."

Como perfeito magistrado que o era, Meira e Sá não tinha só o conhecimento, a ciência das leis, certamente elemento imprescindível. Possuía mais do que isso, possuía a consciência do direito, o inato sentimento de justiça, assinado por um dos seus biógrafos, o seu genro, Desembargador Silvino Bezerra que, a propósito, narra o seguinte episódio por êle presenciado: "Em certa noite festiva de SÃO JOÃO, encontrava-me sentado com êle no alpendre de sua casa, situada agora na Av. Olinto Meira, que era então subúrbio de Natal, quando o octogenário visinho procurou-o acompanhado de um funcionário da Intendência Municipal, que o intimara a acabar com a fogueira que queimava, adiantando que o velhinho pagaria uma multa, pois devia saber que A REPÚBLICA havia publicado um edital, proibindo as tradicionais fogueiras. O Dr. Meira, ouvindo o funcionário, ponderou que a regra, de origem romana, de que a ninguém é dado ignorar o direito, "**nemo jus ignorare censetur**", nunca fôra tomada sem as devidas exceções, principalmente dos rústicos, de modo que não deveria assombrar o ancião e muito menos multá-lo, o que seria até uma crueldade, tratando-se de um macróbio pobre e analfabeto, que não lia jornal e queria divertir-se e divertir a família com os fogos, os batisados, as promessas e a saborosa cangica de SÃO JOÃO. Adiantou que era juiz federal, assinava o "Diário Oficial" e, apesar de pagar a assinatura, não o recebia, podendo pois, até êle, juiz, deixar de conhecer certas leis publicadas. Foi atendido e o velho queimou a fogueira até o fim. Lembro-me de ter sido a única vez que o vi irritado, em frente à aflição de um humilde e como que transformado de juiz em advogado."

Não quero encerrar estas linhas sem acentuar que inúmeros foram os trabalhos jurídicos da mais alta valia que Meira e Sá publicou, versando os temas mais variados, em jornais, em revistas, em folhetos, em livros, tendo também tomado parte como figura de plano superior em Congressos e Conferências nacionais, em que os magnos problemas de direito eram abordados.

Ainda hoje são apontados e citados os seus estudos sôbre a Reforma da Justiça Federal e o Recurso Extraordinário, assuntos amplamente debatidos aos tempos da chamada Primeira República.

Por fim, e como remate, referirei o que me foi narrado há alguns anos pelo ilustre jurisconsulto, Professor Sá Viana, participante, como o magistrado potiguar, do Primeiro Congresso Jurídico Americano reunido no Rio de Janeiro.

Dizia-me o Professor Sá Viana, para pôr em relêvo os altos méritos do jurista Meira e Sá, que êste chegara ao Rio para participar do Congresso como representante do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, que então presidia, e apresentara-se como realmente era do seu feitio, modesto, retraído, não se aproximando nos primeiros momentos das sumidades jurídicas do país, estão reunidas.

A primeira tese do questionário a debater referia-se a esta importante questão de direito público: **se a soberania, no regime federativo, residia exclusivamente na União cu se caba, ao mesmo tempo, à União e aos Estados.**

Dois membros do Congresso escreveram memórias a respeito. Um dêles, o Dr. João Monteiro, figura consagrada, diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, mestre dos mais eminentes, orador dos mais notáveis, e o outro, o modesto, o retraído representante do Rio Grande do Norte, Meira e Sá.

Versando a mesma questão, chegavam os dois a conclusões inteiramente diversas.

O primeiro a falar foi o Professor João Monteiro que sustentou o princípio de que, no regime federativo, a soberania tanto reside na União, como nos Estados. A seguir levantou-se Meira e Sá, dizia-me Sá Viana, que até então não o conhecia, levantou-se, tímida e modestamente, e começou a falar sustentando tese oposta.

Pouco a pouco Sá Viana, secretário geral do Congresso, observou que os congressistas se levantavam um a um e procuravam cercar o representante do pequeno Estado do Norte, para ouvi-lo com atenção. E com tal brilho se conduziu Meira e Sá, com tanta precisão soube responder aos pontos de vista do professor paulista, que o Congresso coroou as suas palavras finais com significativa salva de palmas. Desde esse momento o magistrado potiguar passou a ser uma das figuras dominantes no Congresso Jurídico Americano.

Era gente da melhor categoria, como é o caso de Meira e Sá, a que o Rio Grande do Norte costumava mandar para o Congresso Nacional enquanto perdurou a chamada Primeira República.

ALTARES PARA OS NOSSOS MÁRTIRES

Mons. PAULO HERÔNCIO

(SÓCIO-EFETIVO)

A PRIMEIRA Missa que sagrou a nossa pátria foi um marco de predestinação. O Brasil seria sempre um altar. Na vida ou na morte, a gente brasileira transformar-se-ia em legião de almas adoradoras, prostradas diante da presença real de Jesus Cristo no SS. Sacramento.

A história colonial do Rio Grande do Norte, Cunhaú e Uruaçu são páginas de heroísmo e de sangue, de fé e de adoração. São graças consequentes, frutos sazonados daquela bênção divina, daquela mercê especial que foi a Missa consagrando a terra descoberta por Cabral.

Cunhaú recorda o sacrifício de mártires no momento em que assistiam à Missa. Uruaçu lembra um herói cristão a morrer exclamando, quando lhe arrancavam o coração pelas costas: "Louvado sêja o SS. Sacramento".

Quando os sentimentos de religião e de pátria explodiram na insurreição pernambucana, para expulsar o holandês invasor e hereje, os batavos quizeram eliminar tôdas as possibilidades de reação por parte dos portugueses. Traçaram como programa matar os homens que pudessem pegar em armas, espalhando o terror pelas capitanias conquistadas.

O Rio Grande do Norte, cujos campos favoreciam o abastecimento de gado, torna-se, então, cenário das mais atrozes carnificinas.

Na tarde de 15 de Julho de 1645, chegava ao engenho Cunhaú um bando de tapuias e potiguares, chefiados por Jacob Rabbi. Os pacatos habitantes do povoado receberam, então, ordem para comparecer, no dia seguinte, à igreja.

O edital afixado à porta do templo, assinado pelo Supremo Conselho de Recife, anunciava a comunicação de novas ordens vindas de Pernambuco.

Na manhã de 16, quando o Pe. André de Soveral, velho sacerdote paulista, com 90 anos de idade, celebrava a Santa Missa, justamente no instante da consagração, os bugres invadiram a igreja, manejando tacapes e empunhando facas.

O celebrante ainda gritou: "Aquele que tocar no padre ou nas imagens do altar terá os braços e as pernas paralizados!"

Os tapuias recuaram. Os potiguares, porém, avançaram, vibrando golpes de morte sobre o padre, cujo sangue se misturou com o de Jesus Cristo, consagrado no cálice daquela Missa que terminou no céu.

"Na garganta de todos se encontravam a oração e a espada".

Momentos depois, o silêncio velava sózinho os corpos de sessenta e nove mártires.

* * *

Uruaçu era um arraial improvisado para a defesa dos habitantes da terra escravizada.

Depois do morticínio de Cunhaú, Jacob Rabbi e seus índios massacraram os refugiados de Ferreiro Torto, onde, no dizer dos historiadores, não se respeitou nem idade nem sexo. Seu proprietário, João Lostau Navarro, foi levado prisioneiro para a fortaleza dos Reis Magos, agora batizado por forte Ceulen.

Abrigavam-se dentro da cêrca de Uruaçu os que não foram pedir proteção ao governador holandês, como fizeram o Pe. Ambrósio Francisco Ferro, Vigário de Natal, Antônio Vilela Júnior, Francisco de Bastos, José do Porto e Diôgo Pereira. No arraial, defendidos apenas por 17 armas de fogo, facas e paus, estavam Matias Moreira (que Lôpo Curado Garro registra com o nome de Mateus), Antônio Baracho, Estevam Machado, Francisco Dias, Manoel Rodrigues Moura, Manoel Alvares Ilha, Antônio Bernardo, João Martins e muitos outros. Uns 70, ao todo.

Os refugiados de Uruaçu sabiam que a morte rondava o arraial. Com jejuns, cilícios e procissões de penitência, aguardavam a hora de Deus, desde três meses.

Depois do massacre de Ferreiro Torto. Jacob Rabbi apareceu como espião, por fóra da cêrca do arraial. Quatro dias após, Uruaçu amanheceu cercado. As arremetidas dos flamengos e dos índios foram repetidas, durante dezesseis dias. Não lhe valeram as artimanhas dos improvisados carros de assalto, que os heróicos defensores quebraram, e ainda puzeram fóra de combate vinte homens.

Sem munições e mantimentos, os sitiados tiveram, porém, que aceitar a paz que lhes era oferecida, com garantia de suas vidas e haveres, sendo levados para a fortaleza cinco refens, e ficando o arraial sob a guarda de dez soldados.

A chegada a Natal de João Bullestraten, membro do Supremo Conselho, de Recife, teve como consequência o massacre do dia seguinte, 3 de outubro de 1645.

Sob o pretexto de garantir-lhes a subsistência e protegê-los contra os ataques dos índios, os homisiados, prisioneiros e refens da fortaleza foram embarcados para subir o rio, escoltados por uma companhia de flamengos.

No porto de Uruaçu efetuou-se o desembarque.

Dentro do quadrado da tropa, o padre Ferro e seus companheiros tiveram ordem de despir-se

Era chegado o momento do sacrificio.

Um ministro protestante ofereceu-lhes a vida em troca da apostasia. Nenhum, porém, atraioaria o seu Deus. Todos queriam morrer pela fé católica.

Começou a tortura lenta, com amputação de línguas, de braços, de olhos.

A um tiro de mosquete, duzentos índios, emboscados por Jacob Rabbi e chefiados pelo terrível Panoupava, caíram sôbre os mártires, como aves de rapina sôbre a prêsa.

O judeu e oficiais flamengos foram, então, ao arraial, convidar os bravos de Uruaçu para irem à fortaleza, aonde deveriam assinar alguns papéis a serem remetidos ao Supremo Conselho.

Compreenderam os mártires que era chegada a sua hora. Em lágrimas, despediram-se das esposas e dos filhos.

Ao se aproximarem das márgens do rio, virem os restos mutilados das primeiras vítimas, entre índios e soldados.

Repetiram-se as cenas de carnificina. Homens amarrados a árvores, línguas e membros cortados, queimados com ferro em brasa, rasgadas as costas, para lhes arrancarem os corações ainda vivos; crâneos esfacelados a tacape, corpos partidos a meio, "na qual execução, escreveu Lôpo Curado Garro, se fizeram as maiores anatomias, e mártírio nos corpos destes mártires que são cousas que a bôca não pode pronunciar".

Em meio ao suplicio, a exaltação da Eucaristia, na confissão de fé pronunciada por Matias Moreira. Quando lhe arrancaram o coração pelas costas, êle exclamou: "Louvado seja SS. Sacramento!".

Com tão comovente homenagem a Jesus-Hóstia, a firmeza de morrer pela fé, conforme afirmou João Martins, quando lhe ofereceram a vida em troca da traição e da apostasia: "Não me desampara Deus dessa maneira. Armas tomei sempre contra os tiranos, e não contra a minha fé, pátria e rei".

Na noite do morticínio, cânticos de anjos, pairando sôbre os corpos insepultos, foram ouvidos na fortaleza. Perfumes de incenso embalsamaram os ares. O sangue do padre Ferro, quinze dias depois, ainda estava intato.

Sinais de Deus glorificando os que se incorporaram ao martirológico da Igreja.

Nesta hora em que se movimenta o Brasil em favor da beatificação do Padre José de Anchieta, não será chegado o momento de revermos a causa dos mártires norte-riograndenses, conseguindo o que era para eles as honras dos altares?

NOTA—Este foi o último trabalho escrito por Mons. Paulo Heróncio para esta Revista — Entregue em 11 agosto faleceu no dia 1.º de Setembro de 1963.

MANGANÊS DO AMAPÁ

Marechal Fernandes TAVORA

(SOCIO CORRESPONDENTE)

A CONVITE e em companhia do Dr. Fernando Viriato mi (Indústria e Comércio de Minérios S/A) — viside Miranda Carvalho — Diretor Comercial da Ico-támos, em fins de Maio pp, as concessões desta empresa, no Território Federal do Amapá.

Em 4 artigos curtos, — cremos poder informar o público — o milagre duma realização particular, em que se deram as mãos o patriotismo e clarividência nacionais, com a experiência e os recursos de país mais adiantado.

I — GENERALIDADES

O manganês é um metal relativamente escasso na Natureza, possuindo o Brasil, felizmente, o necessário para o seu consumo e mesmo exportação controlada.

E uma espécie de tempero para o aço, em cuja preparação entra na proporção de 3 a 4%. Trota-se, portanto, de elemento substancial para a Siderurgia, indústria básica do progresso de nossos dias.

A ocorrência de manganês no Amapá foi verificada em 1.934, por técnico do Departamento Nacional da Produção Mineral. Mas só em 1.945 o cabôclo Mano Cruz — canoieiro de Amapari, — entregou amostras e indicou a jazida de Serra do Navio, ao então Major Janari Gentil Nunes, Governador do Território, que as fez analisar na espécie e confirmar na procedência.

Em 1.946 o Governo do Mal. Dutra — “declarou reserva nacional às jazidas descobertas e determinou o seu estudo e aproveitamento, por intermédio do Governo do Território Fe-

dera do Amapá e sob a orientação do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia”.

Em fins de 1.947 vence a concorrência para a exploração correlata — a empresa “Indústria e Comércio de Minérios S/A” (Icomi), — com sede em Belo Horizonte (Minas Gerais).

Trata-se de uma organização nacional, veterana e especializada no comércio de minérios. Preside-a o Dr. Augusto T. de Azevedo Antunes, que desta feita e por precisar de colaboração técnica e financeira, estrangeiras, associou-se com uma das maiores companhias norte americanas de aço; que, por isto mesmo se constitue seu maior freguês para o manganês exportado.

A proporção dos capitais nacional e estrangeiro é de 52 para 48.

Os empêços burocráticos, os trabalhos de pesquisa e a construção — duraram 9 anos, entrando a mina em regime de produção, — em 5 de Janeiro de 1957.

O capital estrangeiro inicialmente afiançado pelo Banco de Exportação e Importação, de Washington, foi de 67 milhões de dólares, dos quais somente 50 milhões foram gastos até a inauguração dos serviços essenciais estimando-se em mais de 5 milhões as obras complementares.

As concessões da Icomi no Amapá são as seguintes:

- a) a MINA de Serra do Navio (interior);
- b) o PORTO de minério de Santana (no Canal Norte do Rio Amazonas);
- c) a FERROVIA industrial, de aproximadamente 200 km que os liga.

A duração do contrato é de 50 anos, ao fim dos quais todas as instalações e riquezas subsistentes reverterão ao Governo, isto é, à comunidade brasileira.

Dois tributos cobra a Fazenda à concessionária, sempre sobre o valor venal do minério:

a) na extração (segundo o Código de Minas) e sem limite de quantidade — 8% — sendo 5% para o município de Macapá, em cuja jurisdição administrativa fica a área explorada e 3% da União,

b) na exploração (pelos termos do Contrato) — 5% até 500.000 toneladas e 10% sobre o excedente por ano.

A exação fiscal está a cargo da Mesa de Renda de Macapá, capital do Território. O sistema de pesagens automáticas do minério — na mina e no pôrto — simplifica a fiscalização fazendária. Só por esta achêga tributária recebe a Comuna uns 200 milhões de cruzeiros, anualmente. Uma verdadeira subvenção.

Cêrca de 4 mil pessoas trabalham ou dependen da Icomi — naquelas regiões anteriormente inabitadas senão inabitáveis. Eis a distribuição aproximada das populações,

- a) em Serra do Navio — 2.200 pessoas;
- b) no Pôrto de Santana — 1.500 pessoas,
- c) ao longo da Ferrovia — 300 pessoas.

A instalação, a manutenção e a vida de relação dessa gente — foram ou não problemas dependentes total e exclusivamente da empresa, — “desde a água de beber, à casa para morar, o clube de recreação, — até os gêneros alimentícios, artigos de toalete, meios de transporte e assistência médico-sanitária”.

Releva notar que os estrangeiros (técnicos e auxiliares altamente especializados) apenas figuram com 2% nessa comunidade industrial.

Os nacionais se repartem da seguinte maneira:

- a) amapaenses e paraenses (em partes sensivelmente iguais) — 86%;
- b) nordestinos — 8%; e
- c) outras regiões do país — 6%

Todos os serviços públicos, portanto, foram instalados e são operados pela Icomi: água, eletricidade, esgoto, telecomunicações e transportes de pequeno e longo curso (rodo e ferroviário).

Só as instalações do Pessoal (2 cidades e vários povoados serão vilas) foram orçadas em 300 milhões de cruzeiros, dos quais as Unidades de Saúde (construções e equipamentos) absorveram algo mais de 53 milhões.

Em compensação — segundo tese apresentada ao III Congresso de Hospitais em 1.961, na cidade de São Paulo, — a coletividade de Serra do Navio (a maior e mais distanciada dos centros civilizados, engastada em plena hiléia) apresentou o maior índice de natalidade e o menor de mortalidade, por 1.000 habitantes no Brasil...

Também não é para menos. A Divisão de Saúde da Icomi consta de 5 Departamentos Assistenciais (Saneamento, Medicina, Odontologia, Enfermagem e Nutrição) com instalações para os serviços de pronto-socorro, hospitalares e de saúde pública, que funcionam completamente entrosados — “porquanto (não) operados pela mesma equipe”.

O quadro geral da Divisão de Saúde da empresa — consta de 103 empregados — entre os quais 8 Médicos, 2 Dentistas, 9 Enfermeiros e outros tantos Auxiliares de Enfermagem 4 Laboratoristas, 2 Inspetores Sanitários e 1 Técnico de Ráio-X.

Portanto — “os índices de médico e enfermeira por população assistida — são dos mais favoráveis existente no mundo”; respectivamente 1 para 500 e 1 para 445.

EX-VOTOS DA CAPELA DE ZÉ-LEÃO

VERÍSSIMO DE MÉLO

(SÓCIO-EFETIVO)

POR duas vezes, nos anos de 1962 e 1963, visitamos a Capela de Zé-Leão, localizada no município de Florânia, Rio Grande do Norte. E' essa, sem dúvida, uma das devoções populares mais curiosas do Estado.

Raro o dia em que não aparece por lá uma pessoa, — nos dizia o atual zelador, sr. Sebastião Laercio de Menezes, para visitar a capela, pagar uma promessa, depositar um "milagre". Gente vinda de quase todos os municípios do Estado e até de Estados vizinhos. Na última visita que lá fizemos, o zelador nos disse que há pouco tinha vindo uma senhora de Minas Gerais pagar uma promessa, — o que é um bocado longe.

A origem dessa devoção tem uma estória dramática. Coincidindo, aliás, com várias outras de que temos notícia no Rio Grande do Norte. Pois a credulidade do povo é a mesma por toda parte. Basta violenta cena de sangue para impressioná-lo fundamente. E daí para as promessas, os "milagres" ou ex-votos, há um pulo...

ESTÓRIA DA DEVOÇÃO

Contou-nos Sebastião Laercio de Menezes a origem da Capela de Zé-Leitão, consoante corre na tradição popular.

No ano de 1877, — o terrível ano da seca de 77, — houve desentendimento entre dois agricultores da região, por questões de limite de propriedades. Eram eles José Porfírio e José Leão. Descontente com o seu vizinho, José Porfírio premeditou crime bárbaro. No local onde foi construída a capela, ele tocou, uma noite, José Leão, assassinando-o. Em seguida, esquitejou-o.

No dia imediato, toda a antiga vila tomava conhecimento do crime horripilante. E se não havia testemunhas oculares, ninguém duvidava de que o assassino pudesse ter sido outra pessoa, senão José Porfírio.

Aqui, a tradição não esclarece detalhes. Se teria havido ou não interferência da Justiça, para apurar a responsabilidade do assassinio. Possivelmente, o crime ficou impune. Ou porque o assassino fugiu ou porque não houve interesse das autoridades em elucidar a autoria do fato.

Anos depois, a tradição já nos fala no aparecimento de José Porfírio, todas as tardes, na antiga vila, passando sozinho em direção ao local onde foi esquarterjado José Leão.

— Que iria fazer o estranho individuo, toda tarde, no local sinistro?

(Esse deve ter sido o primeiro comentário que circulou na vila).

Olhos curiosos foram observá-lo, de perto, numa das suas passagens costumeiras. E a notícia logo se espalhou pela redondeza: José Porfírio ia rezar, ajoelhado, toda tarde, pela alma do homem que ele próprio esquarterjara!

As mulheres das imediações do sítio não custaram muito em imitá-lo. Iam, a princípio, rezar também pela alma do pobre homem. Na primeira aflição, alguém se lembrou de fazer uma promessa a José Leão. Alcançou, afinal, o milagre. E o notícia chegou aos ouvidos do povo. Outras mulheres e outros homens fizeram novas promessas e obtiveram êxito nos seus pedidos. Não havia dúvida: José Leão, o martir da tragédia daquele ano de 1877, operava milagres!

Estava criada a devoção popular.

No começo, havia só um cruzeiro no local, que é o mesmo que ainda se encontra por lá. Depois, mãos generosas de homens e mulheres que alcançaram as graças de José Leão, resolveram erguer uma capelinha, com o fim de guardar os "milagres" e acender velas em pagamento de promessas.

A capela é ainda a que fixamos em flagrante fotográfico e vai reproduzida em bico de pena pelo desenhista Tarcisio Motta. Na parte da frente, há uma pequena mesa, com profusão de ex-votos, algumas pequenas imagens, castiçais, velas. Na parte dos fundos, uma montanha de "milagres", na mais estranha promiscuidade de braços, pernas, cabeças, mãos (de madeira), cabeleiras, bonecas de pano, etc.

O QUE SÃO EX-VOTOS

Ex-votos ou "milagres" — está última denominação é a popular na região, — são oferendas que fazem os crentes aos seus santos prediletos, em cumprimento de uma promessa feita. Todavia, as devoções nem sempre estão ligadas a santos da Igreja católica. A capela de Zé-Leão, por exemplo, é uma delas. E há por aí muito menino perdido, pelourinhos, cruces na estrada que têm dado origens a devoções. De maneira que ficará mais correto dizer-se que ex-votos são cumprimentos de promessas feitas a santos, pessoas ou entidades que o povo considera milagrosos.

Esses ex-votos ou representações de milagres podem ser das mais diversas formas, como, por exemplo, esculturas em madeira, barro ou cera; quadros alusivos ao fato, retratos, gravuras de santos, imagens, bonecas de pano, cabelos, velas, etc. Os marinheiros põem sempre miniaturas de navios ou embarcações ou simples fotografias. Nos quadros, retratos e até mesmo nas peças de madeira muitos escrevem agradecimentos, que são dignos de atenção pelo pitoresco da linguagem e ortografia.

Geralmente, o ex-voto é colocado sobre o altar ou entregue ao zelador, que o perdura nas paredes da capela, por um certo tempo. Depois, leva-o para o depósito ou queima-o.

Quando a origem dos ex-votos sabe-se é bastante antiga. Remonta ao paganismo. Seriam sobrevivências das oferendas dos romanos aos seus deuses. "Tabulea votivae" eram as placas lapidares que os romanos depunham nos altares, para exprimir gratidão do favor divino a que se havia comprometido, conforme nos ensina Luís Chaves, no seu livro "A ARTE POPULAR". Além disso, ofereciam também estatuetas de barro, figurações dos milagres, que eram suspensas nos templos, ao lado das estátuas dos deuses. As "tabulea pictae" — diz ainda Luís Chaves, — correspondiam aos nossos quadrozitos de milagres".

Na Idade Média continuaram as oferendas das "tabulea votivae", sendo que uns crentes ofereciam notáveis trabalhos de arte, de alto valor, enquanto outros apelavam para as suas próprias possibilidades artísticas.

Chegou, afinal, a tradição até nós, com os ex-votos feitos não só pelo crente que alcançou o milagre, — como é o mais comum no sertão, — ou por artistas regionais. Pessoas que dispõem de maior habilidade para talhar figuras em madeira, modelar no barro ou desenhá-las em painéis. E estes são constantemente procurados para esse fim.

Não é difícil, contudo, encontrarem-se nessas devoções peças de madeira de admiráveis aspectos artísticos. Cabeças, pés, mãos impressionantes pela perfeição ou rudeza de traços, mas assim mesmo singulares. Daí o alto interesse que essas peças despertam aos estudiosos da Arte em geral. E é este, aliás, um ponto de contato entre antropólogos culturais e artistas plásticos ou simples colecionadores, com relação a essas formas toscas de arte.

Hoje, os colecionadores particulares de ex-votos proliferam assustadoramente pelo país, além dos que procuram essas peças visando museus, instituições de cultura, exposições de caráter etnográfico, como é o nosso caso.

O Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte, que não tem ainda um ano e meio de vida, já possui razoável

coleção de ex-votos, todos colhidos no Estado. E' pensamento da direção do Departamento de Antropologia Cultural promover, futuramente, exposições volantes desse material, como de outros aspectos da nossa cultura, nos principais centros brasileiros.

Só da Capela de Zé-Leão, que não é das maiores do Rio Grande do Norte, embora seja, na nossa opinião, uma das mais interessantes, o Museu do Instituto de Antropologia conta com quase cem peças. No momento, a equipe dos alunos do Instituto organiza o mapa das devoções do Rio Grande do Norte, para pesquisa e estudo desses centros tradicionais da credence no Estado.

Reminiscências de um costume pagão, — como tanta coisa que a Igreja Católica aceitou um tanto a contra-gosto, — os ex-votos nordestinos são manifestações autênticas da nossa arte popular, ligadas, embora, ao espírito supersticioso da nossa boa gente.

SÔBRE CALCÁRIOS CRETÁCEOS NO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM

Rio Grande do Norte

Antônio Campos e Silva
(SÓCIO-EFETIVO)

OS calcários cretáceos em Ceará Mirim foram primeiramente apontados por SOPER (1913). No mesmo ano, JENKINS (1913) agrupou aquêles sedimentos sob a denominação de **formação Natal** e os atribuiu ao Eoceno Inferior; baseou-se, para esta datação, em fósseis por êle coletados na região, dentre os quais destacava-se uma espécie referida a *Cardium* (*Criocardium*) *soaresanum* Rath., comum na formação Maria Farinha, Eoceno Interior de Pernambuco. Posteriormente, MAURY (1934) efetuando uma revisão no material de JENKINS, chegou à conclusão de que o *Cardium* em questão constituía uma nova espécie, batizada como *Cardium jenkinsi*. Por outro lado, a autora citada encontrou moldes de *Nerinea*, gênero que se extinguiu no Cretáceo, o que eliminou definitivamente a possibilidade de ser a **formação Natal** de idade terciária. Os fósseis estudados por MAURY (1934) foram coletados por Luciano Jacques de Moraes, e constavam das seguintes espécies:

Cardium jenkinsi Maury — Coletado em Itapaçaróca.

Cardium itapassarocanum Maury — Idem.

Turritella natalensis Jenkins — Idem.

Cerithium mirimensis Maury — Idem.

Nerinea sp. ind. — Coletada em Jacoca.

Cerithium (?) *jacocuea* Jenkins — Idem.

A **formação Natal** de JENKINS foi, portanto, reduzida a simples continuação do cinturão cretáceo, e referido por MAURY (1934) ao Cretáceo Superior.

Em nossas pesquisas, apenas conseguimos moldes de *Cerithium mirimensis* Maury em Jacóca.

Passamos a comentar as localidades que apresentam afloramentos de calcários cretáceos na região de Ceará-Mirim.

JACÓCA — Localidade situada 4,5 km. a SO da sede municipal. O afloramento tem lugar numa caieira abandonada, próximo ao Posto Agro-Pecuário de Ceará Mirim.

Os calcários jazem abaixo das argilas rubefactas da formação Barreiras.

Coletamos aí alguns moldes externos de *Cerithium*, perfeitamente referíveis a *C. mirimensis* Jenkins.

CAIEIRA — O sítio fica no Km 40 da estrada de ferro, os calcários ocorrendo ao longo e na base de uma escarpa, ou em outros afloramentos nos locais em que foi removida a cobertura de argilas. A área dos afloramentos é aproximadamente a de um trapézio cuja base maior repousa na escarpa e a menor na via férrea. O topo da camada calcária está a 18 m sobre o nível do mar, aproximadamente, expondo uma espessura de 3 a 4 metros.

O calcário é branco a esbranquiçado ("whitish") apresentando manchas negras que demonstraram ser devidas a sulfetos. Intercalado e na base do afloramento, registramos um leito de argila azul-acinzentada.

MORAES (1924) apresenta a seguinte análise do calcário do Km 40:

Perda ao fogo (H ₂ O + CO ₂) ..	40,30%
Sílica	31,50%
Alumina	0,44%
Óxido férrico	0,96%
Carbonato de cálcio	17,49%
Magnésio	9,41%

MAÇARANDUBA — Próximo ao rio Guajirú encontramos o sítio Maçaranduba, onde se exploram jazidas calcárias para o fabrico da cal. O calcário ocorre, como em Jacóca e no Km 40, na base de escarpas artificiais, com um capeamento de argilas provisoriamente referidas à formação Barreiras. Estudamos dois cortes, em regiões confrontantes, e à distância de 40 m um do outro. As bases estão no mesmo nível:

CORTE A —

- 0,80 m — Calcário friável, misturado com uma argila arenosa e calcária.
- 0,20 m — Calcários compacto, de côr amarelo-clara.

CORTE B —

- 0,30 m — Seixos de arenito conglomerático ferruginoso.
- 1,40 m — Argilas vermelhas.
- 5,00 m — Calcário compacto.
- 0,40 m — Argila compacta, azul-cinzentada, idêntica à encontrada no Km 40.
- 2,00 m — Calcário compacto.

Os números indicam a espessura das camadas

ITAPAÇARÓCA — Em Itapaçaróca tivemos oportunidade de observar os afloramentos de calcário avermelhado ("buff-colored limestone" de Maury) por sais de ferro. A estação da Rêde Ferroviária está a 40,90 m sôbre o nível do mar, sendo esta altitude praticamente constante ao longo da via férrea. Os calcários com o mesmo aspecto alçam-se até 8 m acima dos trilhos.

Encontramos, na superfície dos calcários, pequenos seixos de côr rôxa carregada, de origem limonítica. Aliás, a ocorrência de tais seixos, desenvolvidos talvez a partir da piritita dos calcários, é relativamente comum em toda a faixa cretácea do Rio Grande do Norte.

* * *

Embora o Cretáceo só aflore nêstes locais, sua extensão sob o Terciário é muito importante no município. A camada pliocênica (se pliocênica é a formação Barreiras) apresenta-se em 10, 20 ou mesmo 40 m sôbre os calcários, diminuindo de espessura para oeste e noroeste. Na cidade de Ceará-Mirim o calcário encontra-se a 35 m de profundidade. Os olhos d'água que abastecem a cidade e que ocorre na Usina São Francisco estão vinculados à circulação cárstica, devendo-se ressaltar que o baixo Ceará-Mirim, nas proximidades da cidade homônima, depositou seus aluviões diretamente sôbre as rochas cretáceas.

CONCLUSÃO

Os calcários cretáceos de Ceará Mirim foram referidos por MAURY (1934) ao Cretáceo Superior. Apesar de reclamar pesquisas mais sistemáticas, é provável que, embora seja uma continuação do cinturão cretáceo que se dispõe de oeste para leste no Estado, não se trate do mesmo calcário Jandaíra, Turoniano. A composição da paleofauna e mesmo o tipo de fossilização são bastante diferentes daqueles do Jandaíra. Possivelmente eles formam unidade com as camadas que ocorrem ao longo e próximo do litoral ao sul de Natal, e que estudamos em trabalho ainda inédito (SILVA, 1963).

BIBLIOGRAFIA

SOPER, R. H. 1913 — "Geologia e Suprimento d'Agua Subterranea no Rio Grande do Norte e Paraíba", M.V.O.P."

SOPER, R. H. 1913—"Geologia e Suprimento d'Agua Subterranea no Rio Grande do Norte e a Paraíba". M. V. O. P., I.F.O.C.S., Publ. n. 26, Série I-D, Rio de Janeiro.

JENKINS, O. P. 1934—"Geology of the region about Natal, Rio Grande do Norte, Brazil",

MORAES, L. J. DE 1924—"Fossil Invertebrada from Northeastern Brazil", Am. Mus. Nat. Hist., Bull., LXVII, art. IV, pp. 123-179, pls. IX-XIX, New York.

MAURY, C. J. 1934—"Serras e Montanhas do Nordeste", 2 vols., M.V.O.P., I.F.O.C.S., Publ. n.º 58, série I-D, Rio de Janeiro.

SILVA, A. C. E 1963—"Sôbre a ocorrência de alguns calcários ao sul de Natal" (inédito).

INSTRUÇÃO PÚBLICA EM MARTINS

M. JÁCOME DE LIMA
(SÓCIO EFETIVO)

A LEI de 15 de outubro de 1827 instituiu o ensino público no Brasil, determinando que haveriam escolas de primeiras letras em tôdas as cidades, vilas e lugares mais populosos do país. Os professores dessas escolas ensinariam a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, noções gerais de geometria prática, a gramática da lingua nacional e os princípios de moral cristã da doutrina da religião católica apostólica, romana, proporcionados à compreensão dos meninos, preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

Criada uma escola seria provida mediante concurso realizado na capital, perante uma comissão presidida pelo Presidente da Província. O candidato aprovado seria nomeado para a nova cadeira.

De acôrdo com os dispositivos dessa lei, foi criada, pelo decreto de 27 de agosto de 1831, uma escola na Serra do Martins, para a qual foi nomeado professor Francisco de Paula Furtado, que iniciou suas atividades a 4 de maio de 1835, matriculando 39 alunos no primeiro ano letivo (Um século de ensino primário, do Dr. Nestor dos Santos Lima, pág. 55).

Demonstrando grande interêsse pelo desenvolvimento do ensino, os martinenses conseguiram a criação de uma escola de latim, pela lei n. 50, de 24 de outubro de 1840. Foi a única povoação da província que possuiu escola de latim, pois as localidades em que funcionavam cadeiras desta disciplina, eram Natal, Assú, Caicó, São José de Mipibú e Goianinha, a primeira cidade e as demais vilas.

Este grande melhoramento no setor educacional muito contribuiu para o progresso do futuro município e deve-se ao prestígio e dedicação do cônego Pedro José de Queiroz e Sá, ilustre martinense e deputado a Assembléa Legislativa Provincial, em seis legislaturas consecutivas (1835 — 1847).

Para a citada cadeira foi nomeado, pelo Presidente da Província, Dr. Manoel de Assis Mascarenhas, o Professor Francisco Emiliano Pereira, que havia anos, vinha lecionando particularmente latim, na povoação, depois de ter exercido por alguns anos o cargo de professor público da referida matéria em Assu.

A 12 de novembro de 1841, Francisco Emiliano assumiu o exercício de suas funções, perante o presidente da Câmara Municipal de Portalegre, Vicente Borges Gurjão, exercendo-as com abnegação, competência e assiduidade até o seu falecimento, em 1958. Percebia o ordenado anual de 400\$000.

Naquela modelar escola iniciaram seus estudos numerosos jovens que mais tarde exerceram altos cargos na vida pública. Dentre muitos salientaram-se os drs. Almino Afonso, Reinaldo Gomes de Oliveira, Manoel de Paiva Cavalcanti, Manoel Antônio de Oliveira, os padres Antônio Dias Fernandes, Matias Fernandes de Queiroz, Antônio Joaquim Rodrigues, Joaquim Manoel de Oliveira, Cosmo Leite da Silva, Cândido Pereira de Oliveira, Estolano Xavier Bezerra, além de muitos outros.

Para se ter uma idéia segura da proficuidade dessa escola, basta compararmos o número de alunos que a frequentavam, com a de outros estabelecimentos do mesmo gênero, em outros pontos da Província. Em 1842 funcionavam cinco escolas de latim no interior do Rio Grande do Norte, com a matrícula de 60 alunos. A de Martins tinha uma matrícula de 25 alunos. Dois anos mais tarde, as mesmas escolas acusavam uma matrícula de 71 educandos, sendo que a de Martins tinha matriculado 29 escolares.

Em 1855 a frequência continuava satisfatória e o aproveitamento era compensador, pois dos 19 jovens que naquela época ali estudavam a língua do Lácio, 7 já faziam traduções em prosa e verso, conforme declaração do respectivo professor, feita à margem de um mapa do movimento escolar, enviado à Assembléia Legislativa Provincial.

Na mesma data em que tomava posse da cadeira de latim Francisco Emiliano Pereira, assumia o cargo de professor de primeiras letras Joaquim Xavier da Cunha, que por espaço de 20 anos, prestou relevantes serviços, à instrução da infância, exercendo também outras atividades na vida administrativa, política e social do município. Foi presidente da Câmara Municipal, secretário da mesma corporação, escrivão privativo do júri e execuções criminais.

Para maior desenvolvimento do ensino na comunidade, foi criada uma escola para o sexo feminino, pela lei n.º 197, de 16 de junho de 1849. Um ano depois essa escola era provida pela professora Dona Maria José da Conceição, por ato de 20 de junho de 1850. Essa professora permutou com Dona Inácia Joaquina do Sacramento, do Assu a qual iniciou suas atividades escolares a 10 de setembro de 1951.

Falecendo Francisco Emiliano Pereira, foi substituído na cadeira de latim por Cosme Damião Barbosa Tinóco, que igualmente foi nomeado professor da cadeira de francês, criada pela lei n.º 417, de 4 de setembro de 1858.

Em 1873, foi transferido de Natal para Martins, o professor João Onofre Pinheiro de Andrade, que ali constituiu família e exerceu grande atuação na vida política e social da localidade. Mas tarde, depois de aposentado, exerceu por muitos anos e com reais proveitos e reconhecida capacidade, o cargo de promotor público da comarca. "Homem inteligente, honesto e animador", possuidor de "linguagem boa e aprumada, com sinonímia abundante", na douta opinião do escritor Câmara Cascudo, João Onofre, num largo período de quase vinte anos, muito trabalhou pelo desenvolvimento do ensino do município. Em reconhecimento aos seus inestimáveis serviços à causa da instrução pública em Martins, o Estado constituiu-o patrono da Escola Isolada de Lucrécia, pelo decreto n.º 252, de 1.º de abril de 1937.

Também foi professor público em Martins, por longos anos, Teófilo Orozimbo da Cunha Souto Maior e por algum tempo, Leônidas Monteiro de Araújo. No magistério feminino, necessário se faz salientar o nome de D. Isabel Alexandrino Soares, nomeada em 2 de outubro de 1867 e aposentada em 1892. Foram estes os nomes dos abnegados mestres e mestras, que num período de 55 anos, isto é, de 1834 quando foi instalada a primeira escola até a queda do regime monárquico, em 1889, contribuíram com os seus esforços, sua dedicação e seu saber, para a educação e a instrução dos martinenses, colaborando desta forma para o progresso e desenvolvimento social, econômico e cultural do município.

Proclamada a república, o Dr. Pedro Velho, primeiro governador constitucional do Estado, pelo decreto n.º 18, de 30 de setembro de 1892, reformou a instrução pública. As escolas de Martins ficaram reduzidas a duas — uma para cada sexo.

Para essas escolas foram nomeados a 23 de janeiro de 1893, os professores Adrião Ferreira de Melo e D. Josefa Bezerra Cavalcante Lôbo. Esta última, foi removida em 1896 para Nova Cruz, sendo substituída por D. Ester de Brito Pinto. Esses dedicados mestres exerceram com abnegação inexcusável o seu benéfico apostolado até 1908, quando a nova reforma do ensino os aposentou.

Referindo-se ao professor Adrião, em Martins, o dr. Raimundo Nonato da Silva, escreveu: — "Na sua aula sucederam-se turmas de meninos e de jovens do lugar, até completarem, mediante exame formal da matéria lecionada no currículo e com o respectivo certificado, o Curso Primário. Disciplina, vigilância e energia davam à escola um ritmo de correspondência e aproveitamento. Daí, que não foram pou-

cos os alunos encaminhados para estudos secundários e superiores ou os que se integraram em funções da vida local ou atividades do do município.”

No ensino particular, salientaram-se os drs. Manoel André da Rocha, Manoel Moreira Dias, Prudêncio José de Carvalho e Manoel Antônio Pinto, os dois primeiros mantendo aulas de português, francês, aritmética e outras matérias, e os últimos, lecionando as primeiras letras, todos com ótimos resultados para a mocidade.

Em agosto de 1904, o professor Antônio Gomes de Arruda Barreto, diretor do Colégio “7 de Setembro”, transferiu aquele importante educandário de Mossoró para Martins e ali funcionou com regularidade e grande proveito o resto do ano, no velho sobrado da família de Almino Afonso.

GRUPO ESCOLAR “ALMINO AFONSO”

Reformada a instrução pública em 1908 e não podendo o município construir um prédio para o grupo escolar, tratou o governo municipal de fazer a conveniente adaptação no edifício da Intendência Municipal.

Para a realização desse trabalho, contou o Presidente do Executivo da Entidade com a valiosa colaboração do Dr. Antônio Soares de Araújo, então juiz de Direito da Comarca, que não poupou sacrifícios nem mediu esforços para que a cidade tivesse com a brevidade possível, um modelar estabelecimento de ensino de acordo com as exigências da pedagogia moderna e conforme os preceitos da higiene.

Concluídos esses serviços e adquiridos o mobiliário e material pedagógico necessário, o Governador do Estado, Dr. Alberto Maranhão, por decreto n.º 196, de 21 de abril de 1909, criou o grupo escolar, com a denominação de “Almino Afonso”, em homenagem ao ardoroso tribuno, exímio latinista e grande abolicionista que nascera naquele município em uma localidade que hoje está encravada em Patú.

A inauguração do novo estabelecimento de ensino realizou-se a 24 de abril do mesmo ano e foi presidida pelo Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, diretor interino da Instrução Pública do Estado, no meio das mais vivas e calorosas demonstrações de alegria e do mais vibrante entusiasmo da população local. Às 12 horas do mencionado dia, perante numerosa assistência da qual faziam parte o presidente da Intendência Municipal — Joaquim Gomes de Amorim, os deputados estaduais Cristalino da Costa Oliveira e João Bernardino de

Pajva Cavalcanti, o vigário da freguezia, padre José Neves de Sá, o sr. Joaquim Inácio, o dr. Joaquim Inácio Filho, diretor do grupo escolar, o dr. Francisco Bezerra, delegado escolar e outras autoridades, o dr. José Augusto abriu a sessão e em primoroso discurso "discorreu sobre a instrução, sobre o modo porque passava ela a ser ministrada, sobre os seus resultados positivos, sobre o ato governamental que a reformava e finalmente, em nome do Governo declarou inaugurada "o novo estabelecimento de ensino". Falaram ainda os drs. Joaquim Inácio Filho e Francisco Bezerra, a professora Ester de Brito Pinto e Dona Maria Luiza. sendo todos muito aplaudidos. Houve cânticos e recitativos pelas creanças. Com o hino nacional, executado pela banda de música local, foi encerrada a sessão inaugural, havendo em seguida uma passeata cívica.

Os primeiros professores do grupo escolar foram o Dr. Joaquim Inácio Filho, que acumulou as funções de Diretor, Dona Ester Brito Pinto e Dona Isabel Alexandrina Soares, que foram empossadas nos seus cargos pelo Dr. José Augusto, o qual no dia 26, assistiu às primeiras aulas do novo estabelecimento.

Em 1910 o dr. Joaquim Inácio Filho foi substituído pelo Sr. Eliseu Fernandes Maia. A 20 de março de 1911 assumiu as funções de professor da escola elementar masculina e diretor do grupo escolar Luiz Soares, o primeiro professor diplomado que lecionou em Martins.

Em setembro de 1911, o professor Luiz Soares foi transferido para Assu, tendo sido substituído pelo Dr. Miguel Ferreira de Castro, nomeado a 4 de outubro do mesmo ano. Em 5 de novembro de 1913 tomaram posse dos cargos de professores provisórios, João Idalino de Paiva e Cacilda Fernandes de Oliveira. Exonerada em janeiro de 1914, da escola infantil mista, D. Isabel Alexandrina Soares, professora aposentada, que desde a inauguração do grupo escolar vinha exercendo em caráter interino a regencia daquela escola, foi substituída por Ana Amélia Pereira da Costa.

Em fevereiro de 1915, foi nomeado para essa escola a p... Alice Graziela de Paula que permaneceu em Martins até o fim de 1916, quando foi transferida para o grupo escolar de Nova Cruz.

Baixando a frequência do educandário, foi suprimido o curso infantil misto, passando a funcionar, sob o regime de escolas isoladas, atualmente escolas reunidas, os cursos elementares masculinos e femininos. Durante esse período foram professores: — Abel Furtado e Celita Guimarães (1917 — 1918); Manoel Jácome de Lima e Arnália Câmara (1919 — 1923).

cos os alunos encaminhados para estudos secundários e superiores ou os que se integraram em funções da vida local ou atividades do município.”

No ensino particular, salientaram-se os drs. Manoel André da Rocha, Manoel Moreira Dias, Prudêncio José de Carvalho e Manoel Antônio Pinto, os dois primeiros mantendo aulas de português, francês, aritmética e outras matérias, e os últimos, lecionando as primeiras letras, todos com ótimos resultados para a mocidade.

Em agosto de 1904, o professor Antônio Gomes de Arruda Barreto, diretor do Colégio “7 de Setembro”, transferiu aquele importante educandário de Mossoró para Martins e ali funcionou com regularidade e grande proveito o resto do ano, no velho sobrado da família de Almino Afonso.

GRUPO ESCOLAR “ALMINO AFONSO”

Reformada a instrução pública em 1908 e não podendo o município construir um prédio para o grupo escolar, tratou o governo municipal de fazer a conveniente adaptação no edifício da Intendência Municipal.

Para a realização desse trabalho, contou o Presidente do Executivo da Entidade com a valiosa colaboração do Dr. Antônio Soares de Araújo, então juiz de Direito da Comarca, que não poupou sacrifícios nem mediu esforços para que a cidade tivesse com a brevidade possível, um modelar estabelecimento de ensino de acordo com as exigências da pedagogia moderna e conforme os preceitos da higiene.

Concluídos esses serviços e adquiridos o mobiliário e material pedagógico necessário, o Governador do Estado, Dr. Alberto Maranhão, por decreto n.º 196, de 21 de abril de 1909, criou o grupo escolar, com a denominação de “Almino Afonso”, em homenagem ao ardoroso tribuno, exímio latinista e grande abolicionista que nascera naquele município em uma localidade que hoje está encravada em Patú.

A inauguração do novo estabelecimento de ensino realizou-se a 24 de abril do mesmo ano e foi presidida pelo Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, diretor interino da Instrução Pública do Estado, no meio das mais vivas e calorosas demonstrações de alegria e do mais vibrante entusiasmo da população local. Às 12 horas do mencionado dia, perante numerosa assistência da qual faziam parte o presidente da Intendência Municipal — Joaquim Gomes de Amorim, os deputados estaduais Cristalino da Costa Oliveira e João Bernardino de

Pajva Cavalcanti, o vigário da freguezia, padre José Neves de Sá, o sr. Joaquim Inácio, o dr. Joaquim Inácio Filho, diretor do grupo escolar, o dr. Francisco Bezerra, delegado escolar e outras autoridades, o dr. José Augusto abriu a sessão e em primoroso discurso "discorreu sobre a instrução, sobre o modo porque passava ela a ser ministrada, sobre os seus resultados positivos, sobre o ato governamental que a reformava e finalmente, em nome do Governo declarou inaugurada "o novo estabelecimento de ensino". Falaram ainda os drs. Joaquim Inácio Filho e Francisco Bezerra, a professora Ester de Brito Pinto e Dona Maria Luiza, sendo todos muito aplaudidos. Houve cânticos e recitativos pelas crianças. Com o hino nacional, executado pela banda de música local, foi encerrada a sessão inaugural, havendo em seguida uma passeata cívica.

Os primeiros professores do grupo escolar foram o Dr. Joaquim Inácio Filho, que acumulou as funções de Diretor, Dona Ester Brito Pinto e Dona Isabel Alexandrina Soares, que foram empossadas nos seus cargos pelo Dr. José Augusto, o qual no dia 26, assistiu às primeiras aulas do novo estabelecimento.

Em 1910 o dr. Joaquim Inácio Filho foi substituído pelo Sr. Eliseu Fernandes Maia. A 20 de março de 1911 assumiu as funções de professor da escola elementar masculina e diretor do grupo escolar Luiz Soares, o primeiro professor diplomado que lecionou em Martins.

Em setembro de 1911, o professor Luiz Soares foi transferido para Assu, tendo sido substituído pelo Dr. Miguel Ferreira de Castro, nomeado a 4 de outubro do mesmo ano. Em 5 de novembro de 1913 tomaram posse dos cargos de professores provisórios, João Idalino de Paiva e Cacilda Fernandes de Oliveira. Exonerada em janeiro de 1914, da escola infantil mista, D. Isabel Alexandrina Soares, professora aposentada, que desde a inauguração do grupo escolar vinha exercendo em caráter interino a regência daquela escola, foi substituída por Ana Amélia Pereira da Costa.

Em fevereiro de 1915, foi nomeado para essa escola a professora Alice Graziela de Paula que permaneceu em Martins até o fim de 1916, quando foi transferida para o grupo escolar de Nova Cruz.

Baixando a frequência do educandário, foi suprimido o curso infantil misto, passando a funcionar, sob o regime de escolas isoladas, atualmente escolas reunidas, os cursos elementares masculinos e femininos. Durante esse período foram professores: — Abel Furtado e Cellita Guimarães (1917 — 1918); Manoel Jácome de Lima e Amália Câmara (1919 — 1923).

Em 1919 foi iniciada a construção de um novo prédio para o grupo escolar, projetado de acôrdo com as exigências da técnica de ensino, o qual foi inaugurado solenemente a 7 de setembro de 1922, como parte das festas promovidas para comemoração do centenário da Independência do Brasil.

Em janeiro de 1924, o governador do Estado, Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, transformou as escolas isoladas em grupos, designando para as três cadeiras existentes — Manoel Jácome de Lima, também nomeado diretor do novo estabelecimento, Guiomar Fernandes e Abigail Fernandes. Aumentando consideravelmente a matrícula e a frequência no curso infantil misto, o Diretor do Departamento de Educação, autorizou em 1927, o funcionamento de um curso suplementar dessa categoria, designando para dirigi-lo a professora Maria de Lourdes de Carvalho. Em fevereiro de 1928, foi instalado o Curso Complementar, criado pelo decreto n.º 220, de 4 de dezembro de 1923, sendo nomeado para essa escola o professor Antônio Estevão da Silva, igualmente designado Diretor do grupo escolar.

Nesse ano foi fundada uma biblioteca, que conta atualmente mais de 1.400 volumes, instituição que muito contribuiu para desenvolver nos jovens educandos o hábito e o gosto pela boa leitura. Também foi fundado um jornal escolar — “Lua da Juventude” — cujo primeiro número circulou a 13 de maio de 1930, tendo circulado apenas um ano.

Afastando-se o professor Antônio Estevão, foi substituído no Curso Complementar pelo professor Tobias dos Santos, que mais tarde teve como substituto o prof. Manoel Jácome de Lima, o qual permaneceu na regência daquela cadeira e na direção do grupo escolar até fins de 1935. Nesse período, prestaram inestimáveis serviços ao magistério do velho educandário os professores Mário Cavalcante, José Bezerra, Clotildes Guedes, Edilzeta Ataíde de Melo, Odete Miranda e Hilda Lopes Lemos. Nos últimos 25 anos, isto é, de 1936 a 1961, exerceram o magistério no aludido estabelecimento, os seguintes professores: — Wilson Pessoa da Rocha, Moacir Lucena, João Bevenuto, Ivaldo Lopes da Silva; diplomados; Francisco Dias da Cunha e João Suassuna de Alencar, leigos. Além desses professores, prestaram ainda sua valiosa colaboração ao ensino local, as professoras: — Sotera Arruda, Maria Ismaelita, Maria do Socorro Fernandes, Maria de Lourdes Costa, Maria das Dores Bezerra, Estela Luz Cunha, Raimunda de Paiva Carvalho, Ester Soares Paulina Carrilho da Câmara, Vicentina Soares de Araújo, Teresinha de Jesus Barreto, Raimunda Barreto de Oliveira, Maria de Lourdes Filgueira, Elza Fernandes Sena, Heloiza Fernandes Soa-

res de Sousa, Beatriz Fernandes Soares de Sousa, Nazaré Júlio de Oliveira, Francisca Dias da Cunha, Francisca Iraides Soares, Teresinha de Queiroz Costa, Joana Darc Fernandes, Miriam de Queiroz Costa, Maria do Socorro Rodrigues, Francisca Aci de Carvalho, Elisete Sousa Cunha, Azelma Lisbôa Leite, Maria Bernardete Costa e Teresinha Alencar Caldas, tôdas com diploma de curso pedagógico, algumas do 1.º e outras do 2.º ciclo; Tereza Fernandes dos Santos, Zufla Lucena com curso ginásial; Maria do Carmo Carvalho, com o curso da Escola Doméstica de Natal; Raimunda Fernandes dos Santos, Maria Perpétua Nobre, Maria Antoniêta Bezerra, Maria Salete Oliveira, Maria Alencar Caldas e Vitória Régia Lucena, com o curso básico comercial; Maria da Conceição Lisboa, Eugênia Inocência de Carvalho, Tércia Lemos, Francisca de Lucena Alves, Natércio Soares de Sousa, Zenilda Lisbôa, Maria de Lourdes Leite, Diva Amorim Martins, Maria de Lourdes Sousa, Helena Inocência de Carvalho, Maria Celeudes Soares, Maria Neusa dos Santos, Teresinha Lisboa Leite, Donatila Fernandes da Costa, Maria da Conceição Amaral, Charcení Fernandes de Araújo, Angelita Júlia de Oliveira, Maria do Carmo Resende, Francisca Ceci de Freitas, Teresinha da Costa Fernandes, Maria Pessoa de Amorim, e Maria de Lourdes Barreto de Medeiros, tôdas com o Curso Complementar.

No período acima citado, estiveram como diretores do grupo escolar, os seguintes professôres: — Abigail Fernandes de Oliveira — (1936 — 1951); Francisca Dias da Cunha Nogueira — (1951 — 1952); Nazaré Júlia de Oliveira Gondim — (1952 — 1957); Maria Dizélia Silva de Carvalho — (1958 — 1960); Maria de Lourdes Barreto de Medeiros — (1961 — 1964).

Funciona atualmente no município de Martins os seguintes estabelecimentos de ensino primário:

Grupo Escolar "Almino Afonso", na cidade de Martins.

Grupo Escolar Rural "Desembargador Sival Moreira Dias" no subúrbio da cidade.

Escolas Reunidas de Serrinha dos Pintos.

Escolas Reunidas de Lagoa Nova —

Escolas Reunidas de Jacu — Pé de Serra dos Geraldos — Boagua Pintada — Canto — Serra Nova — Pic — Carros — Estaleiro — Papagaio — Poção — Cégo — Mata Sêca — Salva Vida — Chape — Frade — Serrinha do Canto — Lages — Mundo Novo.

Essas escolas atingem uma matrícula de mais de 2.000 alunos criada e mantida pela Prefeitura Municipal, desde 1957, e que conta com a cooperação do SENAC. É uma instituição que vem prestando relevantes serviços à mocidade estudiosa martinense. Muitos dos seus alunos após a conclusão do curso, vêm sendo aproveitados no magistério primário, outros continuam seus estudos nos estabelecimentos de ensino secundário e diversos abraçam a carreira comercial para a qual receberam a conveniente preparação.

A TERRA TREMEU EM NATAL

TARCÍSIO MEDEIROS

(sócio efetivo)

POR duas vezes, sendo a primeira a 10 de janeiro de 1854, e, na segunda, a 24 de julho de 1879, conforme consta dos estudos do Visconde de Pôrto Seguro e dos apontamentos dos especialistas professor John C. Branner e dr. Arrojado Lisbôa, no ano de 1915, segundo relata Alfredo de Carvalho no volume XIV — 1916, desta Revista. Contudo, é singela a revelação, despida de qualquer comentário sobre causa e efeito dos dois fenômenos telúricos.

* * *

O tremor de 10 de janeiro de 1854, há 110 anos, parece impossível de ser aclarado pela inexistência de registro à época, vez que, na falta de "O Natalense", do Pe. Brito Guerra, a noticia não foi encontrada, nem divulgada pelos periódicos das capitais vizinhas. Nas atas dos trabalhos da Câmara, dos documentos das Repartições públicas da cidade, nada ficou.

Presidia a Província Antônio Bernardo dos Passos, homem trabalhador que executou profícua administração. Construiu o Cemitério do Alecrim, acabando com o enterramento nas Igrejas; edificou o primeiro Hospital de Caridade, hoje prédio ocupado pela Casa do Estudante; fêz o "Passo da Pátria"; regulamentou a pesca na costa da Província; conseguiu funcionar o Ateneu; e concedeu, como pioneiro, bolsas de estudos a estudantes pobres, beneficiando Danoel Pedro Ferro Cardoso para cursar Belas Artes. Tudo isto se encontra bem

certificado pelos historiadores regionais, e mais que enfrentou e venceu a “coléra-morbus”, epidemia que causou verdadeira calamidade em Natal.

Assim, torna-se evidente, no período do Governo de Antônio Bernardo dos Passos, até 19 de abril de 1857, tendo tal coisa acontecido, capaz de haver causado maior comoção à população, certamente tôdas aquelas fontes teriam gravado o fato inusitado.

Certo, o sismo foi uma realidade. Porém aqui em Natal teve pouca importância. desde que a área de origem foi Touros.

Nessa cidade, sede do Município a partir de 27 de março de 1835, no mesmo dia, mês e ano, com diferença de poucos segundos, o abalo foi forte, aterrorador. Niz de sua intensidade a tradição ainda viva entre velhos residentes, recebia dos seus ancestrais, que fala “do estrondo do Touro Grande”, cabeço de pedra existente no mar, fazendo “tremor o chão e cair rebôco das paredes”.

O mapa geofísico da costa potiguar, aponta a cordilheira submarina de “recifes” emergindo nas imediações da “Ponta do Calcanhar”, passando por Touros, com seu casario chantado nas arestas do “parracho”, atingindo o cabo de “São Roque”, depois Natal, dominando a barra do Potengi, e estendendo-se até Abrolhos, Baía, como sustentam alguns tradadistas. Por isto, tomando-se o dito popular daquela praia “do estrondo no Touro Grande” e localizado o evento nos “recifes” do mesmo nome, fica justificado ter sido sentido em Natal por simples percussão das ondas de choque, de intensidade maior na Ribeira, Redinha e Praia do Forte, lugares de Natal próximos daquela cadeia de pedras à beira-mar.

* * *

A segunda concussão, de 24 de julho de 1879, atingiu Natal diretamente e propagou-se para as bandas da Vila de São Gonçalo, abalando a terra e atemorizando o povo com ruído medonho. O medo, o susto do imprevisto, mereceu o relato do fato até em o “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, que abriu coluna para transcrever as notícias de “A Re-

forma” e “O Liberal” desta Capital, bem como de correspondência recebida desta então Província, a qual, de forma suggestiva, relata o acontecido e lembra e confirma aquêlê outro de Touros.

“Diz o “Diário de Pernambuco” que, segundo carta recebida do Rio Grande do Norte, datado de 25 do corrente, houve em Natal, de 5 1/4 até 5 1/2 horas da tarde de 24, uma oscilação no solo acompanhada de estampidos, causando grande consternação à população, sem, contudo, determinar prejuizos, a não ser quebra de vidros, louças e desabamentos” (Jornal do Comércio — Rio de Janeiro, edição de 10 de agôsto de 1879, pag. 1 — Vol 5 — Gazetilha).

Na edição seguinte, de 12 de agôsto, página 2, coleção 3, na coluna “Gazetilha”, volta ao assunto comentando:

“A Reforma de Natal confirma o fato que se estendeu aos lugares vizinhos à Capital, ocasionando desabamentos no bairro da Ribeira, de parades mal seguras e de uma casa. O assombro e o espanto foram gerais na população, que ainda não havia presenciado um terremoto. O Liberal também narra a ocorrência mais detalhadamente, dizendo que estremeciam casas que pareciam ir desabar, principalmente na Ribeira, ouvindo-se, em alguns lugares, um ronco surdo e subterrâneo, como denunciando tremendo cataclismo nas profundas camadas da terra”.

Adianta a transcrição de “O Liberal”, “que há muitos anos, deu-se fenômeno semelhante na vila de Touros, havendo, em Natal, um lugar a que dão o nome de Morro do Estrando, por se cuvir intermitente um ruído abafado vindo do interior da terra. Constou-nos também que na vila de São Gonçalo, distante dessa Capital seis léguas, e em Macaíba, a cinco léguas, sentiram-se, outrossim, os efeitos dessa tremenda convulsão da crosta terestre, pelas 5 1/2 horas da tarde, durante uns dois segundos” (página e coleção citadas).

No dia 17 de agôsto de 1879, ainda “O Jornal do Comércio do Rio, página 3 da coleção 2, revela os têrmos de uma carta recebida de Natal, datada de 2 do mesmo mês:

“É o assunto que preocupa a atenção de todos aqui, o terremoto havido no dia 24 de julho, as 5 horas e 25 minutos da tarde, num choque repentino e rumor subterrâneo, que durou vários minutos, ensejando a oscilação em seus fundamentos de tôdas as casas e pondo em contradança edifícios e objetos que nos rodeavam”.

Fala em seguida o autor da carta na sua incompetência para explicar o fenômeno ocorrido no dia 24 de julho, parecendo à primeira impressão, apenas, uma decomposição de rochas cristalinas, sobretudo de gnaiss, constantes no litoral de grandes aglomerações arenosas sacudidas às praias do mar pela corrente pelágica da África, segundo opinam o dr. Berthot e M. Jonnés. E conclue o missivista:

“... que, talvez, tenha o fenômeno da sêca relação com o terremoto, tanto que daí para cá tem chovido abundantemente”... acrescentando...” que os governos do Brasil Império pouco mais, senão talvez pouco menos, têm feito do que os do Brasil Colônia do velho Portugal. É pungente, mas é verdade”...

* * *

Como se nota, o choque de 1879 foi coisa séria e, graças ao aspecto das construções da época, na grande maioria de taipa e têlha, a destruição não foi maior do que as atribuídas nas reportagens, as quais, ainda, nos dão a certeza do tremor de Touros de 1854 ter, alcançado Natal, sendo, porém, responsável o “Morro do Estrondo”.

Neste particular do “Morro do Estrondo”, a tradição oral entre maiores de 45 anos, persiste viva e supersticiosa, de que, em certa quadra do ano, são ouvidos rumores surdos naquela colina entre altas dunas que passam por traz do atual 16.º R. I., melhor vista da praia de “Barreira D’água”. Até hoje, contudo, não tendo havido repetições, nada foi comprovado, restando essas “estórias” de caçadores tresmalhados na região a quem “os estrondos das profundas fazia arrepiar os cabelos”. De verdade ficou o topônimo sugestivo, para explicar o tremor de 1854.

2) — HIPÓTESE SOBRE A ORIGEM

DUAS HIPÓTESES PODEM SER AVENTADAS

- a) — Resultariam de desabamentos processados no seio do calcário, como consequência da infiltração e circulação no seio de cavernas subterrâneas existentes naquela rocha; e,
- b) — Resultariam de um movimento de acomodação ao longo de uma provável falha na estrutura do sub-solo, comprovada sua existência entre Natal e Macaíba, no sentido NO — SE.

3) — CLASSIFICAÇÃO DOS ABALOS — Pela descrição das crônicas, os dois abalos verificados incluem-se na Categoria VI da escola sísmica de MERCALLI — SIEBERG, que corresponde a tremores de terra provocados por onda de choque com aceleração de 50 a 100 metros por segundo quadrado. Isto computando-se os registros dados na hora e distância entre Tcuros x Natal — Natal x São Gonçalo.

ONDE NASCE O POTENGÍ

Rômulo C. WANDERLEY

(Sócio-Efetivo)

EM nosso trabalho "A Geografia Potiguar na Sensibilidade dos Poetas", publicado em julho do ano passado, e levado ao II Festival do Escritor Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, numa nota sobre o **Rio Potengí**, escrevemos, citando Clementino Câmara ("A Geografia e História do Rio Grande do Norte"), que o rio que deu nome ao Estado nasce na **serra de Santana**. Um ilustre confrade, que leu o nosso livreto e escreveu sobre ele uma olegiosa apreciação, estranhou, num encontro de livraria que tivemos, houvéssemos feito semelhante afirmativa.

No momento, não tivemos maiores argumentos. Depois é que nos advertimos de que a **serra de Santana** não abrange somente o município deste nome, pois se assim fôsse, um rio nascido em suas encostas tomaria o rumo do **rio Assú** e não o do agreste. Foi aí que nos lembrámos de ouvir a palavra de Oton Osório, leitor destas crônicas e, segundo concluímos, sebador do assunto, porque, além de tudo é homem nascido na região onde nasce o Potengí.

A sua resposta não se faz esperar. Chegou às nossas mãos, devidamente fundamentada, em abono da nossa afirmativa. Vamos transcrevê-la na íntegra.

Diz ele:

"Naturalmente, que a nascente de um rio é, no conjunto dos afluentes de sua formação, o de maior curso, o mais longo, o de maior dimensão entre a nascente e a foz. Assim sendo, o rio **Potengí** nasce nas quebradas da **Serra de Santana**, ao nordeste da mesma, no município de Cerro Corá, no sítio denominado **Divisão**.

Rumando para o nascente, banha Cerro Corá, quando o nomeação de **Rio São João**, devido à fazenda do mesmo

nome, a mais antiga da região, a duas léguas de Cerro Corá. São afluentes do rio São João: o **Várzea** (de Manuel Felix), o **Poldrinho Morto**, o **Tapuio** e o **Araras**, todos na margem direita, e também procedentes das fraldas da **Serra de Santana**.

Na fazenda **São João**, o rio deriva para para a esquerda, rumo Nordeste, recebendo a cêrca de duas léguas abaixo, pela margem esquerda, o **Rio Lavagem** ou **Cascavel** de curso apreciável, formado pelos rios **Condessa** (o principal), o **Várzea** (dos Evaristos) o **Catolé**, e o **Cedro**.

Mais abaixo, no sítio **Porteiras**, recebe também, pela margem esquerda, o rio **Porta d'água**, o seu afluente mais importante, que nasce nas serras **Mulungu**, **Verde** e **Rajada**, formado pelos rios **Poço dos Cavalos** o principal, o **Rajada** e o **Juazeiro**. Com o nome de **Rio das Porteiras**, depois que recebe o **Lavagem** ou **Cascavel**, abaixo da confluência com o rio **Porta d'água**, passa a denominar-se **Ingá**, até receber pela margem direita o rio **São Pedro**, no sítio **Raposa**, o qual tem sido registrado por alguns estudiosos, baseados em informações errôneas, como sendo o de mais longo curso, ou maior bacia na formação do **Potengí**. Erro insofismavel. Se não vejamos: o rio **São Pedro** nasce na **Serra Apertada Hora**, contraforte na **Serra Santana**. Rumando para nordeste, recebe na sua margem direita o **Areia Comprida**, que procede da **Serra do Doutor**, já aí com o nome de **São Boaventura**, recebendo abaixo o **Ilhota**, na margem direita, e o **Pitombeira** à esquerda, confluindo com o **Ingá**, no sítio **Rapôsa**".

O rio **São Pedro** tem um curso de quatro a cinco léguas, com apenas três afluentes importantes. O **Ingá**, com sete léguas de curso, da fazenda **Divisão** á sua confluência com o **São Pedro**, no sítio **Rapôsa**, recebe nada menos de 11 tributários importantes, destacadamente os rios **Lavagem** e **Porta D'água**. Alguns consideram êste como o mais importante tributário que concorre para a formação do **Potengí**, o que, aliás, é um engano.

O nome **Potengí** é dado ao rio que se forma com o encontro do **Ingá** com o **São Pedro**, o qual recebe, pela margem esquerda, no lugar **Barra**, pouco acima da cidade de **São Tomé**, o rio **Pedra Prêta**, também considerado por alguns, equivocadamente, como o mais extenso dos que entram na formação do **Potengí**. Êste rio nasce no sítio **Casinhas**, distrito de **Recanto**, município de Cerro Corá, tomando, a partir daí, os nomes das fazendas que atravessa: **Recanto** (atualmente uma vila), **Trapiá**, **Santa Rosa**, **Varzinha**, **Mundo Novo** e

Pedra Prêta. O seu curso é bastante longo, mas, no entanto, inferior ao do **São Pedro**, e principalmente, ao do **Ingá**, que no sítio **Barra**, foz do **Pedra Prêta**, já se prolonga por 10 ou 11 léguas. O **São Pedro** com 8 léguas. E o **Pedra Prêta**, no máximo, com 7.

Aproveitando o ensejo de fornecer-lhe estas informações sôbre as nascentes do **Potengi**, cabe-me esclarecer que a **Serra de Santana** abrange vários municípios. A região atendida por êsse conhecido acidente geográfico do nosso Estado, isto é, a chapada, também chamada "chão da serra de Santana", começa a leste no lugar denominado "Patrimônio" (em virtude da doação feita à padroeira de **Currais Novos**, N. S. **Santana**, por dona **Adriana**, mãe do capitão-mór **Cipriano Lopes Galvão**, fundador daquela cidade), estende-se pelo município de **Cerro Corá**; ao norte, vai ao do **Santana do Matos** em tôda a extensão do município; ao sul, atinge os municípios de **Currais Novos**, **São Vicente** e **Florânia**, onde termina a "chã da Serra de Santana".

Em nossa **A Geografia Potiguar na sensibilidade dos poetas**, dissemos que o **Potengi** nasce na **Serra de Santana**. Fomos realmente, lacônicos porque esta serra é muito extensa. Mas, a contribuição de **Oton Osório** esclarece, agora o assunto.

A êle, os nossos agradecimentos pela lição de potamografia potiguar que nos deu.

PAULO HERÔNCIO

Mons. Alves Landim

(SÓCIO EFETIVO)

PANEGÍRICO pronunciado na homenagem póstuma com que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte reverenciou a memória do seu sócio Monsenhor Paulo Herôncio de Melo.

Minhas senhoras,

Meus senhores,

Revdmo. Sr. Pároco Antônio Moreira,

Exmo. Sr. Dr. Enélio Lima Petrovich, D. D.

Presidente e demais colegas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Não é sem constrangimento que atravessamos os umbrais do Campo Santo... Região soturna! Zona triste e prosáica! A viração parece soluçar nas franças dos ciprestes e reproduzir a saudade dos que ficam chorando sem consólo, porque da sepultura ninguém se levantará para o convívio doméstico, para o congoçamento humano. As lágrimas da saudade quem as tentar enxugar, desconhece que os sudários, mesmo de proporções incomensuráveis, ficariam sempre umedecidos e os olhos nunca estariam enxutos...

O túmulo é a última página do livro da vida de cada um de nós. E nessa página os outros escreverão, à nossa revelia. Jaz aqui um justo. Um bom. Um Santo. É estranho quando se lê no Cláustro do Mosteiro de S. Bento, em Salvador: — 'AQUI JAZ UM PECADOR'. Foi o próprio finado quem preparou a lousa e pediu, como última vontade, fossem assim os dizeres do seu epitáfio.

Em dia de finados, uma criança que já lia corretamente, depois de soletrar vinte epitáfios, todos encomiásticos aos que ali repousavam no último sono, indagava do genitor onde repousavam os maus!? É conhecida a resposta: Os homens são como as crianças: Todos são bons, quando estão dormindo. Aqui dormem os homens. São, portanto, todos bons.

Eu disse que o Nímulo é a última página do livro da vida. E às vezes, nas últimas páginas deste livro, há cousas que se lêem com edificação. Quanta eloquência nos pode prender áquelas fôlhas perante as quas há muita gente anal-tabeta!... Cifra-se a entornar copioso pranto e não chega a vislumbrar a sábia lição que a sabedoria dos mortos nos deseja ensinar.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte chora, há mais de trinta dias, a perda de um dos seus mais conspícuos associados, que era Mons. Paulo Herôncio de Melo, e que era também Potronotório Apostólico, AD INSTAR PARTICIPANTIUM, um título elevação da Santa Sé, que serve para consolar os sacerdotes que, embora mereçam, não mais podem atingir a Ametista do Episcopado. Leigos e clérigos cercam Paulo Herôncio das honras a que fazem jus seu talento, seu saber, suas virtudes.

Um colega canonizou-o com uma rubrica que, de balde, o içava às fulgentes aras da benaventurança. Não se processam tais promoções em tôrno de nulidades. O fulgor em que se destaca o homem, desafia os encómios dos seus contemporâneos que tem a espontaneidade da admiração incondicional e sincera, do aplauso franco e constante, da saudade imorredoura e que é a luz de fascinante estrêla, marcando a rota por onde devemos trilhar.

Paulo Herôncio é nosso conterrâneo. Verdadeiro xarias, em criança divertia-se no arroio do Baldo, nas doces tardes de agôsto. O Baldo era zona fora da cidade de quarenta anos atrás. Era sítio afastado onde se ia chupar cajú nos idos de novembro.

Ele nasceu em 1910, filho de Hermógenes Herôncio de Melo e de Maria das Mercês Herôncio de Melo. Batizou-se na Catedral da Apresentação. Fêz estudos primários nesta Capital. Estudos secundários no Ateneu. Curso Superior na Paraíba. Ordenou-se sacerdote em 1924 quando disse a primeira missa.

Coadjutor de Moçoró. Vigário de Macau. Vigário de São José de Mipibú. Reitor do Seminário de São Pedro. Cônego do Cabido de Aracajú (Sergipe). Monsenhor de Pio XII. Protonotário Apostólico de João XXIII.

O pôsto em que mais se distinguiu foi Currais Novos, onde laborou durante 26 anos. Era tudo em Currais Novos. Mestre, Pároco, Conselheiro de todos Conciliador em tôdas as lides. Orientador de tôdas as consciências e amigo da mocidade, êle que nunca viu fanar-se a mocidade radiante que foi tôda a sua vida. A alegria foi, por isso, a constante de tôda a sua existência.

Não o podiam entender os que não o conheciam de perto, vendo a explosão daquêle contentamento comunicativo que não traía um disfarce, nem urdia uma contradição, com semblantes bisonhos e impenetráveis.

Marcando a viagem dos sacerdotes que deveriam ajudá-lo nas santas missões, arranjou um telegrama que vale a fotografia de seu espírito pilhérico e expansivo: — “Encaixote os barbadinhos e remeta na primeira condução”.

Tentando o castigo físico, como remédio ao abuso dos discentes, que, ainda crianças, faziam da docilidade um simples vocábulo vão e de presídio pouco explicável nas páginas dos léxicos atuais, disse aos alunos do Seminário de S. Pedro, referindo-se à pastelaria que deveria inaugurar: — “Espero que os doces não hajam de agradar aos dóceis”, num trocadilho a D. Marcolino, de quem era fino discípulo.

No Congresso Eucarístico Paroquial de S. José de Mipibú, onde fêz um hino que ainda hoje se canta como o Amor dos Amores, do Congresso Internacional de Espanha, alguém foi pedir-lhe para armar barracas e pastoris. Impossível!... Essas cousas, disse êle, não se harmonizam com o ritmo do Congresso”.

— Como se pode, com serenidade e calma, ficar insone a noite inteira na rua? É preciso distração...

Vocês gostam de sarrabulho... Façam lá seu sarapatel.

Dr. Luis Antônio, vendo-o claudicar, após a operação que sofreu, quando da fratura da perna direita, disse-lhe sorridente: — “Vamos quebrar, de nôvo, a perna, para corrigir o êrro da cirurgia...”

E êle: — Mas espere lá... De quem é a perna? É sua ou minha? Sofrer uma fratura espontânea e friamente para efeito estético tão sòmente, eu não quero... Seria de nôvo sofrer muito e muito... Um Calvário só já chega! Vou ficar assim mesmo”.

Pregou o retiro espiritual às alunas do Colégio. Gostaram do retiro. Palavra fácil. Assunto escolhido. Dição admirável. Foram agradecer a mercê. E êle foi dizendo: — Quando precisarem do aleijadinho, tôdas sabem o meu enderêço”.

Passei casualmente em Currais Novos. Estava anunciada uma conferência sintonizada no salão paroquial. Fui assisti-la. Recordei-me de Eustórgio Vanaerley, no Salão Paroquial das Graças, em Recife. O orador era o próprio Mons. Paulo Herôncio, que abordava assuntos telúricos. Nossos poetas, nossos trovadores, nossos seesteiros, diante da realidade potiguar.

Quando as meninas de Vivaldo Pereira, ue haviam interpretado lindas canções ao violão, ao bandolim e ao acordeão, iniciaram “Praeira dos Meus Amores”, de Otoniel Menezes, nunca ouvi interpretação melhor, nem vozes mais doces: e mais melodiosas. Senti lágrimas nos olhos.

Nunca bateu à porta do desembargador Tomás Salustino que não a encontrasse aberta. E quando os outros lhe falavam de malógnos e de insucessos, sempre comentou: — “Dr. Tomás Salustino não pode abrir os cofres e mandar meier as mãos dentro... É isso que vocês esperam.

Ele foi sepultado na Capela-Mór da Matriz, onde trabalhou mais de uma vintena de anos. Foi feita uma honrosa excepção, porque só nos Campos Santos se fazem hoje sepultamentos. Ele viveu tanto naquêlê templo que merecia fosse ali inumado para que, ali penetrando e sabendo que lá se guardavam seus restos mortais, se recordassem todos melhor de sua figura suave, meiga, bondosa, cristã, sacerdotal.

Um currais-novense me disse: — “Nunca vi uma morte mais chorada, um entêrro mais concorrido. Tôdas as casas se cerraram. Só as suas portas estavam abertas. E quem mais se distinguia para chorá-lo e lamentar-lhe a carência, eram os velhos e as crianças. Eram os dois extremos da vida que mais compartilhavam da sua proteção e do seu consêlho.

Mons. Paulo Heróncio entrou nesta casa solenemente — leitou verbo, contou histórias do Rio Grande do Norte e deu provas de amor a esta terra bendita.

Rendendo esta homenagem póstuma á sua memória, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte nunca deixará de lembrar-lhe a vida de cidadão modelar, de amigo de tôdas as horas, de exemplo para todos com quem convivia, de sacerdote santo, de associado que se inquietava ao ver uma penumbra que noã viesse a aclarar, ao sentir uma angústia que não pudesse suavisar e, agora mesmo, diante do seu cadáver que dorme sob o pavimento de um templo, que êle palmilhou, para fazer bem às almas, estamos certos de que êle pertence todo a história do Rio Grande do Norte.

HISTÓRIA RELIGIOSA DE MOSSORÓ

Cônego Francisco de Sales Cavalcanti

(Colaborador)

DESBRAVAMENTO DO INTERIOR

A partir do ano de 1700, foi-se desenvolvendo, aos poucos, o desbravamento do interior do Rio Grande do Norte.

Multiplicaram-se as fazendas com seus grandes currais de gado ao lado das quais se levantavam capelas dedicadas aos santos da devoção dos fazendeiros e, à medida que foram desaparecendo os índios rebeldes, surgiram povoações que seriam marcos de prósperas cidades no futuro.

O nome de Mossoró projetou-se muito cedo para além de suas fronteiras por causa da riqueza natural do sal que existia em abundância em suas salinas.

Esta circunstância atraiu logo também os exploradores que por necessidade ou por mero interesse, para aqui acorreram concorrendo, dêste modo, para o mais rápido desbravamento da região.

Encontram-se documentos que mostram a antiguidade da produção e exportação de sal na região de Mossoró.

Ferreira Nobre afirma que em 1632 verificaram-se as primeiras

Ferreira Nobre afirma que em 1633 verificaram-se as primeiras explorações, mas em 1634 alguns tapuias de volta de "Cuteiro da Cruz" (Maranhão), onde tinham estado em combate, entraram nas salinas de Mossoró e travando um furioso combate degolaram os trabalhadores que ali se encontravam.

O Dr. Felisberto Freire, por sua vez, informa que ao tempo do domínio holandês (1641) as salinas do Upanema (Iwpanim), foram visitadas e examinadas, pela costa ulterior do Ceará, pelo holandês Geleon Morritz que em relatório ao Supremo Conselho dizia das suas capacidades e vantagens.

Luís da Câmara Cascudo, porém, numa de suas "Acta Diurna" transcrita no Boletim Bibliográfico de Mossoró, n. 11, p. 9, assim escreveu: "O Barão de Studart narrando a tentativa da catequese da

serra da Ibiapaba pelos jesuítas Francisco Pinto e Luís Filgueira, diz que os dois padres, a 20 de janeiro de 1607, embarcaram-se no Recife em um barco que ia carregar sal nas salinas de Mossoró.

Por ocasião do levante geral dos índios da Capitania, consta que elles se foram aprovisionar de sal nas salinas de Mossoró (1686).

LUGAR "SANTA LUZIA"

Antes de 1739, já existia êste lugar de Mossoró com a conhecida denominação de "Santa Luzia".

É o que encontramos num documento de concessão de terras ao Capitão João do Vale Bezerra datado de 25 de abril de 1779 que, a certa altura diz: "... o qual (lugar alagadiço) em tempo de inverno distila a água para um córrego graude, o qual vem desaguar em um rio chamado Mossoró, a que chamam "Saco Grande", junto de "Santa Luzia".

Podemos concluir, com certeza quase absoluta, que naquele tempo Mossoró ou "Santa Luzia" era já uma fazenda de gados, ou próspera ou em formação, pois verifica-se que quase tôdas as sedes municipais de hoje, no interior do Brasil, tiveram sua origem em antigas fazendas de criar e ao redor de uma capelinha dedicada ao Santo da devoção do senhor da propriedade ou da espôsa religiosa do fazendeiro.

As terras eram requeridas em documento escrito à autoridade suprema da Província, pelos criadores e aqui, no Rio Grande do Norte, já em março de 1695, o Senado da Câmara de Natal informava ao Capitão Mor que as terras da Capitania estavam tôdas doadas. Daí tiramos uma última conclusão: as terras desta região de Mossoró, nesse ano de 1695, já pertenciam a alguém que, certamente, aqui residia com família e demais agregados, formando a fazenda que, mais tarde, pertenceria ao Sargento Mor português Antônio de Souza Machado, homem religioso que de agosto de 1772 para início de 1773, construiria a Capela dedicada à Virgem de Siracusa Santa Luzia, firme alicerce e fecundo ponto de partida para a futura cidade e capital do Oeste do Rio Grande do Norte: — Mossoró.

OS CARMELITAS EM MOSSORÓ

O alvará em forma de lei, de 23 de setembro de 1700, concedida a cada Missão dos indígenas uma légua de terra em quadro, medida e demarcada. Além da légua da Missão, núcleo regular de aldeamento, tendo o missionário poderes no temporal, doava o Govêrno terras aos conventos porque era meio indireto de promover a fixação dos índios errantes e já quase destroçados. Os conventos fundavam capelas, sítios de plantio, conquistando o indígena para o trabalho regular e sedentário, erguendo casebres e sistematizando um regime normal de existência com base na agricultura e alguma criação de gado.

Assim, em primeiro de setembro de 1701, o Governador e Capitão General de Pernambuco, Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro (ou Alencastro), doava ao Convento de Nossa Senhora do Carmo do Recife, terras que nunca tinham sido povoadas, no rio Paneminha (Upaneminha), começando nas primeiras águas doces, por cima da salgada até "Olho d'Água" que poderia distar três léguas para cada banda do rio.

O Pe. Manuel Gonçalves Soares de Amorim em seu trabalho "O que se deve entender por Capitania do Ceará Grande e Juízo crítico sôbre a naturalidade de D. Antônio Felipe Camarão, "p. 28, diz que "o Padre João da Purificação, Prior do Convento da Reforma de Nossa Senhora do Carmo do Recife, possui com os mais religiosos, uma data de terra no rio "Paneminha."

Transcreveu o Dr. Vingt-Un Rosado no Boletim Bibliográfico n. 95-100, nas páginas 196 e 197, o documento de sesmaria mossoroense do Convento do Carmo do Recife, extraído da p. 76 do primeiro volume de "Documentação Histórica Pernambucana".

El-lo:

"Carta de doação de sesmaria que se passou ao Pe. Frei Vicente dos Remédios, Prior do Convento do Carmo de Na. Sa. do Recife."

"A D. Fernando Miz. Mascarenhas de Lencastro, Capitão General de Pernambuco e das Capitánias anexas, o Pe. Frei Vicente dos Remédios, em seu nome e dos demais religiosos conventuais alega que tem gados pertencentes ao dito Convento na Capitania do Ceará Grande e por não terem terras próprias e as haverem devolutas na dita Capitania que nunca foram povoadas nem cultivadas como é no Rio Paneminha começando nas primeiras águas doces pa. cima das salgadas até o olho d'água que poderão ser três léguas de comprimento e uma largo, meia para cada banda do rio e havendo na dita passagem sobras, também as querem com todos os seus logradouros, matas, campos, pedreiras e os mais pertences e assim as pediram de sesmaria ao Capitão Mor daquela Capitania o qual informado de que as referidas terras estavam devolutas e não serem dadas de sesmaria nem povoadas como constou por certidão do Escrivão das datas e sesmarias da dita Capitania Jorge Pereira, assim e da mesma forma confrontada as deu de sesmaria ao dito convento de N. S. do Carmo do Recife como consta da data de carta junta e portanto pa. conservação e posse das ditas terras deve ser confirmada por direito em nome de S. M. q. Ds. Ge., pelo que pede a V. Sa. visto que alega servido mandar passar carta de confirmação da dita sesmaria das referidas terras assim e da maneira que se contém no requerimento, e petição feita ao Capitão Mor quando se lhe pediu. E. R. Mcê."

O Capitão General de Pernambuco deferiu o pedido dos Carmelitas em primeiro de setembro de 1701.

* * *

Há desta presença carmelitana na ribeira do Upanema e Mossoró os vestígios toponímicos, documentação e vasta tradição oral que Vingt-Un Rosado registou: "Diz a tradição que os Carmelitas tinham Igreja e convento no Amaro".

Os frades carmelitas deixaram sua denominação perpetuada na "Serra do Carmo", "Rio do Carmo" (é o mesmo rio Upanema. Tomou este batismo nas regiões vizinhas à Serra do Carmo), "Frei Antônio" (nome de um dos frades). A denominação de "Lagoa dos Padres" e "Amaro" tem a mesma origem. Conforme ainda a tradição, os frades carmelitas desapareceram da ribeira em 1845. Por quê desapareceram? Certamente em consequência de medidas governamentais.

"Em 1821, o Governo Imperial seguindo o regime de coação, expediu uma Portaria suspendendo o noviciado até segunda ordem. Com esta arbitraria medida procurava o Governo apressar a extinção das Ordens Religiosas."

"Sua idéia predominante, — diz Ferreira Alves — era a supressão gradual dessas Ordens, e a esse fim adotou um plano que abrangia todo um sistema de medidas indiretas".

"O intento da Monarquia Constitucional do Brasil era de ir acabando aos poucos com a vida claustral e esperar, com ânsia de cobiçoso hereditário, a morte do último frade para recolher-lhe o espólio." (Lacerda de Almeida "A Igreja e o Estado" p. 196).

"Proclamada a Independência, o Governo cuidou logo de nacionalizar as Ordens Religiosas existentes, não permitindo que elas conservassem o menor vínculo de sujeição às respectivas hierarquias estrangeiras. As medidas tomadas pelo Governo foram radicais. Basta para amostra os seguintes artigos de um Decreto de 1828:

Art. 1.º — Não se admitirão nem residirão no Império Frades ou Congregados estrangeiros, em Congregações nem isoladamente exercendo funções religiosas.

Art. 2.º — O Magistrado do lugar, onde entrar ou residir Frade ou Congregado estrangeiro, o fará logo prender e remeter ao Governo, que o enviará para o seu convento.

Art. 4.º — Os Frades ou Congregados que obedecerem a Superiores estrangeiros residentes em Estados estrangeiros serão expulsos para fora do Império..... etc. etc. (Missões Carmelitanas no séc. XVII e XVIII", Fr. André Prat. O. Carm. 1941, ps. 185 a 187).

A quem ficaram os seus bens? Foram talvez confiscados pelas autoridades do Governo. Nada se sabe a este respeito.

A PESCA NO RIO GRANDE DO NORTE

Paulo Martins da Silva
(COLABORADOR)

Recompondo-se o passado económico brasileiro, facil é perceber-se a quase inexistência, de dados concretos sôbre a nossa economia pesqueira. Como sabemos, as atividades clássicas da colônia têm na terra em si as suas limitações naturais. A pesca aflora aqui e ali como uma atividade eventual das populações da faixa litorânea, sem a mais comensinha importância na colcha de retalhos da nossa balança colonial. Entretanto apesar da escasses de informações, sabemos ter a pesca na época da colônia prestado serviços relevantes, e, com o dinheiro obtido na exploração de suas feitorias, ser pago o funcionalismo e a tropa lusitana.

Com relação a legislação, sobre a pesca, segundo nos consta, o que mais antigo existe, é o decreto n. 447 de 19 de maio de 1846, que condicionava ao seu exercício, a matricula e a divisão dos pescadores em distritos (Colônia), a fiscalização por meio de Capatazes e sub-Capatazes, o arrolamento das embarcações empregadas na pesca, numeradas e marcadas com letrs nos seus costados e nas suas velas, feito entretanto sem preocupações fiscais. A seguir entrava em vigor a lei n. 876 de 10 de outubro de 1857, que, entre outras posturas, uma limitava o contrato de estrangeiros à quinta parte dos empregados na pesca tanto em terra como no mar, percentagem que o governa a seu critério poderia alterar, e que efetivamente ocorreu, não em termos de diminuição e sim, efetivamente, de extinção, — chamada nacionalização da pesca —, tendo em vista o que ficou assentado na convenção de Haia (1882), da qual o Brasil não participou, mas cujas DELIBERAÇÕES ratificou, dando-nos logo o Parlamento Nacional o limite das aguas Territoriais”, como prolongamento do território nacional, assegurando ser a pesca aí um direito único e exclusivo dos filhos do País, uma vês que “o pescador é detentor de segredos que interessam à Defesa Nacional e a pesca uma riqueza de maior importância na economia pública”. Modernamente tal conceito se tornou obsoleto para alguns brasileiros que mercadejam despudorada e impunemente as nossas riquezas oceânicas, oferecendo ao mesmo tempo

ãos nossos irmãos pescadores uma concorrência desleal e cruel além de por em risco a própria segurança nacional. Nada mais promissor afigurava-se naquela mentalidade pesqueira, que se gerava no século passado. Infelizmente acompanhando-se a história da pesca em nossa pátria, sentimos as suas limitações advindas possivelmente das deficiências técnicas, que atuaram e atuam ainda decisivamente como elemento condicionador da baixa produtividade. Por outro lado, percebemos quanto nos encontramos longe de representar o pensamento do Barão do Rio Branco quando dizia: "a mais moralizadora, a mais verdadeiramente nacional das nossas indústrias, a pesca fonte extraordinária de riqueza, força e prosperidade em nosso País".

Examinando documentos contemporâneos ficamos possuindo a certeza que a trilha para o bom êxito e um futuro promissor da pesca estavam definitivamente traçados. Além dos cuidados administrativos dispensados pelo Ministério da Agricultura, era ainda elaborado o plano de educação prevendo a orientação de cursos de nível primário, médio e superior, com o objetivo de proceder a uma conveniente formação profissional dos pescadores. Além das matérias que envolviam conhecimentos gerais, constavam do currículo disciplinas de caráter estritamente relacionados com a formação profissional visada. Os graus a serem conferidos eram de: PESCADOR (nível primário), PATRÃO TÉCNICO INDUSTRIAL DA PESCA (nível superior).

Não sabemos se tal estruturação convenientemente elaborada funcionou desarmoniosamente, faliu em seus objetivos, ou, uma das indagações, explicaria a existência do nosso deficitário parque pesqueiro, que se arasta ainda num estágio pré-industrial. Qualquer que tenha sido o fator determinante, é imprescindível que para se ingressar verdadeiramente numa política desenvolvimentista, sejam localizados e extirpados definitivamente os fatores desse estrangulamento, afim de qu não sejam cometidos os mesmos erros, que tanto prejuízos causaram à pesca em nosso País.

No Rio Grande do Norte um dos fatores que mais concorreu para isso e que surge aos olhos do mais leigo observador, foi a maléfica divisão do litoral em zonas de administração, divisão esta que se processou na razão direta do poderio econômico e político dos estados que foram agraciados com a incumbência de dirigir os destinos das unidades a si subordinadas.

Como limitação flagrante desta política de centralização regional, poderíamos mencionar um exemplo concreto e bem próximo do qual somos vítima. O Estado de Pernambuco foi escolhido como sede regional do Nordeste. Essa escolha não foi procedida em função das suas possibilidades físicas ou geográficas, mas, arbitrariamente, em decorrência da sua superioridade, político-econômica. Em consequên-

cia evidenciou-se u'a absorção de verbas dificultando sobremodo a execução do plano nacional, no tocante aos Estados a si subordinados. Daí ficarem o Estado do Rio Grande do Norte, a Paraíba e o Ceará com o mínimo de possibilidades econômicas e ao sabor da orientação departamental de Recife.

Como sabemos, o nosso Estado, dos 2.800 quilômetros da costa nordestina, possui cerca de quatrocentas milhas, sendo o Estado de maiores possibilidades na produção pesqueira em virtude de ser em toda a extensão de sua faixa litorânea oferecida as mais favoráveis condições biológicas por nela desaguarem os maiores rios do nordeste, muitos dos quais com suas nascentes no vizinho estado da Paraíba, e que ao lançarem-se no Atlântico trazem em suspensão nas suas águas uma apreciável quantidade de sais minerais e de detritos orgânicos, e, em choque com os embates do mar em conjunto com a salinidade de suas águas proporcionam uma conjuntura apreciável que em choque com as águas da corrente sul equatorial, e das correntes alveolares, produzem nas águas fronteiras na banquetta continental frente ao Estado do Rio Grande do Norte, uma biocenose bem caracterizada, que forma o maior lençol planctônico conhecido no Nordeste Brasileiro, rivalizando apenas com campo similar no Oceano Pacífico frente as costas do Perú originário da Corrente de Humboldt, onde se pesca em grande escala e base de uma moderna indústria pesqueira sul-americana.

Este fator, entretanto, se encontra ainda em nossos dias como o encontrou o português da colonização, indevidamente estudado em virtude, de o plano assistencial programado pela Divisão de Caça e Pesca e quejandos terem sido disvirtuados em suas finalidades, uma vez que não conseguiu atingir seus objetivos, os quais visavam a dar ao homem do mar condições técnicas suficientes para desenvolver proveitosamente a indústria da pesca.

Como sabemos, existe no litoral brasileiro uma população com características bem definidas que se vinculou tradicionalmente, desde a colonização do país, à faina da pesca. Em nosso Estado, apesar de esparsamente distribuída é fácil avaliar-se em termos de densidade, levando-se em conta que quando em sua peregrinação pela nossa orla litorânea em 1921 o Sr. Comandante Frederico Villar, a bordo do cruzador "José Bonifácio", instalou em nossas praias 15 colônias de pesca, que foram posteriormente ampliadas para 17.

Com relação ao índice de produtividade do nosso litoral podemos dizer que ainda nos achamos muito aquém de realizar a cota de produção que efetivamente temos possibilidade de realizar. De acordo com os dados fornecidos pela 2a. Divisão do Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Norte produziu no ano de 1959 exatamente 3.108.933 quilos de pescado, no valor de Cr\$ 104.357.933,00, distinguindo-se como maiores produtores os municípios de Macau

(440.555Kgs.), NATAL (298.877 Kgs.), Areia Branca (277.206 Kgs.), Arês (285.000 Kgs.), essa produção apresentou de acôrdo com os cálculos efetuados pelo serviço de Estatística um acréscimo de 62,1% sôbre a produção de 1958 que foi avaliada em Cr\$ 64.366.876. Sendo o seguinte o movimento colonizado para o ano de 1959, pelos pescadores fillados à colônias de pesca foram vendidos 1331.748 quilos de peixe no valor de Cr\$ 43.378,00, o restante 1.777.125 quilos de pescado montado a Cr\$ 60.979.615,00 foram comerciados por pescadores não colonizada e a colonizada há uma diferença em favor da primeira superior a 10%.

Sôbre a pesca interior, apesar de não dispormos de melhores elementos, podemos assegurar que o nosso Estado também gozou de alto prestígio na produção do peixe de agua doce através dos estudos e planos de trabalho organizados pela Divisão de Caça e Pesca em colaboração com o D.N.O.C.S., a quem devemos a cruzada de divulgação técnica e sistematizada do peixe de agua doce nos açudes públicos, devendo-se-lhes, ainda, a transplantação das melhores espécies da ictiofauna amazônica, bacia do São Francisco e do Paraíba do Sul, além da aclimatização da Tilapia, da África longínqua. A tal atuação é grato o nosso sertanejo, por aparecer hoje nas suas mesas, o Pirarucú, o Tucunaré, o Apaiari, o Pacú e a Pescada Branca.

Nos rios estivais e nos açudes do Rio Grande do Norte, já capturaram êstes peixes, em virtude do peixamento oriundos de fontes do D.N.O.C.S., graças ao esforço e abnegação desinteressada do Dr. Ruy Simões de Menezes, intensificador em nosso meio dêste ramo tão florescente da Indústria alimentícia.

Depois da despretençiosa apresentação em linhas gerais do que esparçadamente podemos colhêr sôbre a indústria da pesca em nosso Estado, e encarando a atual política desenvolvimentista, que está se esboçando e já atingindo grandes proporções nêstes últimos anos no Nordeste Brasileiro, em face do esforço ingente que se processa no sentido de planejar maduramente a maneira mais prática de efetuar um dinâmico e harmonioso desenvolvimento econômico financeiro, catalogando-se as fontes tradicionais de produção, sentimos a premência de ser a pesca incluída, não só por apresentar uma importante fonte de renda em potencial, mas, pelas suas possibilidades inatas, que se convenientemente exploradas poderão vir a ser o maior manancial de alimento da região rico como é sabido em proteínas e vitaminas. Entretanto para imprimir-se à pesca um clima dedesenvolvimento industrial, convém não esquecer que entre nós ela foi destas atividades que se isolou por completo, sofrendo uma estagnação cultural tão considerável que a divorciou completamente das realidades tecnicológicas do nosso século. Daí termos que vêr a pesca pelo prisma que o Dr. José Amengual, biologo do Instituto Oceanográfico Espanhol a classificou e explica, "é uma arte, e, como tal, sendo praticada esportiva ou profissionalmente, como sucede com as demais artes, deve estar baseada numa técnica".

De acôrdo com o Dr. Amengual a pesca está condicionada a três fatores: o peixe, o aparelho de pesca e às condições do meio ambiente, e que quando dominados pelo pescador tornam promissor o resultado de suas pescarias. Pensando desta maneira, não podemos ao planejar um amplo programa de industrialização da pesca, descurar de ter em conta, préviamente, as nossas características e possibilidades regionais, com vistas a um perfeito entrosamento dos nossos recursos, naturais, humanos, econômicos, técnicos e financeiros. Analizando-se estas possibilidades, verificamos que efetivamente só contamos com os recursos naturais e humanos, ressaltando-se que êstes últimos existem em estado primitivo e sem possibilidade de integram-se de imediato em empreendimentos de grande monta, por outro lado, em nosso caso particular, o fator de maior carência, é a elevação do padrão técnico do nosso homem do mar.

Para termos consciência do nosso atraso cultural, nesse setor, é suficiente levarmos em conta que, nos estudos sôbre a pesca, mais recentes e constantes do I Plano Diretor da SUDENE foram apresentadas quatro reivindicações, para o equacionamento do problema da pesca, sendo três especificadamente destinadas ao aprimoramento técnico do pescador.

Dai verificarmos ser, pois, a pesca, de grande importância na solução do nosso problema alimentício. Assim é que além das campanhas nacionais, que se ocuparam com o problema a partir de 1943, tivemos colaboração e campanhas idôneas de diversos países, como TAUB 1943, o Plano SALTE 1948, a missão ABRINK 1951 e a comissão SAKS 1954, tôdas unânimes em condicionar, a resolução do nosso problema alimentar ao desenvolvimento da indústria da pesca.

Finalizando, ressaltamos que a implantação de uma maciça indústria pesqueira, não proporcionará apenas a solução do problema alimentar. Será, ainda, o centro gravitacional da cadeia de um sem número de pequenas e grandes indústrias que sintomaticamente seguirão, trazendo em duplo benefício o aproveitamento integral do pescado e suas indústrias correlatas e a ampliação do mercado de trabalho, com uma capacidade em nosso Estado para emprego de mais de cem mil pessoas.

ORIGEM DA PALAVRA MOSSORÓ

Sales Cavalcanti

(Colaborador)

“O Dr. Mateus Brandão vai buscar a explicação do caso na filologia indígena. Escavando no tupi ou no guaraní, as origens desse nome, conjectura o árbitro cearense que a sua adoção se destinasse a indicar a ruptura do Apodí numa das suas bocas, a do Upanema. A esta solução, porém, se nos oferecem três objeções, a nosso ver concludentes. Primeiro, a que já lhe opôs o árbitro riograndense: se aquêle segundo braço já existia, ao escrever Gabriel Soares o cap. VIII do seu “Tratado Descritivo do Brasil”, em 1587, por que havia de esperar o nome indígena, para vingar, mais de um século impondose exatamente quando o guarani e o tupi desapareceram, com a gente que os falava, do nosso litoral? Depois, muitos outros arrombados há pelo Brasil, e nenhum assumiu o nome indígena de *mbo-çorog*? No próprio Rio Grande do Norte há outro, um no Rio Grande do Sul, um em Pernambuco, um em Alagoas, um no Pará. E por que se não denominaram igualmente *Mossorós*?

Em terceiro lugar se essa consemelhança não fôsse meramente uma casual homormorfia, se o vocábulo *Mossoró* se destinasse a nomear o fenômeno hidrográfico da foz do Upanema, como se explicaria que, simultânea e anteriormente, designasse uma serra? (Rui Barbosa, *Limites entre o Ceará e Rio Grande do Norte*, págs. 140 e 141.)

Idênticas à opinião do Dr. Mateus Brandão, são as de Teodoro Sampaio e Mário Melo. *Mossoró* — Corrup. de *Mô-çoróoc*, fazer rupturas, o que rasga, rompe ou abra fendas. Rio Grande do Norte” (Teodoro Sampaio, *O tupi na geografia nacional*, pág. 49.)

sesmarias mossoroenses que o Instituto Histórico revelou, para a

“Acreditei inicialmente que o topônimo viesse do rio. Nas velhas sesmarias mossoroenses que o Instituto Histórico revelou para a questão de Grossos, encontramos várias vezes o rio denominado *Choró* como sinônimo do mesmo *Mossoró*. *Choró* é vocábulo tupi, significando onomatopéia ‘d’água corrente, de enxurrada, característica das torrentes pluviais. É o mesmo que *Tororó*, denominador da região em Currais Novos. Não há exemplo gráfico, nos documentos

que conheço, de **Coroc**, forma convencional. Podia mesmo vir da contração de **amó-choró**, o rio distante, enxurrada longínqua. O rio Mossoró é o último antes da fronteira cearense. Sabemos existir, com provas, as alterações **monxoró** e **moxoró**, traços vivos de **Choró**, sempre valendo enxurrada, água. O rio ldera nome à região? Hoje creio ter sido uma tribo de indígenas **mourorós** ou **monxorós** os padrinhos do rio batizador (Dr. Luís da Câmara Cascudo, **Mossoró**, estudo publicado em o número 7 da **Revista Potiguar**, Rio). Saldanha Marinho quer que **mossoró** venha de **meroró**, árvore muito flexível, resistente e vulgar no norte. "Cita-o Coelho Rodrigues. Tudo indica que o Dr. Câmara Cascudo tem razão de sobra, ao afirmar que os índios **monxorós** batizaram a área compreendida pelo município de Mossoró. São inúmeros os casos em que, no Brasil, tribos indígenas tiveram perpetuadas as suas denominações nas regiões em que habitaram. Caicó e Assu, em nosso Estado, e Goiás na Federação, aí estão como testemunhas eloquentes do que afirmamos. (Extraído do livro **Mossoró** do historiador mossoroense Jerônimo Vingt-un Rosado Maia, págs. 11, 12 e 13).

* * *

... "MOSSORÓ e MOÇORÓ. — Creio que o nome próprio garha no tempo o direito de sua conservação gráfica. Com maioria de razão o topônimo. Uma lei federal deliberou dar ao velho MOSSORÓ a grafia convencional de MOÇORÓ. Nem um fundamento de história. Possivelmente a logística gramatical que tudo prova e recusa, segundo o ângulo debatido. Há em volta de um topônimo uma tradição afetuosa que o exame glacial não consegue sintonizar. Faltarão a este técnico a percepção delicada e justa para os valores imponderáveis e realísticos da memória popular ao derredor de um nome. Não é apenas o nome mas a sua forma de escrever. Os baianos recusaram escrever **BAIA** e continuam, numa reação unânime que contagiou o Brasil, grafando **BAHIA**. Imagino o grande **RUY BARBOSA** olhando seu nome sem o clássico **Y** inconfundível. Há milhares de **RUIS** mas o **RUY BARBOSA** será sempre com um **Y** inarredável. Muita gente não pode sentir esta quinta dimensão que as cousas possuem e que é a Poesia.

As razões que levam o **Ç** a substituir o **S** são as mesmas que indicam o **X** como sucedâneo do **CH**. O desembargador Nunes Machado, o chefe da Revolução Praieira em Pernambuco, escrevia **MAXADO** e não Machado.

Prosòdicamente há o mesmo resultado identificador. Será que Machado de Assis seja o mesmo **MAXADO** de **ACIS**?

A maneira de escrever um nome, anos e anos, geração a geração, constitui uma herança positivamente integrada ao costume e ao uso

local, regional, nacional. Termina significando uma sugestão de sua história e de sua graça. Uma transformação gráfica é uma mutilação condenada. Aquela forma é um elemento patrimonial, insuscetível de variação contemporânea.

Assim é o caso de MOÇORÓ em vez do histórico e secular MOSSORÓ.

Uma lei mandou-o substituir e outra lei, do direito consuetudinário, lei decretada pelo povo e promulgada pela vontade coletiva, anulou a primeira, tornando-a sem efeito. Como se não existisse.

Livros, jornais, correspondência, ignoram o MOÇORÓ, fiéis ao MOSSORÓ, vivo desde o século XVIII.

O mesmo ocorre na documentação oficial. Publicações do I.B.G.E. divulgadas posteriormente à lei crismadora do MOÇORÓ continuam usando serenamente MOSSORÓ, como se o MOÇORÓ jamais tivesse aparecido no texto legal anterior.

Numa publicação sobre o "VI RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL" impressa em 1951, está a relação dos municípios brasileiros.

Chegando ao Rio Grande do Norte, página 13, n. 26, leio MOSSORÓ, duas vezes, município e distrito.

No "DIVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL", quadro vigente em 1.º de julho de 1955, editado pelo Conselho Nacional de Estatística, página 36, n. 37, vejo o natural MOSSORÓ em duplicata. Nem uma só vez o MOÇORÓ.

No "ÍNDICE ALFABÉTICO" — Remissivo dos Distritos, página 213, encontro duas vezes o MOSSORÓ, distrito MOSSORÓ e município MOSSORÓ.

Não pude deparar o MOÇORÓ, legalmente existente, em parte alguma do alentado volume.

É pelo exposto, a voz dos documentos oficiais ajustando ao uso o estranho MOÇORÓ e fazendo circular o MOSSORÓ, histórico, conhecido e comum.

E MOSSORÓ devemos usar, normalmente, como sempre usamos. ("Acta Diurna" de Luís da Câmara Cascudo, no jornal "A República" de Natal.) —

TERCIO PIANO BARRATO

1898-1988

NECROLOGIA

SÉRGIO PAES BARRÊTO

(SÓCIO FUNDADOR)

Faleceu com a avançada idade de 83 anos no Rio de Janeiro, em 27 de setembro de 1962, o Dr. Sérgio Paes Barreto, último sócio efetivo que ainda existia dentre os presentes ao ato de fundação do nosso Instituto, em 29 de março de 1902. Residia, com a esposa que lhe sobrevive, à rua Belizário Távora, n. 211, no bairro das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, e foi sepultado no cemitério de São João Batista.

Nascido a 14 de janeiro de 1879 em Recife, Capital do Estado de Pernambuco, era filho de Juvino Cezar Paes Barreto e Inês Augusta Paes Barreto. Fez os seus primeiros estudos no Ateneu Norte-Rio-grandense, em Natal onde seus pais haviam fixado residência. Viveu sua infância na mansão que é hoje o Colégio Salesiano, em companhia de muitos irmãos e irmãs, todos mais jovens.

Completo seus estudos em Recife, tendo cursado, após o Ginásio, a Faculdade de Direito na qual colou grau, na turma de 1900, em Ciências Jurídicas e Sociais. Como estudante, participou de atividades jornalísticas naquela cidade. Voltando à Natal trabalhou na redação de "A República" com Pedro Velho. Simultaneamente dedicava-se a auxiliar seu pai na administração da Fábrica de Tecidos de Natal, instituição pioneira por este fundada. Naquêle ambiente teve o ensejo de aplicar, de acordo com o pai, suas idéias, revolucionárias para a época, de jornadas regulares de trabalho, férias, auxílio à maternidade e outras iniciativas de assistência social.

Casado em 21 de janeiro de 1903, nesta Capital, com Da. Dalila de Albuquerque Maranhão, filha do então Governador do Estado dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, do consórcio, houve três filhos: Sérgio Filho, nascido a 14 de fevereiro de 1906 falecido sem descendência, em fevereiro de 1933; Aluizio, nascido em 1907 e sepultado com poucos meses de vida; e Paulo Aloísio, nascido no Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1913, casado com D. Lúcia Severo Paes Barreto, filha do Sr. Sérgio Severo, com prole.

Em 1904, é nomeado pelo Governador Augusto Tavares de Lira, para Deputado da Junta Comercial. Ocupa, a seguir, em 1905 o cargo de Fiscal do Governo Federal junto ao Ateneu Norte-Riograndense. Abraçando a atividade política, é investido do mandato de Deputado Estadual e, posteriormente, Deputado Federal pelo Estado, na 7a. Legislatura (1909 — 1911).

Retornando a Natal, depois da morte de seu progenitor, aplica seus esforços pelo soerguimento da Fábrica de Tecidos. Não satisfeito, e vendo contrariados seus planos de expansão, resolve transferir domicílio para o Rio de Janeiro, onde vem a servir como secretário do Dr. Augusto Tavares de Lira, então Ministro da Justiça.

Depois, passa a exercer função no Ministério da Fazenda como Fiscal de Seguros, vinda a especializar-se em atividades consultivas e normativas sobre a matéria, a partir de 1914. Exerce o cargo até se aposentar em 1950, então como Inspetor de Seguros Privados e Capitalização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Nesse período, mereceu a confiança de seus superiores para encargos especiais tais como a investigação das atividades de firmas estrangeiras durante a 1a. Guerra Mundial, e, sobretudo, como autor, fez a regulamentação dos Seguros e Capitalização.

Durante o tempo em que residiu em Natal, prestou a mais decisiva e entusiástica colaboração ao Instituto Histórico que ajudara a fundar fazendo parte de Comissões da Diretoria. Faleceu sem rever o Estado que considerava sua terra; sem revêr Natal, cenário de sua feliz e requieta juventude, que gostava de recordar na velhice entre amigos.

Mons. PAULO HERÔNCIO DE MÉLO

(SÓCIO-EFETIVO)

Na cidade de Currais Novos, neste Estado, onde era vigário há 26 anos, pelas 20 horas do dia 1.º de setembro de 1963, faleceu o nosso confrade Mons. Paulo Herôncio de Melo, sendo sepultado no dia seguinte diante do altar principal da Matriz local, conforme sua vontade expressa e mercê especial da Igreja Católica a qual serviu toda uma vida de sacerdote digno, conhecido como o "apóstolo do exemplo, da palavra, da ação, sabendo maravilhosamente compreender e compartilhar o sofrimento; consolando não apenas os que o procuravam, mas os que iam ao encontro com a intuição profunda das almas generosas"

Nesta cidade do Natal, à rua Voluntários da Pátria, nasceu Paulo Herôncio de Melo, no dia 3 de janeiro de 1901, sendo o primogenito do casal Hermógenes Herôncio de Melo e de Maria das Mercês Herôncio de Melo. Foi batizado na Catedral de Natal pelo Padre João Maria.

Aos oito anos de idade perdeu o pai e com treze anos abraçava a vida eclesiástica ingressando no Seminário do Estado da Paraíba e, posteriormente, no Seminário maior de Fortaleza no qual concluiu os estudos sem estar ordenado por não contar a idade mínima. Nessa época, iniciava o magistério no nível Seminário de Natal, ensinando História Natural.

Recebeu tonsura a 19-12-1919; Ordens menores, em 14 de novembro de 1920; subdiaconato a 12.2.21; em 29-6-23, o diaconato; e, no dia 9-3-1924, foi ungido sacerdote pelo Rev. D. José Pereira Alves, na Catedral de N. S. da Apresentação. Foi nomeado, a seguir, coadjutor da paróquia de Mossoró, passando a vigário em 1925.

Do ano de 1928 a 1930, exerce grande atividade em Natal como professor de filosofia e Reitor do Seminário de São Pedro em Natal, Capelão do Colégio Santo Antônio, então dirigido pelos Irmãos Maristas (1930), e Diretor de "Diário de Natal", jornal católico, havendo, por ocasião da Revolução de 30, participado da exaltação política da época. Escreveu em outros jornais e foi colaborador de "A Ordem" em sua primeira etapa como diário.

Posteriormente e até 1933, foi vigário de Macáu, onde exerceu o cargo de Prefeito Municipal, fundando ali a União de Moços Católicos e o Tiro de Guerra 315. Transferido para São José de Mipibú, foi vigário da mesma Paróquia até 1937, realizando, em 1936, o 1.º Congresso Eucarístico do Estado, quando, então, dando provas de homem de ação, preparou e executou essa grande demonstração de fé pela qual recebeu o título de Cônego Honorário do Cabido Metropolitano de Aracajú.

Designada Currais-Novos para sede do 2.º Congresso Eucarístico, foi o então Cônego Paulo Heróncio nomeado para a paróquia, assumindo o cargo no dia 4-6-1937. O Congresso, realizado de 27 a 31 de outubro daquele ano, perpetuou mais essa magnífica realização de sua autoria no monumento ao Cristo Redentor erigido em praça pública, bem como o título de Monsenhor Camareiro de Honra e outro de Prelado Doméstico e Proenotário Apostólico, que lhe foram outorgados em homenagem e reconhecimento dos seus méritos.

Fixando-se definitivamente em Currais-Novos, tornou-se um verdadeiro apóstolo de obras religiosas e sociais, sendo o criador da Escola de Nossa Senhora para reeducação de menores, assistência religiosa, cultural e profissional; do Centro Regional de Escoteiros; da Maternidade "Ananlia Regina"; do Instituto "Jesus Menino", educandário de nível ginásial dirigido pelas irmãs do Amor Divino; do Ginásio Rural, para os alunos do sexo masculino; da Escola Creche "Santa Maria Goreti" em homenagem a santa do mesmo nome cuja canonização presenciou em Roma, bem como uma Igreja a ela dedicada; e do Santuário de Nossa Senhora de Fátima, com clubes anexos para auxílio religioso e

social às famílias do bairro. Foi presidente da Cooperativa Banco Rural de Currais Novos Ltda., desde 1955, bem assim presidente da Comissão Municipal da L. B. A. desde 1953.

Culto orador sácro e entusiasta das manifestações cívicas, era um dotado de verve irresistível, encantando pela palestra fácil e otimista. Gentil e risonho, estava sempre pronto para obsequiar ou auxiliar alguém.

Pertencendo também à Academia Fotiguar de Letras, deixou monografias esparsas e escreveu um livro de Meditações — "Segundo o Mestre", e, como historiador, interessado pela nossa história regional, aprofundou-se nos fatos decorrentes da invasão batava em nossas terras, publicou outro livro de fôlego: — "HOLANDESES NO RIO GRANDE DO NORTE", focalizando, sobremaneira, os martírios de Uruaçu e Cunhaú. Este assunto o apaixonou de tal maneira que, da pesquisa feita com seus próprios recursos, revelou entre amigos haver encontrado o local exato onde se deu a mortandade de Uruaçu e no qual pretendia erigir uma capela monumento.

Solicitado para mais uma colaboração para esta Revista, o fez no mês de agosto ao entregar um estudo sobre o tema de sua preferência e que vai publicado. Foi o seu último lampejo intelectual, pois morreria no dia primeiro do mês seguinte.

"A Ordem", conceituado jornal católico, exprimindo o sentimento do povo potiguar, assim concluiu o seu panegírico: "A sua morte enlutou todo o Rio Grande do Norte e em particular Currais Novos onde era amado e respeitado por todos. Toda a cidade chorou sobre o seu túmulo. A sua vida que foi uma jornada de amor, uma renovada doação de si mesmo, ficará como perene exemplo e continuará a dar frutos, aproximando cada vez mais as almas para Deus".

O Instituto Histórico, a casa da história como costumava dizer, em sessão solene realizada pelas 20 horas do dia 9 de novembro do mesmo ano, pela palavra do confrade Mons. José Alves Landim, prestou significativa homenagem à sua memória.

HONÓRIO CARRILHO DA FONSECA E SILVA

(SÓCIO-EFETIVO)

Nasceu a 3 de março de 1873, na cidade de Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte.

Filho do Coronel João da Fonseca e Silva e de sua esposa D. Francisca Teolinda Carrilho da Fonseca e Silva. O pai foi agricultor e fazendeiro, além de político ativo na campanha abolicionista em Tou-

ros, onde foi um dos delegados da Sociedade Libertadora Norte Rio-grandense e deputado à Assembléa Legislativa provincial, no biênio de 1888 — 1889.

Estudou as primeiras letras em Ceará-Mirim, tendo feito os preparatórios em Natal, no Ateneu Norte-Riograndense.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, tendo colado grau em 16 de dezembro de 1895. Logo após a sua formatura, foi nomeado Juiz substituto de Gurupá, no Estado do Pará, cargo que não aceitou, deixando de assumir o exercício.

Transferindo-se para a Capital Federal em 1896, ingressou no jornalismo carioca, fazendo parte da redação dos Jornais "República", "O Paiz" e outros.

No Distrito Federal exerceu também o magistério, tendo sido nomeado Professor-adjunto da Escola Preparatória e de Tática do Realengo (atual Academia Militar de Agulhas Negras), cargo que assumiu em 20 de maio de 1898. Na mesma época, foi nomeado Coadjuvo de Ensino do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Por decreto de 30 de novembro de 1899, do então Governador de Minas Gerais, foi nomeado Promotor Público da Comarca de Prados, daquele Estado. Em consequência deste ato, pediu exoneração dos cargos que exercia, na Escola Militar e Colégio, tendo assumido a promotoria em 1 de maio de 1899, cargo que ocupou até dezembro de 1901.

Foi nomeado Procurador da República no Rio Grande do Norte, em 21 dezembro de 1901, tendo tomado posse e assumido as funções em 14 de fevereiro de 1902. Exerceu esse cargo durante 34 anos, aposentando-se em 1936.

Presidiu, durante vários anos, a Junta de Revisão de Alistamento e Sorteio Militar do Rio Grande do Norte, e foi membro e presidente do Conselho Penitenciário do mesmo Estado.

Desde jovem, colaborou ou fez parte da redação de vários periódicos, como O TENTAMEN (1889), TRIBUNA JUVENIL (1889), POR-VIR (1889-90), MOCIDADE (1890), VINTE E UM DE JULHO (1905), A EVOLUÇÃO (1906-7), PAX (1907-8) — e A CAPITAL (1908), bem como em "A REPUBLICA" e "A IMPRENSA", todos em Natal.

Em Recife, ainda acadêmico, foi redator da Revista Potiguar, sempre demonstrando nas suas produções viva inteligência e sólida cultura. Também foi poeta, o que mereceu a inclusão do seu nome no livro "Poetas do Rio Grande do Norte", de autoria de Ezequiel Wanderley.

Como sócio efetivo do nosso Instituto Histórico, colaborou ativamente dos seus trabalhos, tendo sido orador adjunto de 1926 a 1937.

Logo após sua aposentadoria, como Procurador da República, pas-

sou a residir, com a família, na cidade do Rio de Janeiro, onde veio a falecer no dia 14 de novembro de 1961, à rua Pereira Nunes, 185, bairro da Tijuca, realizando-se o seu sepultamento no Cemitério de São João Batista.

Casou-se o Dr. Honório Carrilho em 7 de junho de 1903, com a prima D. Maria Pereira Carrilho da Fonseca e Silva, filha do Dr. José Calistrato Carrilho de Vasconcelos e de sua esposa D. Maria Terceira Pereira Carrilho, de cujo consórcio houve 12 filhos: — **Edgerd**, alto funcionário do Ministério da Viação e Obras Públicas, aposentado, e advogado no Estado da Guanabara, com prole (4 filhos e cinco netos); **Heloísa**, casada, com com uma filha; **Maria Terceira**, casada, com duas filhas; **Edson**, Diretor proprietário da "Imobiliária Carrilho", no Estado da Guanabara, casado, com quatro filhos; **Dagmar**, falecida aos dois meses de idade; **Maria de Lourdes**, casada, residente em Brasília, sem filhos; **Elza**, casada, com dois filhos, residente no Estado da Guanabara; **Mário**, promotor público do Estado do Rio, casado, com duas filhas; **Heleno**, Oficial de Administração do Ministério da Fazenda, no Estado da Guanabara, casado, com duas filhas; **Marina**, casada, com duas filhas, residente no Recife; **Rômulo**, professor do Ministério da Justiça, no Estado da Guanabara, casado, sem filhos; e **Maria Stela**, casada, com duas filhas.

O Instituto Histórico, reunido em sessão consignou o óbito e voto de profunda pesar pelo seu falecimento, apresentando pesames à família enlutada, especialmente ao Professor Ulisses Celestino de Góis, sócio efetivo e conchunhado do morto.

LUIZ TAVARES DE LYRA

(SÓCIO-EFETIVO)

Faleceu no dia 30 de abril de 1962, em sua residência à Rua João Pessoa n.º 254, nesta Capital, o Desembargador Luiz Tavares de Lyra, sócio efetivo do Instituto desde 1904, que por muitos anos participou da Diretoria, exercendo, até a data da morte, o cargo de primeiro vice-presidente.

Nasceu na cidade de Macaiba, aos 22 de junho de 1880, sendo seus pais o Cel. Feliciano Pereira de Lyra Tavares e D. Maria Rosalina de Lyra Tavares. Passou a infância na cidade em que nasceu e em Natal.

Aos 12 anos entrou no Colégio Santa Cruz, em Recife, onde permaneceu até concluir os estudos preparatórios no Curso anexo à Faculdade de Direito daquela cidade. Matriculando-se na mesma Faculdade, recebeu o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais aos 13 de dezembro de 1902.

Voltando ao Estado foi nomeado Promotor Público de Natal. Em outubro de 1906, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de São José de Mipibú, assumindo o exercício aos 31 de outubro do mesmo ano. Foi removido para a Comarca da Capital. Em 1912, foi nomeado Desembargador, Juiz membro do Tribunal de Justiça, exercendo as funções de Procurador Geral, por designação do Governador Ferreira Chaves, durante 4 anos. Permaneceu no Tribunal até 10 de outubro de 1940, portanto vinte e oito anos de exercício.

Na qualidade de membro mais antigo do Tribunal de Justiça, instalou e presidiu, durante cinco anos, o Tribunal Regional Eleitoral, quando teve a oportunidade de presidir o pleito em que foi posta em execução a lei do voto secreto. Nomeado pelo Interventor Federal da época, presidiu a Comissão que elaborou a Constituição do Estado de 1937.

Pertencia ao Instituto Arqueológico de Pernambuco.

Casou com D. Alice Tavares de Lyra, aos 23 de dezembro de 1907, em São José de Mipibú, de cuja união não deixou filhos.

O Instituto Histórico em sessão ordinária do mês, prestou as homenagens devidas ao ilustre vice-presidente falecido, e, por ocasião do seu sepultamento, se fez representar por uma comissão de sócios.

**ATAS DAS SESSÕES
DO
INSTITUTO HISTÓRICO
1962 - 1963**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, REALIZADA
EM 20 DE JANEIRO DE 1962.**

Aos vinte dias do Mês de janeiro de mil novecentos e sessenta e dois (1962), realizou-se mais uma sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, estando presentes os seguintes sócios: o Presidente Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, Des. Silvino Bezerra Neto, Drs. Paulo Pinheiro de Viveiros, Otto do Brito Guerra, Raimundo Nonato da Silva, Manoel Varela Santiago Sobrinho, Tarcísio da Natividade Medeiros, Boanerges Januário Soares de Araújo, Rômulo Chaves Wanderley, Manoel Varela de Albuquerque, prof. Ulisses Celestino de Gois, Cel. Umberto Peregrino Seabra Fagundes, Des. Adalberto Amorim, além do Exmo. Sr. Governador do Estado Dr. Aluizio Alves, também sócio do Instituto, comigo, Enélio Lima Petrovich, segundo secretário.

Iniciados os trabalhos, o presidente participou aos sócios da satisfação e da honra em receber a visita do Exmo. Sr. Governador do Estado, o qual tomou assento à mesa, e do escritor Umberto Peregrino Seabra Fagundes.

Com a palavra o confrade Tarcísio da Natividade Medeiros informou da publicação da Revista do Instituto, fazendo pedido aos colegas no sentido de que colaborem enviando trabalhos.

Em seguida o presidente Aldo Fernandes Raposo de Melo transmitiu com júbilo, o interesse que Sua Excia. o Governador do Estado, vem dedicando ao Instituto, pois prometeu ajudá-lo sob todos os aspectos afim de que, não só o seu Museu fique equiparado dos objetos necessários, como também a sua sede sofra alguns reparos, ou melhor, seja devidamente remodelada, possibilitando, assim, maiores acomodações.

O confrade Tarcísio da Natividade Medeiros então, reconhecendo o interesse de Sua Excia. para com o Instituto Histórico e Geográfico, indagou da possibilidade de ser a Revista do Instituto editada às expensas do Governo Estadual, através da Imprensa Oficial, pelo que o Sr. Governador pôs à disposição incontinentemente os meios necessários à referida publicação advertindo, porém, dessa certeza, a partir de junho do corrente ano, porquanto somente naquela época estaria a Imprensa em perfeitas condições.

Ainda com a palavra o Governador do Estado inalteceu os relevantes trabalhos que o Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, juntamente com a sua diretoria, vem prestando a esta casa de cultura. Teceu rápidas considerações acerca do patrimônio histórico do Rio Grande do Norte, concitando cada um a preservá-lo, na exaltação dos seus precursores falou no 1.º Festival do Escritor Norte-Riograndense, realizado nesta capital, e no seus planos de trabalho no setor cultural.

Pelo grande desejo demonstrado em ajudar o Instituto, pediu a Sua Excia. ao Presidente desta entidade que se lhe fornecesse se possível, um relatório sobre as necessidades do Instituto inclusive como se proceder na reorganização da biblioteca do Estado, sugerindo, por outro lado, as comemorações obrigatórias de datas ou acontecimentos de nosso Estado, como forma de fazer com que os estudantes e o povo conheçam melhor a história da terra. Lembrou, também, a reedição, do livro de Tavares de Lyra sobre o Rio Grande do Norte (sua corografia). Enfim, prometeu tôda a cobertura do seu Governo para quaisquer iniciativas do Instituto Histórico e Geográfico, do qual êle também pertence.

Prosseguindo à sessão, palavras de agradecimento pronunciou, logo depois, o Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, convicto do valioso e indispensável apóio do Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Aluizio Alves.

Em seguida, o consócio Ulisses Celestino de Gois propôs fôsse solicitada a colaboração do Estado e do Município para que urbanizassem o trecho da Pedra do Rosário, proposta essa acatada pelo Sr. Presidente.

Por sua vez o confrade Otto de Brito Guerra pediu a aprovação de uma mensagem para ser dirigida à família do Dr. Honório Carrilho em face do falecimento dêste.

E com nada mais houve a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão, às quatro horas e vinte e cinco minutos.

Para constar, eu, Enélio Lima Petrovich, segundo secretário, lavei a presente ata que vai assinada devidamente.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1963

Aos vinte dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e três, às dezesseis horas e vinte minutos, realizou-se, conforme Edital de Convocação, mais uma sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na sua sede social, à rua da Conceição, n.º 622, sob a presidência do Dr. Aldo Fernandes de Melo, e com o comparecimento dos consócios Des. Silvino Bezerra, Manoel Vareia de Albuquerque, João Epitácio Fernandes Pimenta, Boanerges Januário Soares de Araújo, Manoel Santiago Sobrinho, Francisco Ivo Cavalcanti, Tarcísio da Natividade Medeiros e prof. Luiz Soares de Araújo, comigo Enélio Lima Petrovich, segundo secretário dêste Instituto.

Inicialmente, o Sr. Presidente Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, informou aos confrades que a sessão havia sido convocada para que fosse procedida a eleição da nova diretoria do Instituto, no biênio 1963-1965.

Pelo segundo secretário foi lida a ata da sessão anterior, de 20 de janeiro de 1962, sendo a mesma aprovada por unanimidade, e também o ofício n. 391-61, da Câmara Municipal de Natal, remetendo ao presidente desta casa o projeto da Lei n. 141/61 de autoria do veria-

dor José Guara atraves do qual concede tıtulo de cidadao natalense. ao Dr. Adolfo Ramires, a fim de que o Instituto se pronunciasse a respeito.

Em seguida, o Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo agradeceu ao Des. Silvino Bezerra Neto a oferta de seu livro "Reminsncias de Natal de Outrora".

Com a palavra o Dr. Antônio Soares Filho, fez entrega, ao Instituto Histórico, da garrafa utilizada na solenidade que se realizou na Base Naval de Natal, sob o patrocínio e iniciativa do Lions Club, quando as águas do Rio Guaiba, que banham o Rio Grande do Sul, foram jogadas no Rio Potengí. Entregou ainda ao Instituto 1 (um) documento assinado pelo Presidente Prudente de Moraes, que se refere a carta Patente de Coronel da Guarda Nacional, pertencente a Juvino Cesar Pais Barreto, além de 2 (dois) diplomas do mesmo cidadão e D. Inz Pais Barreto, conferidos pela sociedade Comemorativa da Abolio Protetora da Infância Desvalida, de 17 de outubro de 1889, bem como 1 (um) diploma conferido, pela sociedade Nova Emancipadora, de 2 de maio de 1883, também a Juvino Cesar Pais Barreto. Estes documentos foram doados por Dona Marta Pais Barreto, viúva de Dr. Ricardo Barreto.

Por sua vez, o consócio Tarcísio Natividade Medeiros propôs dois votos de pesar pelo falecimento do Des. Luiz Tavares de Lyra e do Dr. Sérgio Pais Barreto, sendo os mesmos aprovados por unanimidade. Então o Presidente aproveitou o ensejo para informar aos presentes haver comparecido ao entrro do primeiro, e que o sócio escritor Luiz da Câmara Cascudo pronunciou, em nome do Instituto, um discurso a beira do túmulo. Quanto ao segundo, transmitiu aos familiares, através de telegrama, as condolências desta Casa.

Em prosseguimento aos trabalhos, ainda o Sr. Presidente falou sôbre a eleio da diretoria para o biênio 1963-1965. Antes, porém, fez sentir aos consócios presentes, da impossibilidade de continuar na presidência do Instituto face aos muitos afazeres que o prendiam cotidianamente, apelando para que não o reelegerem.

Com a palavra o Dr. Boanerges Januário Soares de Araújo justificou a necessidade do Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo ficar como presidente e que se fizesse um trabalho de equipe. Este pronunciamento foi acatado por todos os confrades. Nesta oportunidade, o des. Silvino Bezerra Neto propôs que a diretoria que terminava o seu mandato, fôsse reeleita. E após alguns comentários, o Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo atendeu ao apêlo dos colegas, aceitando a reeleio, sendo, assim, aclamada, a diretoria que segue:

- Presidente: — Prof. Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo;
- 1. Vice-Dito: — Des. Antônio Soares de Araújo;
- 2. Vice-Dito: — Des. Silvino Bezerra Neto;
- 1. Secretário: — Escritor Manoel Rodrigues de Melo;
- 2. Secretário: — Dr. Enélio Lima Petrovich;
- Adjunto do 2. Secretário: — Dr. Rômulo Chaves Wanderley;
- Orador: — Escritor Luiz da Câmara Cascudo;
- Vice-orador: — Prof. Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros;
- Tesoureiro: — Prof. Dr. Manoel Varela de Albuquerque;
- Adjunto de tesoureiro: — Dr. Boanerges Januário Soares de Araújo.

Diretor da Biblioteca: — Museu e Arquivo:

Dr. João Epitácio Fernandes Pimenta

Adjunto do Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo: — Dr.
Hélio Mamede de Freitas Galvão;

Procedida, desta forma, a reeleição da diretoria, apenas com duas substituições, foi a mesma empossada imediatamente.

Em continuação aos trabalhos, usou da palavra o consócio Tarcísio da Natividade Medeiros, o qual comunicou aos presentes da possibilidade do Exmo. Sr. Governador do Estado de atender ao que prometera, ou seja: impressão da Revista; serviços gerais e a designação de dois bibliotecômanos para organizarem a biblioteca do Instituto. Sobre isto, todavia, o Sr. Presidente disse do seu interesse e que manteria um entendimento com o Governador.

Logo depois, o Dr. Antônio Soares Filho sugeriu a entrega urgente, ao Instituto, da biblioteca do Dr. Nestor dos Santos Lima, cuja proposta foi acatada sem discrepância de votos.

A seguir, o Dr. Manoel Varela de Albuquerque, tesoureiro da entidade, apresentou o movimento financeiro do Instituto Histórico e Geográfico durante os anos de 1961 e 1962, acusando o saldo de ... Cr\$ 252.114,20 Pelo seu trabalho foi aprovado um voto de louvor.

E como nada mais houve a tratar, encerrou-se a sessão às dezesseis horas e cinco minutos.

Para constar, eu, Enélio Lima Petrovich, segundo secretário, lavrei a presente ata que, após a sua leitura e aprovação, vai assinada pelos sócios presentes à sessão.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1963.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e três, em segunda convocação, às dezessete horas, realizou-se mais uma sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na sua sede social, a rua da Conceição, n. 622, sob a presidência do Desembargador Silvino Bezerra Neto, comparecendo os consócios Manoel Rodrigues de Melo, Desembargador Adalberto Amorim, Antônio Soares Filho, Tarcísio da Natividade Medeiros, Boanerges Soares, digo, Januário Soares de Araújo, Veríssimo de Melo, comigo, Enélio Lima Petrovich, segundo secretário.

Inicialmente, o Des. Silvino Bezerra Neto expôs a finalidade da sessão, qual seja, a eleição para presidente do Instituto face a renúncia, em caráter irrevogável e por motivos de grandes afazeres diários, do Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo.

Em seguida, o segundo secretário fez a leitura da ata da sessão anterior de 20 de abril do corrente ano, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Com a palavra o 1.º secretário, escritor Manoel Rodrigues de Melo, leu a carta de renúncia do Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, assim redigida:

Natal, 20 de junho de 1963.

Exmo. Sr. Des. Antônio Soares de Araújo D. D. 1.º Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico.

Tenho a honra de depôr nas mãos de V. Excia, em virtude de renúncia que ora concretizo, o cargo de Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, para o qual fui reeleito na assembléa geral de 20 de abril passado.

É que, assoberbado por trabalhos incessantes, de ordem privada, ligados às emprêsas que dirijo, não sòmente nesta capital como no Rio e em Mossoró, não me sinto bem, exercendo a Presidencia dessa vetusta e respeitável instituição, guarda de nossas caríssimas tradições, sem lhe poder proporcionar a projeção que deve ter da vida espiritual de nossa terra, apesar da colaboração sempre eficiente dos meus illustres confrades da diretoria, em incentivar empreendimentos culturais à altura de seu passado, tão bem marcado por serviços inestimáveis à divulgação da história do Rio Grande do Norte e a de seus legeridários heróis.

Certo de que contarei com boa compreensão e benevolência de todos os associados, aproveito esta oportunidade para lhes expressar, na pessoa de V. Excia, o meu tributo da maior veneração e os protestos de perfeita estima e alto preço. Saudações Aldo Raposo Fernandes de Melo.

Em prosseguimento, leu também o 1.º secretário, o ofício do Desembargador Silvino Bezerra Neto, no exercício da presidência. Um agradecendo ao Deputado Clovis Mota a comunicação do pagamento de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) para este Instituto; e outro informando ao 1.º Vice-Presidente desta casa de cultura, Desembargador Antônio Soares, por delegação e em virtude do impedimento dèste, haver assumido a Presidência. Também foi lido ofício do 1.º Vnce-Presidente comunicando a impossibilidade de assumir a Presidência do Instituto frente a seu estado de saúde.

Na mesma sessão foram apresentadas as propostas para sócios do Instituto das seguintes pessoas: Artur Napoleão Figueiredo e Raimundo Soares de Brito — correspondentes; Manoel Jácome de Lima, Monsenhor José Alves Landim e Antônio Antídio de Azevedo — sócios efetivos, sendo as aludidas propostas aprovadas por unanimidade, com a dispensa dos interstícios.

Continuando os trabalhos, uzou da palavra o confrade Tarcísio da Natividade Medeiros abordando o caso da destruição, pela Prefeitura, do Coreto existente na praça André de Albuquerque e no qual estavam o Pelourinho e uma placa comemorativa dos 350 anos da fundação de Natal, solicitando ao mesmo tempo, que o Instituto oficiasse a Prefeitura no sentido de ser o Pelourinho devolvido ao Instituto, juntamente com a placa aludida.

Aproveitando a oportunidade, o consócio Antônio Soares Filho requereu à Presidência que fossem tomadas as medidas urgentes para a entrega, ao Instituto, da biblioteca do saudoso confrade Dr. Nestor dos Santos Lima. Em razão disso, o Sr. Presidente em exercício, Desembargador Silvino Bezerra Neto, designou uma comissão composta dos sócios Drs. Antônio Soares, Hélio Mamede de Freitas Galvão e Francisco Ivo Cavalcanti para se incumbirem dessa entrega.

A seguir, falou o consócio Veríssimo de Melo acerca do falecimento do escritor e poeta Bruno de Menezes, do Pará, propondo um voto de pesar a ser transmitido aos familiares do ilustre morto, o qual foi aprovado unânimemente.

Desta forma, prosseguindo os trabalhos, o Sr. Presidente, abordou o assunto principal da sessão isto é, eleição para presidente, oportunidade em que o Sr. Boanerges Januário Soares de Araújo surteu ser a mesma procedida por aclamação.

Com a palavra o consócio Manoel Rodrigues de Mélo enalteceu a figura do inesquecível ex-presidente, Dr. Nestor dos Santos Lima, mostrando a situação em que se encontra o Instituto e a não aceitação para ocupar a presidência, por parte do escritor Luiz da Câmara Cascudo, propondo nestas circunstâncias, o nome do confrade Dr. Enélio Lima Petrovich. Em comentários rápidos, o Dr. Tarcísio da Natividade Medeiros, disse da necessidade de permanecer na presidência o Des. Silvino Bezerra Néto havendo, todavia, o mesmo justificado a impossibilidade de continuar naquêlo cargo que ocupava, frente ao seu estado de saúde, em condições identicas ao primeiro vice-presidente, des. Antonio Soares. Por proposta do consorcio Verissimo de Melo foi suspensa a sessão durante cinco minutos, para melhor se processar os entendimentos.

Reiniciados os trabalhos, procedeu-se a eleição, tendo sido eleito, inicialmente e por proposta do consócio Antonio Soares Filho o Desembargador Silvino Bezerra Neto, pelos motivos já referidos, renunciou ao cargo agradecendo tão honrosa escolha. Então procedida nova eleição, os consócios elegeram o Dr. Enélio Lima Petrovich por votação unânime, abstendo-se de votar o escolhido. E para substituir o confrade Enélio Lima Petrovich, no cargo de segundo secretário que vinha exercendo, foi eleito o professor Manoel Jácome de Lima.

Na mesma sessão apenas o presidente eleito foi empossado, em virtude da ausência do segundo secretário.

Com a palavra o confrade Enélio Lima Petrovich, agradeceu o sufrágio de seu nome para tão alto e honroso cargo, prometendo com a colaboração dos colegas dinamisar os trabalhos do Instituto, a fim de que continue o mesmo a prestar ao mundo intelectual do Estado relevantes serviços no campo da cultura E de logo, designou os consócios Boanerges Januário Soares de Araújo, Tarcísio da Natividade Medeiros e Eptácio Fernandes Medeiros para apresentarem um relatório acêrca da situação em que se encontra a biblioteca do Instituto, e ao mesmo tempo sugestões para uma melhor e mais perfeita organização da mesma. Também incubiu o consócio Manoel Rodrigues de Melo para relacionar as datas de significação histórica para que o Instituto possa comemorá-las ou solenizá-las de acôrdo com os dispositivos regimentais.

O Des. Silvino Bezerra, face à dedicação do ex-presidente Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, à frente do Instituto Histórico, apresentou um voto de louvor, obtendo a aprovação unânime, sendo o mesmo comunicado através de officio.

Afinal sem outros assuntos a serem abordados o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às dezessete horas.

E para constar, eu, Enélio Lima Petrovich, em virtude da ausência do segundo secretário eleito, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, receberá a assinatura dos membros da diretoria.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, REALIZADA A 13 DE OUTUBRO DE 1963.

Aos treze dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e três, às dezesseis horas na sede do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, realizou-se, uma sessão ordinária desta associação, de acordo com o edital de convocação publicado no Diário Oficial do Estado de 11 deste mês, sob a presidência do Dr. Enélio Lima Petrovich presidente; escritor Manoel Rodrigues de Melo 1.º secretário; Desembargador Silvino Bezerra Neto, 2.º Vice-presidente; Monsenhor José Alves Landim, Dr. Luciano Alves da Nóbrega e Manoel Jácome de Lima. Por motivos justificados deixaram de comparecer os sócios: Desembargador Adalberto Amorim, Dr. Boanerges Januário Soares de Araújo, Dr. Luiz da Câmara Cascudo e professor Antônio Soares de Araújo.

Iniciados os trabalhos, o presidente empossou como sócios efetivos de Instituto, o Monsenhor José Alves Landim e Manoel Jácome de Lima, sendo este último também empossado no cargo de 2.º secretário.

Em seguida, foi lida e aprovada, por unanimidade, a ata da sessão anterior.

O primeiro secretário fez a leitura do expediente, o qual constou de um cartão do Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros dirigido ao Dr. Enélio Lima Petrovich, nos seguintes termos: "Rio 5-9-1963. Meu cora Enélio. Abraços, votos de felicidades extensivos aos da sua prezada família. Acabo de saber que o Instituto Histórico de nosso Estado vem de elegê-lo seu presidente. E' um sinal de que a sua mocidade já se afirmou de tal sorte que até os historiadores, de certo em sua maioria idosos, precisam de seu dinamismo e de sua inteligência realizadora. Felicito o Instituto pelo gesto. Sempre seu colega, amigo e adorador. José Augusto.

Leu ainda dois ofícios: um do secretário de Estado das Finanças e outro de Antônio Antídio de Azevedo, sendo o primeiro agradecendo a comunicação da eleição e o segundo a escolha para sócio efetivo. Leu também um telegrama endereçado a viúva do escritor Bruno de Menezes, transmitindo as condolências da casa.

Em prosseguimento, o 1.º secretário procedeu a leitura da carta de 11 de setembro, do Dr. Enélio Lima Petrovich, presidente do Instituto, entregue pelo mesmo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, cujo teor é o seguinte: "Natal, 9 de setembro de 1963.

Exmo. Sr. Dr. Aluizio Alves D. D. Governador do Estado. Tenho a honra de comunicar a V. Excia., que, em sessão de 25 de agosto findo, elegeram-me presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em substituição ao nosso confrade Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo que renunciou ao cargo.

Não aceitei a presidência por vaidade. Assmi para trabalhar, pois é o que esperam os que em minha mocidade confiaram. Dinamizarei o Instituto através de promoções culturais periódicas. Farei tudo para movimentá-lo, prestando modesta contribuição ao desenvolvimento cultural do Estado. Necessito, entretanto, de sua imprescindível ajuda, quer como sócio efetivo do Instituto, quem como Governador do Estado. E sei que V. Excia. não negará. Esse foi o seu pronunciamento quando, em vinte de janeiro do ano passado, compareceu à sessão que realizamos. São suas palavras: "Darei toda a cobertura do meu Go-

verno para quaisquer iniciativas do Instituto Histórico e Geográfico". Assim sendo, apresso-me em pedir a V. Excia. que, desde logo, ponho à disposição do Instituto Histórico os técnicos em biblioteconomia Nazaro Antônio de Sousa Massu, Carmem Lêde Pereira e Marilda Fernandes de Carvalho, para procederem imediatamente à organização e catalogação de todos os livros, na biblioteca do Instituto, os quais se encontram dispersos, dificultando o seu manuseio por parte dos encantáveis leitores que diariamente visitaram a nossa Instituição e lá procuraram consultá-los.

Devo esclarecer, todavia, que os nomes referidos figuram entre os (9) nove classificados no curso que realizou a Biblioteca Pública do Estado. Informo ainda a V. Excia. que os indicados, em virtude, de não pertencerem ao quadro dos servidores estaduais, aceitam um contrato de trabalho, até a sua designação para aquela biblioteca. Solicito, também a V. Excia. que designe uma funcionária para servir de datilógrafa e nessa função, possa prestar seus bons ofícios.

Por outro lado comunico-lhe ser inadiável a instalação do serviço de água e sanitário do Instituto, para o que muito confio nas suas ordens junto ao Departamento competente. Afinal, encareço ao Exmo. Sr. Governador determinar ao Diretor do Departamento de Imprensa, jornalista Celso da Silveira, a impressão da Revista do Instituto Histórico e Geográfico, sob a responsabilidade e orientação do consócio Dr. Tarcísio da Natividade Medeiros. Eis, portanto, o que se deseja, confiando no elevado espírito público de V. Excia. E perdoe-me a franqueza, Sr. Governador: urgência no atendimento desses pedidos. Promoverei uma sessão especial para participar aos ilustres consócios as suas providências em favor do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vetusta entidade que também lhe pertence. Respeitosas saudações Enélio Lima Petrovich — Presidente".

Em comentários rápidos, o Dr. Enélio Lima Petrovich disse do desejo manifestado por Sua Excia. de atender as reivindicações acima, autorizando, logo, e por escrito, a impressão urgente da Revista do Instituto, ao Diretor do Departamento de Imprensa.

O Sr. Presidente comunicou à casa haver resolvido o problema da luz do Instituto, que há meses vinha sofrendo dessa falta. Também o Sr. Presidente informou da conversa havida com o Prefeito Municipal de Natal e o Secretário da Viação da Prefeitura acêrca do retorno do pelourinho e da placa comemorativa do quarto centenário da fundação da cidade do Natal, para o Instituto conforme proposta aprovada em sessão anterior ficando, porém, o assunto para ser resolvido no proximo quinta-feira, dia 17.

A seguir, de acôrdo com as normas estatutárias participou o Sr. Presidente aos confrades, a data em que será realizada uma sessão solene em homenagem póstuma ao Monsenhor Paulo Heróncio, comunicando a impossibilidade do Escritor Luiz da Câmara Cascudo, por motivo de saúde. O Vice-orador Dr. Paulo Pinheiro de Viveiras também se acha impossibilitado de proferir o necrológio do ilustre extinto devido a acúmulo de serviços. Em virtude disso o Sr. Presidente escolheu em obediência ao artigo 28 dos estatutos, o Monsenhor Alair Vilar, sócio do Instituto, o qual por sua vez mostrou-se impossibilitado de desempenhar esta honrosa incumbência, em face de uma viagem

projetada ao Rio naquela data. Foi marcado o dia 9 de novembro do ano em curso pra ser prestada homenagem ao saudoso extinto destruiu-se convites, ficando o Sr. Presidente de designar com a devida urgência outro sócio para aquela missão. Aproveitou o presidente a oportunidade e solicitou dos consócios presentes que remetessem ao secretário do Instituto os dados biográficos de cada um para transcrição no livro próprio do Instituto.

Prosseguindo a sessão o 1.º secretário, por ordem do Sr. Presidente leu a resolução n.º 1, baixada a 9 deste mês, assim derigida: " O Presidente do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte em obediência ao artigo 36 dos Estatutos, e

Considerando a urgente necessidade de organizar o patrimônio deste Instituto, a fim de que os incontáveis leitores e estudiosos que frequentam diariamente, possam melhor conhecer o material histórico em seus mínimos detalhes;

Considerando o grande interesse da atual Diretoria de promover a completa catalogação e discriminação dos objetivos ou relíquias pertencentes ao Instituto, compreendendo quadros obras de valor histórico. Para facilitar a pesquisa e o conhecimento por parte dos que se dedicam ao estudo e a cultura, resolve:

Encarregar o sócio efetivo Dr. Luciano Alves da Nóbrega para proceder ao levantamento do acervo histórico de todos os objetos deste Instituto, com excerção apenas dos livros e revistas, organizando o fichário respectivo, no qual contem o nome, data, dados históricos enfim, tudo que diga respeito a cada objeto, quadro, ou obra existente nesta Instituição, podendo, para esse importante e nobre mister valer-se dos meios e das fontes cabíveis, sob a supervisão do historiador Luiz da Câmara Cascudo. Presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte em 9 de outubro de 1963.

Enélio Lima Petrovich — Presidente".

Com a palavra o consócio Manoel Rodrigues de Melo fez entrega do livro **Índios do Brasil**, pertencente ao Instituto e que se encontrava emãos de terceiros.

Por sua vez o Desembargador Silvino Bezerra, obtendo a palavra fez presente ao Instituto dos livros: **Trovadores Potiguares e Adagiário Musical**, de Gumercindo Saraiva. Ao mesmo tempo entregou o livro — **Ecoss do Sertão** — da autoria do Dr. Meira e Sá que havia emprestado ao engenheiro Hélio Lobo e que só agora o tinha devolvido. Ainda com a palavra o Desembargador Silvino propôs o Sr. Gumercindo Saraiva para sócio, do Instituto. Submetida a provação foi a aludida proposta aceita por unanimidade dispensando-se os interstícios.

A seguir, usou a palavra o Monsenhor José Alves Landim, agradecendo a sua indicação para sócio efetivo.

Por suavêz, o consócio Manoel Jácome de Lima agradeceu profundamente penhorado a escolha do seu humilde nome para sócio efetivo do Instituto e a sua eleição para segundo-secretário. Apesar de sua incompetência, assegurou, procuraria corresponder à confiança dos ilustres membros daquela douta corporação.

Em continuação aos trabalhos, o consócio Dr. Luciano Alves da Nóbrega pediu à mesa que, nesta nova fase porque passa o Instituto, fôsse lida a parte do estatuto, referente ao encaminhamento e apresentação de propostas no que diz respeito aos deveres dos sócios.

Na oportunidade, o Sr. Presidente leu os itens que tratam dos assuntos (arts. 10 e 19), manifestando o propósito de comprar a todo custo o Estatuto, afim de que, cada vez mais o Instituto Histórico e Geográfico, se firme no campo cultural de nossa terra.

O sócio Dr. Luciano Alves da Nóbrega, ainda com a palavra, manifestou o seu agradecimento pela sua designação para fazer o levantamento dos objetos históricos do Instituto, tecendo ligeiros comentários cêrca de alguns documentos existentes na Prefeitura de Caicó, de grande valor histórico, ao mesmo tempo em que pediu ao Sr. Presidente para officiar aquela Prefeitura no sentido de serem ditos documentos remetidos a este Instituto, onde seriam guardados cuidadosamente e preservados da destruição das traças. O Sr. Presidente acolheu com simpatia as sugestões do confrade e prometeu tomar imediatas providências.

Obtendo novamente a palavra o consócio Dr. Manoel Rodrigues de Melo pediu que fôsse inserido na ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Célio Petrovich, progenitor do Sr. Presidente. Comovido agradeceu a Sr. Presidente aos colegas essa manifestação pelo desaparecimento do seu inesquecível pai.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão às dezesseis horas e cinquenta minutos. Para constar, eu, Manoel Jácome de Lima, segundo secretário, lavrei a presente ata, que após a sua leitura e aprovação será assinada pela mesa.

ATA DA SESSÃO SOLENE REALIZADA NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 1963, EM HOMENAGEM À MEMÓRIA DO MONSENHOR PAULO HERÔNCIO DE MELO

Aos nove dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e três, na sua sede, à rua da Conceição, número 622, presentes os senhores Drs. Enélio Lima Petrovich, Manoel Rodrigues de Melo, Boanerges Januário Soares de Araújo, Tarcísio da Natividade de Medeiros, Manoel Varela Santiago, Armando China, Monsenhor José Alves Landim, Padre Antônio Moreira, professores Antônio da Rocha Fagundes, Vicente de Almeida e Manoel Jácome de Lima, Srs. Raimundo Soares de Brito, Paulo Herôncio de Melo Sobrinho, exmas. famílias e convidados, realizou-se, às vinte horas, a sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte para homenagear à memória do seu sócio efetivo, Monsenhor Paulo Herôncio de Melo, falecido, no dia 1.º de setembro deste ano, na cidade de Currais Novos.

O presidente do Instituto, Dr. Enélio Lima Petrovich, abrindo a sessão, explicou a sua finalidade, dando em seguida a palavra ao orador da solenidade Monsenhor José Alves Landim. Antes, porém, comunicou a casa haver recebido um telegrama da irmã do ilustre falecido, D. Filonila Herôncio cujo teor é o seguinte: "Impossibilitada comparecer sessão dia nove, agradeço comovida este Instituto na pessoa do seu Ilustre Presidente homenagem prestada memória meu querido e saudoso irmão Monsenhor Paulo. Atenciosas saudações. Filonila Herôncio".

O ilustre sacerdote disse que, designado pelo presidente do Instituto para falar sobre a personalidade do homenageado, não podia

se recusar aquela honrosa incumbência. Depois de fazer um resumo biográfico do homenageado, fez uma análise sobre a sua atuação como sacerdote, professor jornalista e escritor.

Ordenado sacerdote pelo saudoso Bispo, D. José Pereira Alves, em 9 de março de 1924 logo depois foi nomeado coadjutor de Mossoró, sendo ainda vigário daquela importante freguesia. Exerceu também o cargo de vigário de Macáú, sendo dali transferido para São José e finalmente para Currais Novos, onde veio a falecer. Nesta última paróquia exerceu ou desenvolveu fecundo apostolado durante 26 anos. Em todas estas freguesias deixou traços acentuados de seu zelo sacerdotal. Como educador foi diretor do Ginásio Santa Luzia, de Mossoró, reitor no Seminário de São Pedro e diretor espiritual do Colégio Santo Antônio, nesta Capital. Foi diretor do Diário de Natal, onde desenvolveu grande atividade, percorrendo todo o Estado em propaganda daquele Jornal. Falou sobre os livros escritos por Monseñor Paulo Heróncio. Fez um relatório dos Congressos Eucarísticos de São José de Mipibú e de Currais Novos organizados por ele e finalmente sobre as importantes obras educacionais e de assistência fundadas e dirigidas pelo zeloso e culto sacerdote. O discurso do Monseñor Landim agradou muito à seleta assistência.

Em seguida ocupou a tribuna o jovem Paulo Heróncio de Melo Sobrinho que em nome da família do homenageado agradeceu emocionado aquela manifestação prestada à memória de seu tio e amigo.

E para constar, eu, Manoel Jácome de Lima, segundo secretário, lavrei a presente ata, que após a sua aprovação, irá devidamente assinada.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, REALIZADA NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 1963.

Presidência do Dr. Enélio Lima Petrovich.

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e três, às dezesseis horas, em segunda convocação, realizou-se uma sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em sua sede social, à rua da Conceição, n. 622, de acôrdo com o edital de convocação publicado no Diário Oficial, de 20 deste mês, para tratar de assuntos da referida entidade sob a presidência do Dr. Enélio Lima Petrovich. Compareceram os confrades: Dr. Enélio Lima Petrovich, presidente, Desembargador Silvino Bezerra Neto, Drs. Israel Nazareno, Boanerges Januário Soares de Araújo, Tarcísio da Natividade Meediros, Professores Antônio Gomes da Rocha Fagundes, Antônio Campos e Silva, professora Caetano de Brito Guerra, Antônio Antídio de Azevedo, comigo Manoel Jácome de Lima. Deixaram de comparecer, por motivos justificados, os consócios: escritor Manoel Rodrigues de Melo e o Desembargador Antônio Soares de Araújo.

Tendo comparecido pela primeira vez os consócios: Antônio Antídio de Azevedo, D. Caetana de Brito Guerra, professor Antônio Campos e Silva e Dr. Israel Nazareno, o Sr. Presidente lhe deu posse dizendo que confiava na valiosa colaboração de todos.

Em primeiro lugar falou o consórcio Antônio Antídio de Azevedo, agradecendo sua escolha para membro do Instituto, o mesmo fazendo os outros recém-empossados.

Segui-se a leitura das duas atas anteriores que foram aprovadas sem emendas.

Não tendo comparecido o 1.º secretário o Sr. Presidente determinou que o 2.º secretário procedesse à leitura do expediente que constou do seguinte: Offício do Sr. General Omar Emir Chaves, encaminhando ao Instituto por intermédio do Comendador Luiz da Câmara Cascudo, a fechadura principal do Palácio do Governo de Natal, em 1817; Offício do Sr. Inspetor Regional de Estatística, de Natal; Offício do Professor José Nunes Cabral, diretor do Instituto Antropológico de Natal; Offício do Dr. Hélio Mamede de Freitas Galvão, presidente da Fundação José Augusto; Offício de Doutor Olímpio da Costa Júnior, secretário do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco; Offício do Desembargador Wilson Dantas, presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Telegrama do Deputado Federal Cloves Mota; Offício do Dr. Gnofre Lopes, Magnífico Reitor na Universidade do Rio Grande do Norte; Offício do Sr. Roberto de Queiros Barros, Diretor do Serviço de Geografia e Estatística de Boa Vista, Território Federal de Roraima; Telegrama do Sr. Luiz Gallotti, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça; ao Presidente do Instituto; Telegrama da mesma autoridade ao 1.º secretário do Instituto; Offício do Sr. Dalton Melo de Andrade, 1.º secretário da Associação Comercial do Rio Grande do Norte; Offício do Sr. Mozart Victor Russomano, Diretor do Instituto de Sociologia Política, de Pelotas R. S.; Offício do Deputado Estadual, Radir Pereira, 1.º secretário da Assembléa Legislativa do Estado; do Sr. Cesvaldo Piloto, Vice-presidente em exercício do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense; Offício do Deputado Federal Raniere Mazille, Presidente da Câmara de Deputados Federal; Offício do Sr. Humberto Nesi, Delegado Fiscal de Natal; Offício do Sr. Epifânio Doria, Secretário Geral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; Offício do Sr. Sebastião de Azevedo Bastos, 2.º secretário do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano; Cartão de D. Donatilla Dantas de Carnaúba dos Dantas, todos agradecendo a comunicação da eleição do Presidente e 2.º secretário do Instituto, realizada a 25 de agosto deste ano. Offício do Professor Antônio Campos e Silva, pedindo desculpas pelo não comparecimento à sessão de 9 de novembro por motivos de doença; Offício do Deputado Roberto Varela, Presidente em exercício da Assembléa Legislativa Estadual, agradecendo o convite para assistir à sessão solene em homenagem à memória do Monsenhor Paulo Heróncio; Offício do Dr. João Costa Machado, Diretor da Faculdade de Medicina de Natal, agradecendo o convite para assistir à sessão solene em que será homenageada a memória do Monsenhor Paulo Heróncio; Offício do Sr. Favila Ribeiro, côgo, telegrama do Sr. Favila Ribeiro, Procurador Judicial do Estado do Ceará, agradecendo comunicação da eleição do Presidente e do 2.º secretário do Instituto; Offício do Sr. Artur Nogueira de Figueiredo agradecendo sua eleição para sócio correspondente deste Instituto.

Concluída a leitura do expediente, o Sr. Presidente comunicou aos consócios que o aviso por êle publicado nos Diários Officiais de 19 e 20 de novembro, lembrado a devolução de livros do Instituto produzira resultados satisfatórios. Apresentou à casa a fechadura e travão que pertencera ao Palácio do Governo de 1817, hoje coman-

do da Guarnição de Natal, oferta feita pelo General Omar Emir Chaves, por intermédio do Escritor Luiz da Câmara Cascudo, acrescentando que já havia agradeido a oferta.

Ainda com a palavra o presidente trouxe ao conhecimento dos consócios as providências do Governo Estadual colocando à disposição do Instituto a Sra. Darci Siqueira Campos, conforme publicação no Diário Oficial, de 6 do mês em curso e que aguarda os entendimentos, digo o atendimento de outros pedidos formulados, por ofício, ao Governador do Estado, para o que continua tomando as providências necessárias.

O sr. Presidente comunicou ainda haver providenciado o concerto do sistema de electricidade do Instituto, estando em perfeito funcionamento, com todas as lâmpadas.

Informou o Sr. Presidente haver conversado com o Exmo. Sr. Prefeito da Capital, sôbre a devolução do Pelourinho, ficando combinado para o dia 24 do corrente em caráter solene, às vinte horas com a presença de autoridades e sócios do Instituto. Para esta solenidade convidava todos os sócios. Nesta oportunidade o Sr. Presidente, em nome do Instituto, agradecerá essa devolução.

Proseguindo o Sr. Presidente solicitou dos prezados consócios o curriculum vitae para ser escrito um livro próprio do Instituto.

Informou ainda haver expedido, através da secretária alguns ofícios ° troca de livros e solicitações aos diretores de jornais da cidade, para a remessa dos referidos jornais a esta casa. Finalmente comunicou a inclusão no orçamento de 1964, do Governo Municipal, da importância de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) para o Instituto, emenda do, digo, apresentada pelo vereador Antônio Félix da Silva.

Falou em seguida o Dr. Tarcísio da Natividade Medeiros sôbre os trabalhos da Revista, fazendo um apêlo aos sócios no sentido de entregarem a sua colaboração. O sr. Antônio Antídio de Azevedo entregou à mesa um jornal de João Pessoa — A Imprensa — no qual existe um artigo tercendo comentários sôbre o Instituto.

Pedindo a palavra, novamente, o Dr. Tarcísio referiu-se sôbre alguns aspectos da atividade do Monsenhor Paulo Herôncio como historiador, acrescentando que o talentoso sacerdote tinha um valioso trabalho inédito a respeito dos mártires de Uruassu, trabalho que deveria ser adquirido pelo Instituto para a devida publicação. Prometeu que empregaria todos os esforços para conseguir êsse importante trabalho.

Falou o Dr. Israel Nazareno a entrega de um retrato de seu pai do Instituto na gestão do Dr. Nestor dos Santos Lima. O Sr. Presidente disse que iria colocar em uma das salas do Instituto, como uma homenagem aquela figura.

Em seguida fêz uso da palavra o Dr. Boanerges Januário Soares de Araújo a respeito do Diário de Navegação, informando que iria trazer para esta casa.

Com a palavra o Desembargador Silvino Bezerra sugeriu que o Sr. Osvaldo de Souza, a convite da Presidência do Instituto fôsse até a casa do Dr. Alberto Roselli, no sentido de visitar a casa e ver se era possível aproveitar a pintura feita pelo pintor Joaquim Fabrício Gomes de Souza ou cortando um pedaço da parede (um bloco) ou fotografando.

Falou ainda o Dr. Boanerges Soares acêrca de um portão velho que existe em uma casa, em Petrópolis, que merecia um estudo para os anais do Instituto. Alegou que o sócio Manoel Rodrigues de Melo está efetuando êsse estudo.

Voltando a falar o Desembargador Silvino Bezerra sugeriu que fôsse inserido na ata um voto de pesar pelo falecimento do Professor Alexandre Celso Garcia transmitindo-se esta notícia à família enlutada.

Usando a palavra o Professor Antônio Campos e Silva teceu valiosos comentários sôbre pesquisas que realizou, como um dos integrantes do Instituto de Antropologia do Rio Grande do Norte, em São Tomé, na Pedra dos Cessos. Continuando êsses comentários, mostrou as atividades daquêle Instituto.

Interessado pelo assunto, manifestou o Sr. Presidente o desejo de manter um perfeito entozamento com aquela importante Instituição cultural, através de Conferências, pesquisas, etc.

Finalmente falou o Dr. Boanerges Soares para informar que durante uma pequena estada nesta Capital, manteve contato com o Dr. Edgar de Toledo Piza, o qual manifestou o desejo de vir até aqui, sendo todavia, pela exiguidade do tempo impossível realizar essa aspiração. Pediu para constar em ata uma mensagem de admiração a esta casa, transmitida pelo referido homem de letras. O Sr. Presidente agradeceu em nome dos consócios.

Como nada mais houvesse a tratar o Sr. Presidente encerrou a sessão às dezoito horas e dez minutos. E para constar eu, Manoel Jácome de Lima, segundo secretário lavrei a presente ata que depois de lida, discutida e aprovada será devidamente assinada.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

VOLUME LV

ÍNDICE

Redação — Diretoria do Instituto	3
Notícia sobre Manoel Ferreira Nobre (Luís da Câmara Cascudo)	5
A Confraria de São Silvestre de Caraúbas (J. Epitácio F. Pimenta)	11
Um dos Grandes da Comissão RODON . . . (Umberto Peregrino)	15
Subsídios para a História de Jardim do Seridó (Antídio de Azevedo)	27
Meira e Sá (José Augusto)	33
Altars para os Nossos Mártires (Mons. Paulo Herôncio)	43
Manganês do Amapá (Fernandes Tavora)	47
Ex-Votos da Capela de Zé-Leão (Verissimo de Melo Sobre Calcários Chetáceos no município de Ceará-Mirim . . . (Antônio C. Silva)	55
Instrução Pública em Martins (M. Jácome de Lima)	59
A Terra tremeu em Natal (Tarcísio Medeiros) . . .	67
Onde nasce o Potengi (Rômulo C. Wanderley) . . .	73
Paulo Herôncio (Mons. Alves Landim)	76
História Religiosa de Mossoró (Francisco S. Cavalcanti)	83
A Pesca no Rio Grande do Norte (Paulo Silva) . . .	87
Origem da palavra Mossoró (Sales Cavalcanti) . . .	93

NECROLOGIA — REDAÇÃO

Sergio Paes Barreto	99
Monsenhor Paulo Herôncio de Melo	100
Honório Carrilho da Fonsêca e Silva	102
Luiz Tavares de Lyra	104
Ata das Sessões do Instituto Histórico — 1962/1963 —	107